

**CGTP**  
*INTERSINDICAL NACIONAL*

PRESS BOOK

Revista\_Imprensa\_10\_Setembro\_2021

CISION

## Revista de Imprensa

1. Pais ficam à porta da creche. Crianças não podem levar brinquedos, Correio da Manhã, 10/09/2021	1
2. Saint-Gobain. Reunião com Governo, Correio da Manhã, 10/09/2021	3
3. Passam noite na rua para terem consulta, Correio da Manhã, 10/09/2021	4
4. Subsídio de risco, Correio da Manhã, 10/09/2021	6
5. Dívida em moratória. Sem imposto do selo, Correio da Manhã, 10/09/2021	7
6. Pandemia poupou EUR80 milhões, Expresso, 10/09/2021	8
7. Siza Vieira: "Não há razão para uma crise", Expresso, 10/09/2021	9
8. Acordos com a banca ainda estão a ser finalizados, Expresso - Economia, 10/09/2021	11
9. ANA aponta riscos de travar a Portela e recomeçar do zero, Expresso - Economia, 10/09/2021	12
10. EuroAtlantic queixa-se da TAP em Bruxelas, Expresso - Economia, 10/09/2021	13
11. "Somos cada vez mais médicos da pandemia", Expresso - Saúde, 10/09/2021	14
12. Editorial - Saúde em tempos de pandemia, Expresso - Saúde, 10/09/2021	20
13. BE não vê pressa para fechar as negociações, Jornal de Notícias, 10/09/2021	21
14. "Falta sintonia com as áreas da economia e das finanças" - Entrevista a Sofia Santos, Jornal Económico (O) - Ambiente e Energias Renováveis, 10/09/2021	22
15. Energia. Avisos de corte de luz já estão a chegar a casa das famílias, Negócios, 10/09/2021	25
16. Marcelo valida subsídio de risco, Negócios, 10/09/2021	28
17. Autarca quer refinaria de lítio que isenta Iberdrola de custos, NOVO, 10/09/2021	29
18. Além das lojas de discos e das editoras de livros, IVAucher cobre associações culturais, Público, 10/09/2021	32
19. Governo isenta de imposto do selo reestruturações de créditos em moratória, Público, 10/09/2021	33
20. Salário melhorado para 12 mil do setor público, Correio da Manhã, 10/09/2021	34
21. "Tem havido agressões verbais e até físicas"- entrevista a Arménio Maximino, Correio da Manhã, 10/09/2021	36
22. Juízes solidários com PSP, Correio da Manhã, 10/09/2021	37
23. Sobe/Desce, Correio da Manhã, 10/09/2021	38
24. Portugueses com dois trabalhos crescem 11% na pandemia, Expresso - Economia, 10/09/2021	39
25. Construção e turismo têm metade dos empregos sem procura, Expresso - Economia, 10/09/2021	42
26. Dados do INE sobre inovação geram desconforto no Governo, Expresso - Economia, 10/09/2021	44

27. Não vale tudo, Expresso - Economia, 10/09/2021	46
28. PSP e GNR. Marcelo promulga aumento do subsídio de risco para 100 euros, Inevitável, 10/09/2021	47
29. Desemprego na OCDE cai para 6,2% em julho, Inevitável, 10/09/2021	48
30. Reivindicação de aumentos salariais, Inevitável, 10/09/2021	49
31. Reivindicados aumentos salariais de 90 euros para o próximo ano, Jornal de Notícias, 10/09/2021	50
32. Sindicato acusa ministra de destratar funcionários. Governo nega, Jornal de Notícias, 10/09/2021	51
33. Projeto em Matosinhos dá emprego a pessoas de etnia cigana, Jornal de Notícias, 10/09/2021	52
34. FESAP repudia decisões dos grupos CUF e Luz, Jornal de Notícias, 10/09/2021	53
35. Despedimento na refinaria de Matosinhos vai avançar no dia 15, Jornal Económico (O), 10/09/2021	54
36. Orçamento do Estado 2022, Jornal Económico (O), 10/09/2021	55
37. Despedimentos na banca vão dar lugar a queixas no BCE e Bruxelas, Jornal Económico (O), 10/09/2021	56
38. Portugal ganha "relevância" no mapa da Uber, Jornal Económico (O), 10/09/2021	58
39. Ao estado o que é do Estado, NOVO, 10/09/2021	60
40. Fesap lança apelo à esquerda: "Não deixem cair aumentos", NOVO, 10/09/2021	61
41. Banca em busca do cessar-fogo, NOVO, 10/09/2021	62
42. Bodycams, drones: Governo alarga (muito) âmbito da videovigilância, Público, 10/09/2021	66
43. Dois anos depois, greve volta à mesa dos motoristas, Público, 10/09/2021	67
44. Trabalhadores do fisco vêem "relaxamento" no combate à economia paralela, Governo rejeita, Público, 10/09/2021	69
45. O silêncio das sindicalistas, Público, 10/09/2021	70
46. EMPRESAS Empresa suíça cria 400 postos de trabalho em Amarante, Vida Económica, 10/09/2021	71
47. Governo aperta cerco às empresas de trabalho temporário, Vida Económica, 10/09/2021	73
48. Trabalhadores bancários podem realizar greve conjunta, Vida Económica, 10/09/2021	76



## Governo aperta medidas para o Ensino Superior

📌 Acesso às residências condicionado ao certificado digital ou a teste negativo; alargamento dos horários do serviço de refeições; distância lateral mínima de 2 metros entre camas em quartos com mais do que um estudante, não sendo recomendado o uso de beliches; definição de circuitos de entrada e saída nas instalações - estas são apenas algumas das medidas anunciadas ontem pelo Governo para o Ensino Superior destinadas a garantir "condições seguras" para atividades presenciais no próximo ano letivo. O documento refere ainda que as universidades e politécnicos devem, quando possível, garantir um distanciamento físico adequado entre as pessoas, sem comprometer o normal funcionamento das atividades letivas presenciais, enquanto nas cantinas e bares deve ser acautelado o respeito pelo distanciamento. Continua obrigatória a utilização de máscaras por estudantes, docentes, não docentes, investigadores e colaboradores. ●



Mariana Vieira da Silva

### Três semanas para decisão do Governo sobre desconfinar

📌 A ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, afirmou que o Governo vai decidir sobre a nova fase de desconfinamento "dentro de três semanas", após 85% da população estar vacinada e de ter ouvido peritos, numa nova reunião no Infarmed. "Provavelmente dentro de três semanas atingiremos esse valor [85% com imunização completa] e que, nesse momento, o Governo estará em condições de tomar as decisões." ●



Graça Freitas sobre uso de máscara

### Saúde diz que está a rever orientação

📌 A DGS esclareceu ontem à Lusa que o uso de máscaras no exterior passa a ser facultativo, com exceções de situações que reúnam aglomerados de pessoas em que passa a ser recomendada, tal como já tinha sido referido na véspera pela diretora-geral, Graça Freitas. "A orientação relativa à utilização de máscaras, que está a ser revista, irá no sentido de deixar de recomendar a utilização universal de máscaras no exterior, que poderá ser utilizada de forma facultativa", refere a DGS. ●

# Pais ficam à porta das creches

📌 A Direção-Geral da Saúde (DGS) publicou ontem uma norma sobre as condições de funcionamento das creches no atual contexto de desconfinamento, que prevê um rastreio à Covid-19 a todos os funcionários, independentemente de estarem vacinados. Os pais, mesmo que já tenham completado a imunização contra a doença, continuam a entregar os filhos à porta dos estabelecimentos.

Tal como acontece desde o ano passado, crianças e funcionários devem ser organizados em salas fixas, e não devem ser levados brinquedos ou outros



Encarregados de educação com limitação mesmo que já vacinados

objetos de casa, exceto os considerados indispensáveis para a creche. As creches devem evitar o cruzamento das crianças de salas diferentes.

Na situação de um caso suspeito, a instituição deve encaminhá-lo para a área de isolamento e contactar a autoridade de saúde. "Os encarregados de educação do caso possível ou provável devem ser de imediato contactados para levar a criança e aconselhados a contactar o SNS 24, o que também poderá ser feito na própria creche" e os restantes devem ser informados em caso de existência de um caso no espaço. ●

#### VITAMINA D E REMÉDIOS REDUZEM REPLICAÇÃO

📌 Estudo, no Reino Unido, concluiu que a vitamina D3 e alguns remédios para o tratamento de alergias, pneumonia, cancro, malária, tuberculose e hipertensão reduzem a replicação do novo coronavírus. ●

#### SURTO EM LAR ATINGE 45 IDOSOS EM CONDEIXA

📌 Um surto de Covid-19 infetou 45 utentes do Centro Social da Ega, Condeixa-a-Nova, que já tinham a vacinação completa. Dois idosos, com patologias associadas, acabaram por morrer, havendo ainda 6 funcionários que testaram positivo. ●



11 DE SETEMBRO P. 24 E 25

## HISTÓRIAS DE HORROR

ARTIGO DE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS  
Ministro das Finanças na altura dos atentados

SEXTA-FEIRA 10/09/2021 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

**HOJE 108 PÁGINAS**

# CORREIO da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES  
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

2ª FASE DO SECUNDÁRIO

## 15 MIL ALUNOS FALTARAM AO EXAME

P. 19

**RONALDO PAGA 1800 € DE IMI POR MANSÃO DE 7,6 MILHÕES**

CASA DA MARQUISE É A MAIS CARA DO PAÍS MAS FISCO AVALIA EM 680 MIL € P. 8 E 9

REVOLTA P. 48

## GANG ROUBA SINO E TENTA ATROPELAR TESTEMUNHA

ALEQUER P. 20

## PASSAM NOITE NA RUA PARA TEREM CONSULTA



JOVEM FORMADO, DE 23 ANOS, DETIDO P. 10

# MATA PAI PARA PROTEGER MÃE E IRMÃ

CRIME EM ALGÉS  
HOMICIDA HOJE EM TRIBUNAL

**"ELE NÃO VOLTA A BATER-NOS"**

TEMIA que um dia matasse a família. Confessou o crime

VIDAS P. 41 A 45

## CORCEIRO APAGA FOTOS AO LADO DE JOÃO FELIX

Jogador mantém imagens com a atriz

BISPO APAIXONADO POR ESCRITORA DE LIVROS ERÓTICOS

PANDEMIA P. 12 E 13

## MORTO HÁ 25 ANOS CHAMADO PARA VACINAÇÃO

PAIS FICAM À PORTA DA CRECHE. CRIANÇAS NÃO DEVEM LEVAR BRINQUEDOS

CLÁSSICO AGITA ALVALADE P. 4 A 6

# SÁBADO GORDO

SARABIA CHEGA E TREINA

JESUS LÍDER COM TESTE DIFÍCIL

CORONA "PRECISO DE JOGAR"

HOJE REVISTA LÍDER DE TV E LAZER

GUIA COMPLETO DE 25 CANAIS

Casa as avessas

LUZ AO FUNDO DO TÚNEL P. 27

Riqueza dos países do euro cresce mais

ORÇAMENTO P. 30

Salário melhorado para 12 mil do setor público

TENSÃO NO BRASIL P. 32

Apoiantes de Bolsonaro bloqueiam estradas

Uma história tão rica que está gravada em moedas.

Todas as 5ª feiras

4,95€ + JORNAL

Financiado + OFERTA de 2 réplicas de moedas.

CORREIO da manhã

Precisa de dinheiro?

Conheça a Venda com Opção de Compra!

Venda o seu estro-o volte a comprá-lo pagando em 24 suaves prestações.

VOCÊ 24

Venda com Opção de Compra

Valores 808 256 737

COMPRAMOS OURO



## SAINT-GOBAIN

**REUNIÃO COM GOVERNO**

**M**ais de uma centena de trabalhadores da Saint-Gobain, empresa dedicada ao fabrico de vidros para automóveis, manifestaram-se ontem contra o despedimento coletivo de 130 pessoas, em frente ao Ministério da Economia, de onde uma comitiva saiu com a promessa de uma reunião com o Governo na próxima semana. ●

## ALENQUER



Manifestação de moradores junto ao centro de saúde por melhores cuidados de saúde primários na localidade

# Passam noite na rua para terem consulta

**PROTESTO** ⬢ Dezenas manifestam-se contra a falta de médicos de família  
**REVOLTA** ⬢ Centro de saúde para 1800 utentes com apenas um clínico

CATARINA CASCARRINHO

**D**ezenas de moradores do Carregado, no concelho de Alenquer, manifestaram-se ontem contra a falta de médicos de família e de cuidados primários. Protestaram junto ao centro de saúde, que serve 1800 utentes e tem apenas um clínico em permanência.

O problema persiste há vários anos e afeta, sobretudo, os 11 mil habitantes que não têm sequer médico de família: é recorrente passarem a noite junto à unidade para conseguirem marcar

uma consulta. “Fiz uma intervenção cirúrgica ao joelho, necessitava de ter um médico de família para me encaminhar para a fisioterapia, mas quando cá cheguei disseram-me que tinha de passar aqui a noite para conseguir uma consulta com um

médico de recurso”, contou ao **Correio da Manhã** Paula Ferreira, de 60 anos. A indignação da população levou já representantes da Câmara de Alenquer a

reunirem-se, esta semana, com membros do Governo, adiantou a organização do protesto.

“Exigimos mais médicos de família para que seja possível dar resposta à população”, explica ao **CM**

## MORADORES PONDERAM NOVAS FORMAS DE LUTA PARA GARANTIR CUIDADOS

João Silva, porta-voz da Comissão de Moradores do Carregado, que promoveu a manifestação junto ao centro de saúde. Na próxima semana, os habitantes da localidade vão ponderar novas ações de luta. ●



11 DE SETEMBRO P. 24 E 25

## HISTÓRIAS DE HORROR

ARTIGO DE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS  
Ministro das Finanças na altura dos atentados

SEXTA-FEIRA 10/09/2021 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

HOJE **108** PÁGINAS

# CORREIO da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES  
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

2ª FASE DO SECUNDÁRIO

## 15 MIL ALUNOS FALTARAM AO EXAME

P. 19

**RONALDO PAGA 1800 € DE IMI POR MANSÃO DE 7,6 MILHÕES**

CASA DA MARQUISE É A MAIS CARA DO PAÍS MAS FISCO AVALIA EM 680 MIL € P. 8 E 9

REVOLTA P. 48

## GANG ROUBA SINO E TENTA ATROPELAR TESTEMUNHA

ALENQUER P. 20

## PASSAM NOITE NA RUA PARA TEREM CONSULTA



JOVEM FORMADO, DE 23 ANOS, DETIDO P. 10

# MATA PAI PARA PROTEGER MÃE E IRMÃ

CRIME EM ALGÉS  
HOMICIDA HOJE EM TRIBUNAL

**"ELE NÃO VOLTA A BATER-NOS"**

TEMIA que um dia matasse a família. Confessou o crime

VIDAS P. 41 A 45

## CORCEIRO APAGA FOTOS AO LADO DE JOÃO FELIX

Jogador mantém imagens com a atriz

BISPO APAIXONADO POR ESCRITORA DE LIVROS ERÓTICOS

PANDEMIA P. 12 E 13

## MORTO HÁ 25 ANOS CHAMADO PARA VACINAÇÃO

PAIS FICAM À PORTA DA CRECHE. CRIANÇAS NÃO DEVEM LEVAR BRINQUEDOS

CLÁSSICO AGITA ALVALADE P. 4 A 6

# SÁBADO GORDO

SARABIA CHEGA E TREINA

JESUS LÍDER COM TESTE DIFÍCIL

CORONA "PRECISO DE JOGAR"

HOJE REVISTA LÍDER DE TV E LAZER

GUIA COMPLETO DE 25 CANAIS

Casa as avessas

LUZ AO FUNDO DO TÚNEL P. 27

Riqueza dos países do euro cresce mais

ORÇAMENTO P. 30

Salário melhorado para 12 mil do setor público

TENSÃO NO BRASIL P. 32

Apoiantes de Bolsonaro bloqueiam estradas

Uma história tão rica que está gravada em moedas.

Todas as 5ª feiras

4,95€ + JORNAL

Financiado + OFERTA de 2 réplicas de moedas

Precisa de dinheiro?

Conheça a Venda com Opção de Compra!

Venda o seu estro-o volte a comprá-lo pagando em 24 suaves prestações.

VOCÊ 24

Venda com Opção de Compra

Valores 808 256 737

COMPRAMOS OURO

**MARCELO REBELO DE SOUSA**  
**SUBSÍDIO DE RISCO**

☐ O Presidente da República anunciou ontem a promulgação do diploma do Governo que define os montantes do subsídio de risco para as forças de segurança. Considerou, porém, que ficou "aquém das expectativas".

**DÍVIDA EM MORATÓRIA****SEM IMPOSTO DO SELO**

**O** Governo aprovou ontem uma proposta de lei que prevê a isenção do Imposto do Selo sobre as operações de reestruturação ou refinanciamento das dívidas em moratória. "Atento o racional de proteção do tecido produtivo, procura-se assim mitigar o encargo fiscal associado àquelas operações", referiu em comunicado. ●



## ADSE Pandemia poupou €80 milhões

**Funcionários públicos utilizaram menos cuidados médicos privados com a covid. Beneficiários fazem ultimato**

A pandemia afastou os portugueses das unidades da saúde para a prestação de outros cuidados e os funcionários públicos não foram exceção. Com a propagação do vírus, "a ADSE deixou de gastar cerca de €80 milhões face aos anos normais", avançaram ao Expresso os responsáveis do subsistema.

Em 2020, o saldo positivo aumentou para €140 milhões, montante a que acrescem €772 milhões que a ADSE tem acumulados no Instituto de Gestão

de Crédito Público e que lhe permitem assegurar mais de um ano de despesas de saúde. Já em 2019, último ano sem pandemia, a receita total foi de €672 milhões e as despesas €622 milhões, fechando o ano com um saldo de €50 milhões.

A sustentabilidade não está em causa mas a ADSE diz querer acautelar o futuro — e no início do mês impôs novas tabelas. Há mais encargos para os beneficiários e reduções para os privados, pelo que os maiores grupos desistiram de alguns atos. Partos e vários exames, incluindo para diagnóstico de cancro, são emblemáticos.

Os prestadores reclamam uma correção urgente. "As tabelas estão em

vigor e os beneficiários já estão a ser confrontados com as alterações ao regime convencionado", alerta Oscar Gaspar, presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada. Mas ADSE e Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, a tutela, respondem em uníssono: vamos ver.

"A ADSE compromete-se a ponderar com a maior brevidade apenas as tabelas relativas aos partos, testes de psicologia e às cirurgias tiroidectomia, hérnia e gastrectomia parcial." Já o gabinete da ministra Alexandra Leitão adverte que "não se trata de uma revisão das tabelas", garantindo que "essa possibilidade nunca esteve em cima da mesa". Ainda assim, a ministra reconhece que "é natural em tabelas desta natureza e complexidade, com milhares de atos e dispositivos médicos, surgir a necessidade de fazer alguns acertos *a posteriori*".

Alexandra Leitão deixa, no entanto, um recado: "Perante a intenção anun-

ciada por dois prestadores privados de retirar da convenção alguns atos e criar 'preços especiais' em regime livre, está em análise a possibilidade de denunciar as convenções nas áreas em que a ADSE considere que está em causa a coerência interna das tabelas do regime convencionado."

A ADSE sinaliza 90 mil pedidos de associação de atos e 12 mil de desassociação desde o início do mês (quando entraram em vigor as novas tabelas) até à passada terça-feira. Desde o início do ano foram feitos 123 pedidos de novas convenções. Os privados têm até esta sexta-feira para comunicar o corpo clínico e os atos no acordo e a ADSE decidirá. Um processo que Eugénio Rosa, vogal da ADSE eleito pelos representantes dos beneficiários, garante que "ficará definido este mês". A partir daí, a ADSE procurará alternativas junto de outros prestadores.

CÁTIA MATEUS  
e VERA LÚCIA ARREIGOSO  
cmateus@expresso.imprensa.pt



# “Não há razão para uma crise que ninguém perceberia”

Ministro da Economia parte confiante, mas **Governo aposta em negociações tensas**. PCP ainda quer ver contas de 2021 e BE espera “sinais” na proposta do Orçamento



Siza Vieira tem sido a cara da negociação na concertação, Duarte Cordeiro é o homem das negociações do OE no Parlamento

LILIANA VALENTE  
e ROSA PEDROSO LIMA

A estabilidade política do Governo joga-se nos próximos dois meses e meio. Até ao dia da votação final do Orçamento para 2022, o Governo vai distribuindo medidas, como a mexida nos escalões do IRS, e não hostiliza em público os parceiros (a começar pelo BE); o PCP faz pressão com a execução do Orçamento atual, mas tem uma lista pronta a negociar; o BE desconfia, mas reúne-se com o Governo e apresenta as suas prioridades enquanto o PAN e o PEV têm mantido reuniões sectoriais. Começam agora as leituras nas entrelinhas. Há vontade ou é *bluff*?

O Governo vai apostando as fichas em que apesar de se antever uma negociação cada vez mais difícil, tensa e complexa até ao último dia, não há vontade de crise. “Não vejo razão para nesta altura não se aprovar um Orçamento e se abra uma crise política num contexto em que ninguém em Portugal a perceberia”, diz ao Expresso o ministro de Estado e da Economia, Pedro Siza Vieira.

O ministro tem tido em mãos, em conjunto com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, a reforma das leis laborais, que é o outro lado da balança nas conversas à esquerda, e que, apesar de correrem em paralelo, terminarão em tempos diferentes: os projetos do Governo ainda não deram entrada no Parlamento e com as interrupções para o OE, só se fecharão depois da votação do OE. E isso conta.

Tanto o PCP como o BE querem “sinais” de que haverá caminho a fazer por ali. No BE é uma condição prévia para um acordo, no PCP, estas medidas entram no caderno de encargos. Contudo, está tudo congelado, dado que o PCP remeteu as conversas para depois das autárquicas. O Governo assume os “ritmos diferentes” dos parceiros e acredita que o palco da campanha autárquica sirva para que os partidos falem das suas exigências nacionais. Para o BE há a certeza de que as Finanças só querem que algo avance quando os comunistas entrarem em jogo e o curto espaço de tempo de negociação poderá criar algumas dificuldades. A primeira é a de o Governo incluir na proposta de OE medidas dos parceiros, o que deverá fazer

em termos estratégicos para retirar espaço para os partidos votarem contra. Esse voto está sobretudo em cima da mesa do BE, que começa as conversas do ponto em que romperam o ano passado. As “medidas já são conhecidas há mais de um ano” pelo que, acredita o BE, se o Governo quiser dar um “sinal” de que os quer a bordo, tem de fazê-lo na proposta inicial. Se não o fizer é um “statement político” que terá leitura, diz um bloquista.

A segunda dificuldade tem a ver com a “margem” negociada para a discussão na especialidade que tem de ser grande, para acomodar o que for negociado. Para a margem há vários números a contar: em primeiro lugar há já €2 mil milhões comprometidos do lado da despesa, contas do “Público”; depois, com o crescimento deste ano a poder chegar aos 5%, João Leão, que quer aproximar o défice deste ano das regras europeias (suspensas até 2023), pode fazê-lo mais pelo crescimento da economia e não pela despesa; e depois os milhões do

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que estão a ser usados por António Costa. O Governo insiste na ideia de que para acertar as contas, não há recurso à austeridade: “A saída da crise tem de se fazer pelo crescimento da economia e não pela contenção de despesa e aumento de impostos”, reforça Siza Vieira.

“Neste momento a economia vai chegar ao nível de 2019 mais cedo do que se esperava, mas a trajetória é em K, uns sectores recuperam mais rápido do que outros”, alerta o ministro. Por isso, o Governo diz que irá manter os apoios às empresas, sobretudo para os sectores mais afetados e, como o país entra numa nova fase, reforçará o incentivo ao investimento, não estando previstas mexidas nos impostos das empresas.

## PCP aumenta pressão

Apesar de todo o jogo, o poder e a pressão de garantir a estabilidade está sobretudo nas mãos do PCP. “Nada anda”, diz João Oliveira. O li-

der parlamentar do PCP garante que o seu partido “está atento” e “não vai deixar” que o Governo “atire para trás das costas” o que os comunistas viabilizaram e ficou acordado para ser executado no Orçamento deste ano. Sem isso, não partem para as conversas para o OE de 2022. A reclamação não é nova e foi um dos motes que Jerónimo de Sousa levou para a *rentrée* política do partido, usando o palco habitual da Festa do “Avante!” para dramatizar o estado das relações com o PS.

A pedra no sapato dos comunistas é grande e tem levado a um endurecimento progressivo do discurso político. Mas, com o Governo a acenar com medidas que vão ao coração das pretensões do PCP — desde a mexida nos escalões do IRS, aumentando a progressividade do imposto, a abertura de concursos para reforço dos quadros da Administração Pública ou o anúncio da atribuição do subsídio de risco às forças de segurança —, o espaço de manobra para justificar um corte absoluto com o PS começa a ficar mais curto.

João Oliveira, porém, não desiste da demarcação de terreno: “Só avançou o que é de aplicação automática no quadro do OE”, disse ao Expresso, lembrando que “ficou em águas de bacalhau” grande parte da longa lista de medidas do OE-2021. Os comunistas chumbam o Governo em termos de “apreciação global” do cumprimento do último acordo orçamental e reclamam que “tudo o que, no OE deste ano, implicava regulamentação por parte do Governo ficou por cumprir”.

“Há um aroma eleitoral no discurso do PS”, alega João Oliveira, e garante que a sua bancada está “atenta” e a “rever e atualizar” a lista do que falta cumprir para apresentar ao Governo. “Com o fim da pandemia à vista faz-se crer que os problemas desapareceram, mas a realidade não é nada esta”, diz o líder parlamentar comunista.

Os comunistas forçam a barra e agitam a bandeira de combate. Mas não fecham a porta à negociação. Depois das eleições, as conversas com o Governo estarão de volta e “está nas mãos do PS” uma solução, diz o PCP. Ou dito de outro modo: o próximo OE terá de acomodar um novo caderno de encargos que os comunistas estão a redigir.

valente@expresso.imprensa.pt

## Jorge Costa Dos “mais exigentes e produtivos”



O elogio foi feito por António Costa, no final do congresso do PS, a Jorge Costa (BE) e Vasco Cardoso (PCP, ver ao lado). Os dois são negociadores desde o início da “geringonça” e continuaram nas conversas para os Orçamentos. Jorge Costa tinha, no entanto, trabalhado ao lado dos socialistas, com quem negociou quando BE e PS apoiaram Manuel Alegre. O bloquista, de 45 anos, é vice-presidente da bancada parlamentar e do núcleo duro da direção. Licenciado em Comunicação Social, é um dos rostos do BE na comunicação e na definição estratégica. Fez parte do PSR e é membro da mesa nacional do BE desde a fundação. L.V.

## Vasco Cardoso O homem dos bastidores



Membro da comissão política e responsável pelo sector económico do PCP, tem sido, nos bastidores e ao longo de toda a era da “geringonça”, um dos principais e dos mais rigorosos negociadores dos Orçamentos do Estado com o PS. Aos 43 anos, percorreu a estrutura comunista desde a base e, antes de chegar ao quartel-general da Soeiro Pereira Gomes — onde tem vindo a ganhar peso e influência crescentes —, foi responsável pela estrutura distrital do Algarve. Em 2017, foi o autor de um livro e coordenador da campanha nacional levada a cabo pelos comunistas a favor da saída de Portugal do euro.



COLEÇÃO GUIAS "PELA SUA SAÚDE" HOJE GRÁTIS 1º GUIA

COLEÇÃO 3 GUIAS

idealista  
O portal imobiliário líder em Portugal

10 de setembro de 2021  
2550 • €4

Director: João Vieira Pereira  
Directores-Adjuntos: David Dinis, Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos  
Director de Arte: Marco Grieco

www.expresso.pt

**24h**

**Novo alívio de restrições**  
O Governo vai agendar uma reunião no Infarmed para discutir novas medidas, quando o país alcançar, à partida dentro de três semanas, a meta de ter 85% da população vacinada contra a covid-19. Já a DGS emitirá uma recomendação sobre as máscaras.

**Autarcas protestam contra a CNE**  
Um grupo de dez autarcas, que inclui Carlos Carreiras e Isaltino Morais, apresentou uma ação administrativa contra a Comissão Nacional de Eleições (CNE), por estarem impedidos de publicitar obras feitas. Marcelo e Costa são apontados como testemunhas no processo.

**Prémio Ana Maria Vieira de Almeida**  
A Fundação Vasco Vieira de Almeida lançou, com o apoio da Gulbenkian, um prémio que incide sobre trabalhos de investigação em modelos inovadores na área da educação infantil, pré-primária e primária, em homenagem à vida e obra da professora e pedagoga Ana Maria Vieira de Almeida.

**Guerra entre Cravinho e Marinha**  
O chefe do Estado-Maior da Armada, em conflito com o ministro da Defesa, Gomes Cravinho, esteve reunido de urgência com o Presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, depois de desautorizado pelos superiores hierárquicos nos termos da nova legislação. P4

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: ECONOMIA, REVISTA E GUIA PELA SUA SAÚDE NFT

**mantovani**  
Cozinha e Banho

www.mantovani.pt

11 DE SETEMBRO  
**QUE FAZER QUANDO A DOR É CRÓNICA?**  
Reportagem de Pedro Cordeiro em Nova Iorque, nos 20 anos do atentado R24

O DIÁRIO DOS DIAS EM QUE O SÉCULO COMEÇOU, POR MIGUEL MONJARDINO R20

JOVENS AMERICANOS RECORDAM O DIA EM QUE MORRERAM 3 MIL PESSOAS P26

SPIKE LEE REVISITA ÚLTIMOS 20 ANOS NUMA SÉRIE PARA SARAR FERIDAS RS3

OPINIÕES E CRÓNICAS CLARA FERREIRA ALVES, HENRIQUE MONTEIRO, SEIAS DA COSTA

FOTO: GARY HESBORN/GETTY IMAGES

# Juiz Ivo Rosa travou escutas a jiadistas

**Tribunal da Relação** acabou por contrariar decisão do magistrado. Suspeitos de **terrorismo** foram detidos. Segurança de **Marcelo** foi informada? Sobram as dúvidas P5 e 23

RUI MOREIRA  
"Nunca prometi obras faraónicas" P16

ANTÓNIO VITORINO  
"Odemira é mancha para Portugal" P7

**Máscaras em locais fechados são para durar**

**Sondagem: PS em risco de perder Coimbra**

Segunda-feira deixam de ser obrigatórias na rua, mas máscaras ainda podem manter-se muito tempo. Setembro é decisivo P18

Inquérito às portas da campanha mostra PSD perto de recuperar capital de distrito. Na Figueira, Santana está em grande P14

## Escolas. Inovação estagnou dois anos

Ano letivo começa para a semana. Primeiro curso privado de **Medicina** abre portas P8

Siza Vieira: "Não há razão para uma crise" P17

MP arrasa novo aeroporto do Montijo P22

PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

**Os Fundos Europeus estão a chegar. E agora?**

Caixa. Para todos e para cada um.

Saiba mais em [cgd.pt/empresas](http://cgd.pt/empresas)

Caixa Geral de Depósitos, S.A.



## IVAUCHER

## Acordos com a banca ainda estão a ser finalizados

**O IVAucher sofreu mudanças na forma como serão feitas as devoluções. A maior parte não será automática**

A segunda fase do programa IVAucher arranca a 1 de outubro e termina a 31 de dezembro: os contribuintes vão poder começar a descontar o valor de IVA acumulado em compras em determinados sectores entre junho e agosto. Mas ainda estão a ser acertados detalhes com outros parceiros, a banca e comerciantes, para que nesta fase seja mais fácil recuperar o IVA.

O impacto destes acertos não se reflete diretamente nos consumidores que já fizeram o que tinham a fazer para usufruir do IVAucher. Já pediram a fatura com identificação fiscal (NIF) e, se ainda não o tiverem feito, só têm de se inscrever no programa e maximizar a recuperação do IVA nos estabelecimentos aderentes. Houve, no entanto, mudanças, pois foi preciso adaptar e uniformizar o funcionamento para devolução do IVA.

### O que se alterou?

Uma das grandes alterações é a forma como vai receber as devoluções, que decorre dos acordos que o Governo e a empresa gestora do programa, a SaltPay, estão a finalizar com os bancos. A grande maioria dos contribuintes irá receber o IVA acumulado na conta bancária,

e não, como inicialmente previsto, descontado na hora do consumo. Ou seja, o consumidor paga o total da fatura e só depois, no máximo de dois dias, irá receber na sua conta bancária o IVA acumulado, cujo valor não pode ser superior a 50% da despesa que acabou de fazer. O reembolso será diferido.

Para recuperar o dinheiro tem de se inscrever no programa, fazer as compras em comerciantes aderentes e pagar com cartão bancário de uma das instituições aderentes. Fonte oficial das Finanças afirma que a maioria dos bancos está a finalizar os acordos e deu exemplos: CGD, BCP, BPI, Santander, Novo Banco, Crédito Agrícola e Montepio. Se o seu banco não tiver aderido, terá de procurar um estabelecimento que tenha um terminal da SaltPay, empresa que ganhou o concurso e que conta com 3500 terminais a nível nacional, para obter o reembolso. Já agora, tenha presente que não terá reembolso se pagar com o cartão refeição (nunca esteve previsto).

Para usufruir do desconto não tem de pedir NIF na fatura, porém as Finanças adiantam que “pedir fatura com NIF é sempre um comportamento que se deve adotar como hábito, com ou sem programa IVAucher a decorrer”.

Para as empresas abrangidas que queiram aderir ao programa basta que associem o NIF (identificação fiscal) e indi-

quem a identificação dos seus terminais de pagamento automáticos (TPA) para que quando os clientes façam a compra através do cartão bancário esse movimento seja comunicado ao banco e à SaltPay para que o reembolso seja validado. Desta forma haverá mais pontos para pedir a devolução e tornar o programa o mais abrangente possível, deixando de ter TPA da SaltPay. Existem 600 empresas aderentes até agora, mas o Ministério das Finanças acredita que o número aumentará. Haverá campanhas de sensibilização.

### Adesão dos independentes

Os contribuintes podem aderir em qualquer altura, mas no caso dos trabalhadores independentes terão de classificar as faturas no e-fatura, para efeitos de IVAucher, como consumo pessoal e não profissional. O prazo para o fazerem termina a 24 de setembro, mas “haverá um período de validação extra em novembro”, adianta as Finanças.

O programa conta já com 260 mil contribuintes aderentes e em junho e julho foram acumulados €47,5 milhões para descontar, dos quais €36,3 milhões em IVA da restauração. Falta saber o valor de agosto. Um montante que corresponde a menos de 25% da dotação prevista inicialmente (€200 milhões).

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.imprensa.pt



## ANA aponta riscos de travar a Portela e recomeçar do zero

**Concessionária diz que impedir o aeroporto de Lisboa de crescer e não construir no Montijo vai impedir crescimento do turismo e levar a perda de passageiros**

A construção do novo aeroporto de Lisboa voltou ao topo da agenda, num processo onde a incerteza é a tônica dominante e o futuro continua em aberto. O tema aterrou na campanha autárquica — o atual presidente da Câmara de Lisboa e candidato do PS, Fernando Medina, puxou-o para cima da mesa, dizendo que se opõe à expansão

do atual (Aeroporto Humberto Delgado), afirmando que não o quer como aeroporto principal nem com o número de voos que existiam antes da crise pandémica. À sua voz junta-se a da generalidade dos candidatos à autarquia, com Carlos Moedas (PSD) e João Ferreira (PCP) a defenderem a opção Alcochete. Soma-se a pressão ambientalista forte. Oito organizações ambientais vieram esta semana questionar o modelo do estudo de avaliação ambiental estratégica, cujo concurso o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) irá lançar nas próximas semanas. E há um parecer do

Ministério Público que dá razão a ambientalistas e chumba o aeroporto do Montijo (ver texto no primeiro caderno).

### Os alertas da ANA

É grande a pressão sobre o primeiro-ministro. António Costa continua a defender a opção Montijo e considera que o país não pode adiar a decisão sobre um tema que se discute há mais de 50 anos. A ANA, ouvida pelo Expresso, afasta-se da polémica e não quer tomar posição, mas alerta para o que considera serem os riscos económicos e de perda de competitividade que o país corre em adiar uma decisão. Entre os riscos apontados pela concessionária está a perda de receitas do turismo e a fuga de investimento e de passageiros para outros aeroportos concorrentes na Europa. Considera que estudar uma nova localização pode atrasar a construção do futuro aeroporto mais cinco anos — o projeto acor-

dado em 2019 entre o Governo e a ANA (expansão da Portela mais Montijo) apontava para a conclusão das obras em 2028. A ANA lembra ainda que mexer nos planos já acordados levará à renegociação dos parâmetros do contrato de concessão, o que deverá acontecer de qualquer maneira, uma vez que as obras do plano acordado já deviam ter começado. Estava então previsto um investimento de €1,3 mil milhões até 2028, sendo que €650 milhões seriam para a primeira fase de expansão de Lisboa e o restante para o Montijo.

“A ANA não tem comentários sobre declarações de candidatos autárquicos, mas pretende contribuir para um debate público objetivo e informado sobre as matérias relacionadas com o transporte aéreo e sensíveis para a operação e sustentabilidade financeira das empresas do sector [...], a economia nacional e a criação de emprego”, diz fonte oficial da concessionária. Nesse âmbito, sublinha

a importância da aviação para o turismo e o papel do que é o “maior exportador de serviços do país” para a retoma económica. “É fundamental que as decisões políticas sejam assentes numa apreciação realista e pragmática do contexto do país e das companhias aéreas”, frisa a empresa liderada por Thierry Ligonnière. Ou seja, soluções mais ambiciosas que o Montijo têm de ser financiadas por taxas ou impostos, como a ANA e José Luís Arnaut, presidente do conselho de administração, têm repetido.

**Mexer nos planos já acordados — expansão da Portela mais Montijo — levará à renegociação dos parâmetros do contrato de concessão, que termina em 2062**

Citando a IATA, a ANA diz ainda que o aeroporto “voltará proximamente a uma situação de saturação semelhante à conhecida antes da pandemia, prolongando-a por vários anos, mesmo com a escolha da solução mais rápida de desenvolvimento da capacidade (Montijo)”. Para ela, o atraso pode sair caro ao país, uma vez que atirará para a década de 30 a conclusão da obra. “Qualquer novo aeroporto implica a realização de estudos de projeto e de impacto ambiental sem garantia de um desfecho positivo e que acrescentam vários anos de saturação [de Lisboa] face à solução já estudada e validada após aquilo que foi provavelmente o estudo de impacto ambiental mais aprofundado na história das infraestruturas em Portugal”, salienta. Não obstante, a concessionária assegura que fará o que o Estado quiser e achar adequado — a responsabilidade final é política.



# EuroAtlantic queixa-se da TAP em Bruxelas

Companhia avançou com uma exposição formal, alegando que o apoio público à TAP distorce a concorrência

Textos ANABELA CAMPOS

A irlandesa Ryanair não é a única concorrente da TAP a levantar junto das autoridades europeias um cartão vermelho ao apoio público de €3,2 mil milhões à transportadora. A companhia de aviação portuguesa privada EuroAtlantic Airways é outra das vozes de protesto contra o que considera uma "decisão discriminatória a favor da TAP". A EuroAtlantic avançou com uma exposição formal à Direção-Geral da Concorrência europeia (DG Comp), onde se queixa do tratamento desigual dado pelo Governo português às empresas de aviação, ao optar por apoiar apenas as companhias aéreas públicas — a TAP e a açoriana SATA —, deixando o restante sector sem qualquer apoio. Uma decisão que, considera a EuroAtlantic, distorce a concorrência, e é por isso injusta, e desequilibra o mercado. "Como tivemos oportunidade de informar antecipadamente o Governo e a TAP, e por não termos respostas ao que solicitámos, demos nota às instituições europeias da nossa posição/opinião sobre a distorção da concorrência que estas ajudas ao sector público trouxeram", disse ao Expresso Eugénio Fernandes, presidente executivo da companhia de *leasing*, *charter* e de carga, sem querer alargar-se mais em comentários. O gestor tem defendido — e já o fez em entrevista ao Expresso, em fevereiro — que nada o move contra a TAP, o que quer apenas é um tratamento de equidade para todas as empresas do sector, asfixiadas desde março de 2019 por uma pandemia que as obrigou a travar a fundo.

A EuroAtlantic tentou durante um ano obter apoios junto do Governo, nomeadamente do Ministério das Infraestruturas, mas sem sucesso. Por isso, no final do mês de junho, sabe o Expresso, decidiu avançar com uma exposição formal à DG Comp, onde lamenta a ausência de apoios ao sector privado da aviação, considerando estarmos perante um caso de concorrência desleal de empresas públicas face às privadas: a TAP e a SATA. A TAP já recebeu quase €1,7 mil milhões de ajuda pública e a companhia açoriana €253 milhões (não em injeção

de capital, mas em empréstimos no mercado garantidos pelo Governo Regional). Em Portugal, os apoios dados às empresas do sector da aviação limitaram-se ao *lay-off*.

Não é uma surpresa a posição da EuroAtlantic. Eugénio Fernandes tem criticado duramente a ajuda exclusiva à companhia e já o tinha feito na referida entrevista ao Expresso, onde afirmou que o Governo

**Apenas a EuroAtlantic e a Ryanair admitiram que fizeram comentários na consulta pública ao plano de reestruturação da TAP. A easyJet optou pelo silêncio**

tinha feito uma "má gestão" política do dossiê. "É injusto apoiar a TAP e deixar de fora os privados". Em Espanha, a privada Air Europa recebeu um apoio público de €450 milhões, exemplificou então.

A exposição formal da EuroAtlantic poderá ter sido um dos fatores a contribuir para Bruxelas abrir um processo de investigação aprofundada ao plano de reestruturação da TAP, cuja consulta pública, dando oportunidade aos concorrentes de se pronunciarem, terminou esta segunda-feira. A EuroAtlantic fez também comentários à consulta pública aberta pela Comissão, como o Expresso já noticiou. Desconhece-se a tónica dos comentários, mas estarão

certamente focados na falta de equidade e nos problemas de concorrência que se levantam com a ajuda pública.

## Sob forte pressão

Desenhou-se, por isso, esta semana um novo capítulo do plano de reestruturação da TAP, cujo futuro está nas mãos de Bruxelas e dos concorrentes, empenhados em manter a pressão elevada sobre a transportadora portuguesa e a comissão da Concorrência, Margrethe Vestager. Apenas a EuroAtlantic e a Ryanair admitiram que fizeram comentários ao plano de reestruturação da TAP — e a companhia irlandesa já avisou, em resposta ao jornal *online* "ECO", que não irá baixar os braços e irá recorrer de qualquer decisão que aprove o plano. A easyJet optou pelo silêncio. Há vários comentários na consulta pública e nem todos a

contestar o apoio à transportadora portuguesa e a pressionar Bruxelas para que seja dura com a TAP, obrigando-a a abrir mão de *slots* (faixas horárias para aterrar e levantar voo) e a reduzir a frota a ponto de se transformar numa TAPzinha. Há também, sabe o Expresso, um vasto conjunto de comentários a sublinhar a importância da companhia para o país.

As próximas semanas serão decisivas. A DG Comp vai avaliar os comentários na consulta pública e pronunciar-se. O Estado português e a TAP terão pela frente a batalha de convencer Vestager (e os concorrentes) de que não vão distorcer a concorrência, ainda que mantenham uma dimensão relativamente próxima do que antes da pandemia. Christine Ourmières-Widener, presidente executiva, disse que irá começar a operacionalizar o plano em outubro.

acampos@expresso.impressa.pt

28 anos a ligar o mundo



Eugénio Fernandes, há 14 anos na EuroAtlantic, tem sido uma voz ativa no apelo a apoios ao sector. A cumprir 28 anos, a EuroAtlantic opera nas áreas da carga, *charters*, oportunidade de último minuto — foi contratada pelo Governo britânico para retirar cidadãos do Afeganistão. Voa semanalmente para São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Em 2019 teve vendas de €90 milhões e lucro de €8 milhões.



TAP mantém-se à espera de luz verde da Comissão, mas esta semana a presidente da companhia assegurou que irá operacionalizar o plano em outubro. FOTO: TIAGO MIRANDA



MEDICINA  
GERAL E  
FAMILIAR

## “Somos cada vez mais médicos da pandemia”



**SUSETE  
SIMÕES**

VICE-PRESIDENTE  
DA ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA DE  
MEDICINA GERAL  
E FAMILIAR (APMGF)





## DICAS PARA UMA SAÚDE EM DIA

- Hidratação adequada;
- Alimentação equilibrada e diversificada;
- Garantir um sono reparador;
- Evitar consumo de álcool, tabaco e outras drogas;
- Realizar exercício físico regularmente;
- Controlo regular do peso e tensão arterial;
- Evitar tempo de exposição excessivo aos ecrãs;
- Cumprir medicação recomendada pelo médico.

**P**assaram mais de 18 meses desde o primeiro embate da pandemia em Portugal, com consequências que vão muito além dos confinamentos gerais, das restrições à circulação e dos efeitos diretos da infeção covid-19. No Sistema Nacional de Saúde (SNS), que agiu como primeira linha de defesa no combate contra o vírus, adensaram-se problemas antigos que deram força a reivindicações que os profissionais de saúde vêm fazendo há muitos anos. Susete Simões, vice-presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF), confirma que “com a pandemia tudo piorou”, nomeadamente no que respeita à sobrecarga dos médicos de família. “Desde o início que os médicos de família se envolveram em todas as tarefas relacionadas com a pandemia”, diz, dando, como exemplo, o papel central nas Áreas Dedicadas Covid-19, onde são avaliados utentes com suspeitas de infeção, mas também na hercúlea tarefa de vigilância telefónica de todos os confinados. “Nunca a expressão “não se faz uma omeleta sem ovos” fez tanto sentido”, afirma, em alusão ao esforço adicional exigido a estes profissionais. Susete Simões conhece bem a realidade porque a viveu na primeira pessoa ao longo do último ano e meio, em particular na região de Castelo Branco, onde exerce a função de médica de família. Porém, refere, o impacto negativo do contexto pandémico não prejudicou apenas os colegas de profissão mas sobretudo os cidadãos que habitualmente acompanham – e



são muitos, podendo variar entre 1700 e 1900 utentes por médico. “Infelizmente, é cada vez mais frequente utentes terem que recorrer ao serviço de urgência ou a colegas no particular para terem uma resposta mais célere”, lamenta. Além do inevitável atraso na realização de consultas, que poderá significar que muitas doenças terão ficado por diagnosticar em tempo útil, existe agora uma nova pandemia de patologias causada pela interrupção na atividade assistencial. “Já nos apercebemos que estas pausas forçadas na vigilância tiveram consequências de gravidade variável, como descompensação de doenças crónicas, aumento de peso, aumento do consumo de álcool, tabaco ou drogas”, exemplifica. Porém, entre as novidades das queixas registadas pelos doentes estão perturbações psicológicas, em particular nas camadas mais jovens, que “desenvolveram comportamentos antissociais, fobias e dependência de videojogos”. De uma forma mais geral, surgiram ainda sintomas agravados de ansiedade e depressão que se agravaram com os confinamentos e que vão, afirma a especialista em medicina geral e familiar, “necessitar de muito tempo e muitas consultas para serem devidamente tratados”. A responsável da APMGF realça que tem sido feito um esforço coletivo para que, gradualmente, estes profissionais consigam regressar

**“NÃO EXISTEM EXAMES DE ROTINA. CADA UTENTE É ÚNICO, COM O SEU HISTORIAL PESSOAL E FAMILIAR, COM AS SUAS PREOCUPAÇÕES, EXPOSIÇÕES DE RISCO, IDADE E EXAME OBJETIVO”**

### Cuidados recomendáveis

Análises, radiografias e outros exames de diagnóstico não precisam de ser realizados com uma frequência predeterminada mas apenas quando recomendados pelo médico de família. O profissional adequará as prescrições em função do estilo de vida do utente, da sua história familiar ou patologias conhecidas. No entanto, existem exames que devem ser feitos de forma preventiva e generalizada, consoante a faixa etária.

Os rastreios oncológicos devem fazer parte da rotina de toda a população. Para o cancro da mama, as mulheres com idades entre os 25 e 64 anos devem realizar citologia a cada três anos, em meio líquido, ou a cada cinco anos, no método convencional. A partir dos 50 anos, devem fazer mamografias com intervalo de dois anos. Já no rastreio do cancro colorretal, a população em geral deve fazer pesquisa de sangue nas fezes a cada dois anos ou colonoscopia a cada dez anos. É fundamental consultar o seu médico de família e seguir as recomendações do profissional.



**29**  
milhões

Número de exames  
complementares de diagnóstico  
e terapêutica que ficaram por  
realizar entre março de 2020  
e fevereiro de 2021

à vigilância habitual dos seus utentes, embora as tarefas adicionais trazidas pela pandemia obriguem a que, muitas vezes, consultas sejam adiadas. “Isto causa frustração aos utentes, mas também aos profissionais, que se sentem cada vez menos médicos de família e cada vez mais médicos da pandemia”, assinala. Com a previsão de encerramento, em breve, dos centros de vacinação covid-19, Susete Simões diz parecer estar a “surgir uma luz ao fundo do túnel” para um regresso a alguma normalidade. Contudo, e apesar de não existir ainda uma decisão final, “nada foi comunicado às equipas sobre como se fará a vacinação posteriormente”, ainda que muitas autarquias estejam a entregar esta missão aos cuidados de saúde primários.

A PORTA DE ENTRADA PARA O SNS  
Se é verdade que o contexto pandémico implicou muitas consequências negativas para a saúde, também o é que a sociedade está hoje mais consciente da importância do SNS, mas sobretudo dos centros de saúde. “É desejável que os cuidados de saúde primários sejam habitualmente o primeiro contacto dos utentes com o SNS e, ao longo desta pandemia, as unidades de saúde tiveram que, periodicamente, limitar esse contacto”, explica Susete Simões. “Durante esses períodos, toda a população sentiu o que é ficar sem médico de família”, reforça. É através deste contacto de proximidade que os utentes podem resolver uma extensa panóplia de problemas de saúde, assim como, por exemplo, obter referência para rastreios e diagnósticos. Aliás, de acordo com dados do estudo “O impacto da pandemia covid-19 na prestação



de cuidados de saúde em Portugal”, da consultora MOIAI, terão ficado por realizar cerca de 29 milhões de exames complementares de diagnóstico e terapêutica entre março de 2020 e fevereiro de 2021.

É, também, por intermédio do médico de família que os utentes podem pedir relatórios de aptidão e atestados para a prática desportiva, carta de condução, baixa médica e tantas outras declarações. A carga burocrática é, acredita a vice-presidente da APMGF, mais uma das razões “para o afastamento destes profissionais do SNS” que ajuda a justificar que, repetidamente, os concursos para a contratação de especialistas em medicina geral e familiar não preenchem as vagas disponíveis. As condições de trabalho, a lenta progressão na carreira, o excesso de utentes por profissional e a falta de equipas de enfermeiros e administrativos impedem, diz, que o Governo consiga cumprir a promessa de garantir que toda a população tem médico de família. “Os médicos desencantam-se pela especialidade, desiludem-se com o funcionamento do SNS e procuram melhores condições de vida”, admite. As consequências, essas, recaem nos cidadãos. “Se toda a população tivesse médico de família atribuído, conseguiríamos assegurar que todos os utentes teriam igual acesso aos cuidados de saúde”, remata Susete Simões. ■

**“SE TODA A POPULAÇÃO  
TIVESSE MÉDICO DE  
FAMÍLIA ATRIBUÍDO,  
CONSEGUIRÍAMOS  
ASSEGURAR QUE TODOS  
OS UTENTES TERIAM  
IGUAL ACESSO AOS  
CUIDADOS DE SAÚDE”**

## CONSULTAS DE PLANEAMENTO FAMILIAR

Disponíveis também em hospitais com serviços de obstetria e ginecologia, estas consultas estão acessíveis a todos os utentes, de forma gratuita, através dos centros de saúde. Eis o que precisa de saber:

- Aconselhável para acompanhar a saúde dos utentes;
- Oferece aconselhamento sobre fertilidade e sexualidade;
- Preparar maternidade e paternidade saudáveis;
- Encaminhamento para consultas de especialidade;
- Distribuição gratuita de métodos contraceptivos;
- Rastreio de doenças sexualmente transmissíveis;
- Adolescentes não precisam de autorização ou acompanhamento dos pais;
- Marcação no portal do SNS 24, pela linha telefónica SNS 24 ou presencialmente.



## Editorial

# SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA

**MIGUEL CADETE**  
DIRETOR-  
-ADJUNTO

Pela Sua Saúde! Foi fácil dar nome a estes três guias que o Expresso oferece a todos os seus leitores a partir desta semana. Foi fácil demais, é caso para dizer. Se a intenção de os produzir se encaixava claramente na lógica de serviço que anima este jornal desde a sua fundação, essa missão tornou-se ainda mais clara e evidente quando consultámos os médicos especialistas que nos ajudaram a criar estes fascículos.

É unânime e consensual a relevância da saúde para o bem-estar das populações, desde sempre. Porém, com a pandemia de covid-19 que alterou significativamente a nossa forma de viver nos últimos 18 meses, a importância dos cuidados que enumeramos nestas páginas tornou-se enorme. Sendo uma doença respiratória, a verdade é que a covid-19 afetou em grande escala todas as especialidades médicas.

A obrigação de confinar e o afastamento dos portugueses de hospitais, consultas e exames médicos expôs grande parte dos portugueses a muitas outras doenças. A reorganização do Serviço Nacional de Saúde para dar resposta aos doentes covid-19 deu lugar a inúmeros constrangimentos no seguimento de doentes não-covid, incluindo doentes crónicos e não crónicos.

Por isso, os avisos e alertas que aqui se lançam ganham grande importância. Por isso, escolhemos os melhores médicos de cada especialidade. Pela Sua Saúde. ■



## BE não vê pressa para fechar as negociações

Catarina Martins quer oito prioridades na área da Saúde

**ORÇAMENTO** A coordenadora do BE considerou, ontem de manhã, que o Governo “não tem tido muita pressa em fechar dossiês” nas negociações para o Orçamento do Estado para 2022. Catarina Martins aponta oito prioridades na Saúde.

Garantindo que o Governo já conhece as oito prioridades que o BE defende para a Saúde, Catarina Martins destacou a urgência de avançar com a exclusividade dos profissionais de Saúde; diminuir o número de utentes sem médicos de família; criar um programa de captação para a especialização de médicos que não tiveram vagas de especialidade; recuperar os cuidados não covid; redimensionar os agrupamentos de centros de saúde; reforçar as unidades de Saúde Pública; prevenir e tratar a ansiedade e a depressão; e, ainda, criar um verdadeiro estatuto de risco e de penosidade.

“O Governo não tem tido muita pressa em fechar dossiês negociais do Orçamento do Estado. O Bloco de Esquerda, naturalmente, tem toda a paciência para ir negociando e ir discutindo. É esse o nosso trabalho. Não nos passaria pela cabeça deixar de o fazer”, respondeu, quando questionada sobre a recetividade do Executivo.

### CAMINHO PERIGOSO

A líder do BE acrescentou que teme “um caminho muito perigoso” na área da Saúde, devido a “uma determinada urgência do Governo em anunciar investimentos de milhões”.

“Poderá haver milhões de investimentos que depois ficam parados, porque não existem condições de funcionamento ou profissionais”, avisou. Já, durante a tarde, Catarina Martins voltou a apontar baterias ao Governo sobre a necessidade de travar o aumento dos preços da energia. ●

ENTREVISTA | **SOFIA SANTOS** | Fundadora da SystemicSphere e professora do ISEG

# “Falta sintonia com as áreas da economia e das finanças”

Sofia Santos defende uma política fiscal verde e a aplicação efetiva de requisitos de boas práticas ambientais às empresas, para que a economia sustentável avance. Diz que o combate ao ‘greenwashing’ exige organismos nacionais com responsabilidade para impôr penalizações.

RICARDO SANTOS FERREIRA  
E ÁNIA ATAÍDE  
rsferrera@jornaleconomico.pt

A pandemia parece ter aumentado a atenção dos mercados financeiros para as questões ambientais. Em entrevista, Sofia Santos, fundadora da SystemicSphere e professora no ISEG Lisbon School of Economics and Management diz que esta atenção é, também, reflexo do caminho que os decisores políticos já vêm trilhando, nomeadamente na Europa. Sobre Portugal, diz que é um país híbrido no caminho para a economia sustentável, com ambição e um roteiro, mas com pouco empenho das Finanças ou da Economia. Defende, por exemplo, que em todo o apoio de financiamento público sejam exigidas boas práticas ambientais e sociais às empresas.

**Podemos considerar que a pandemia constituiu um ponto de viragem na perceção sobre os temas relacionados com a sustentabilidade, dada a ação dos decisores políticos na UE, por exemplo?**

Não sei se foi ponto de viragem por causa da Covid-19, se uma coincidência com um período de regulação europeia. De qualquer forma, a pandemia parece ter aumentado a preocupação com os temas ambientais pelo lado dos mercados financeiros. Na realidade, foi a partir de março de 2020 que a EU começou a lançar regulação intensa sobre os temas do financiamento sustentável, tendo, no entanto, este processo já tido início em 2018, com o Plano de Ação para financiar um crescimento sustentável, e em 2019 com a publicação, em dezembro, do regulamento europeu “relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros”. Ou seja, a aceleração que temos vindo a sentir entre 2020 e 2021 não é algo que surja agora, mas sim o resultado de um trabalho europeu já iniciado em 2018. Não há dúvida de que, com a pandemia, vários estudos vieram demonstrar que os portefólios de empresas com melhor rating ESG

tiveram perdas menores, o que evidencia uma maior resiliência às oscilações de mercado. Também nos últimos meses e já na Presidência de [Joe] Biden, os EUA têm demonstrado muito mais interesse em seguir a regulação europeia, nomeadamente ao nível da informação ESG dos fundos e produtos financeiros, constituindo este um dos temas da agenda da US Securities and Exchange Commission [SEC].

**Como compara Portugal com outros países na tradução prática da assunção da necessidade de uma economia mais sustentável?**

Um país híbrido! Temos uma ótima ambição e um roteiro para atingirmos a neutralidade carbónica, temos um esforço pela área do ambiente na promoção dos serviços dos ecossistemas e da economia circular, mas falta a sintonia com as áreas da economia e das finanças. Sem uma política fiscal verde, e sem se aplicar efetivamente requisitos de boas práticas ambientais às grandes [empresas], PME e mesmo microempresas, a economia mais sustentável vai ser muito difícil de se alcançar. O Plano de Recuperação e Resiliência tem de cumprir com a taxonomia



**O sector financeiro português sempre foi muito conservador relativamente aos produtos verdadeiramente ESG**

da UE, ou seja, só pode financiar projetos que não danifiquem significativamente o ambiente, existindo sectores em que esse financiamento está vedado, não pode ser dado. É importante que todo o apoio de financiamento público, via PRE, via Banco de Fomento, via IAPMEI, via outros financiamentos públicos que existam, exijam boas práticas ambientais e sociais às empresas. Estas exigências terão de ser necessariamente diferentes se falarmos de uma grande, PME ou de uma microempresa, mas mesmo as microempresas têm de evoluir neste sentido. E o próximo quadro comunitário de apoio deveria providenciar cofinanciamento para que estas empresas conseguissem evoluir neste sentido. Sem isso, será muito difícil e caímos no *greenwashing* ou na plena mentira ou omissão.

**Estamos num período de definição de enquadramento e de regras. Qual a importância da standardização das métricas e para quando poderemos esperar informação comparável para empresas relativa a ESG?**

É muito importante existirem métricas bem definidas ao nível ESG para grandes empresas, PME, microempresas, grandes bancos cotados em bolsa e bancos mais pequenos. Estas métricas devem ser diferenciadas consoante a dimensão da organização. A UE está atualmente a trabalhar precisamente na existência de standards diferenciados para cada uma destas organizações. No entanto, a tendência está a ser para apenas se exigir que as grandes empresas, PME cotadas e Instituições financeiras reportem as informações ESG, esquecendo-se das PME não cotadas e das microempresas que, atualmente, estão fora das expectativas de obrigatoriedade do reporte. Uma vez que mais de 90% do tecido empresarial europeu e nacional são PME não cotadas, questiono-me como vamos então obter a informação ESG que os bancos, private equities, venture capital precisam de disponibilizar sobre as suas PME não cotadas e microempresas. Ar-

gumenta-se que estas empresas ainda não têm a maturidade para este tipo de reporte. Eu não concordo com esta abordagem, defendendo sim que devemos estimular estas empresas a evoluírem neste sentido, e recorrendo a cofinanciamento europeu.

**A regulação pode ter um papel destacado na reorientação de investimento de capitais para ativos sustentáveis. Em que ponto estamos e o que podemos esperar da alteração de regras?**

A regulação está já a induzir uma reorientação do capital para projetos e ativos sustentáveis. De notar que a regulação europeia não está a proibir nenhum agente de investir ou emprestar dinheiro a empresas não sustentáveis, está sim a criar estímulos e incentivos para que os agentes, nomeadamente as instituições financeiras, sintam o racional para caminhar nesse sentido.

Esses estímulos passam, numa primeira fase, por regulamentos que definem o que são atividades ambientalmente sustentáveis e que obrigam as instituições financeiras a reportar como os seus portefólios e empréstimos estão, ou não, alinhados com essas atividades verdes. Numa segunda fase, espera-se que os rácios prudenciais e outros possam estar associados à exposição que as instituições financeiras têm aos riscos climáticos, ambientais, sociais e de governação.

Para a banca espera-se que já em junho de 2022 entre em vigor uma revisão do Regulamento de Requisitos de Capital da União Europeia, onde, de acordo com o artigo 449º, passa a existir o requisito de divulgar informações prudenciais sobre riscos ESG. Em jeito de preparação, em março de 2021, a Autoridade Bancária Europeia publicou um parecer para a Comissão Europeia sobre o requisito de divulgação de atividades ambientalmente sustentáveis, recomendando a existência de um “green asset ratio” como um KPI [key performance indicator] e que as instituições de crédito divulguem rácios



para mostrar até que ponto as atividades de financiamento da sua carteira bancária estão alinhadas com o Regulamento de Taxonomia, Acordo de Paris e os ODS [objetivos de sustentabilidade] da ONU. No entanto, existe também a possibilidade de existir um *brown asset ratio* onde se evidencie até que ponto as atividades de financiamento não estão alinhadas com as políticas ambientais. Tudo isto está agora em discussão. Isto significa que a partir de junho de 2022 os requisitos de capital das entidades bancárias estarão associados com a exposição dos seus créditos aos riscos ESG, em particular riscos climáticos. As regras estão a ser já mudadas. Depende da estratégia de cada instituição financeira fazer parte desta mudança, uma vez que ela não está a ser obrigatória.

**O risco ambiental já está a ser incorporado nas decisões de financiamento e de desenvolvimento de projetos?**

Sim e não. Sim, uma vez que há uma grande quantidade de fundos de investimento que já selecionam as empresas com base nos seus ratings ESG; existem também bancos que têm políticas de risco setoriais, e que já realizam uma aná-



Cristina Bernardino

lise de risco ambiental, social e de governação. Alguns exemplos são: Santander, HSBC, Barclays, BBVA, ABN Amro, entre outros. Em Portugal, temos o Crédito Agrícola, que recentemente começou a atribuir uma notação ambiental e social às empresas e aos projetos que requerem novos financiamentos, para, num futuro próximo, identificarem conjunto de melhorias que a empresa pode desenvolver para conseguir estar melhor preparada para as exigências de mercado e regulamentares que se antecipam, de forma a conseguir manter e melhorar a sua competitividade e diferenciação no mercado.

Não, porque esta prática de se analisar os riscos ambientais ainda não está generalizada a todas as empresas que solicitam crédito, e muitas vezes os critérios ocorrem apenas para grandes projetos e grandes empresas. O que significa que, se tivermos muitas PME com impactes ambientais não identificados pelos bancos, então os riscos continuam a estar lá e não são reconhecidos nas contas.

Com a revisão do Regulamento de Requisitos de Capital da União Europeia, tudo indica que os riscos ambientais terão obrigatoriamente de ser incorporados na matriz

de risco do sector financeiro. A forma como cada instituição decide atribuir um preço a esse risco é que irá variar.

**Como é que avalia os passos que têm sido dados para integrar a sustentabilidade nos critérios de concessão de crédito e na análise de risco na banca?**

Acho que têm sido os corretos. O tema já está a ser debatido na UE desde 2018, tem saído regulação desde 2019, faseada e com datas de aplicação que permitem a adaptação do mercado. O Banco Central Europeu também tem vindo a divulgar muita informação sobre as suas expectativas de como a banca deve incorporar a sustentabilidade na análise de risco, tendo iniciado este processo com um documento para consulta pública no verão de 2020, que passou a guia para a incorporação dos riscos ambientais e climáticos na banca em novembro de 2020, contendo um calendário quanto às expectativas e revisões de informação que o BCE vai realizar a este respeito. Apesar da taxonomia ser de difícil implementação para o sector financeiro, com muitas PME não cotadas e microempresas como clientes, penso que têm sido claros os sinais que os

reguladores e autoridades europeias bancárias têm vindo a dar ao mercado. A banca em Portugal é que necessita de acelerar esta transição que é inevitável e não vai andar para trás. É necessário também que o sector financeiro considere este tema como um "tema normal" e atribua as verbas de investimento necessárias. Se não o fizer, será difícil competir no mercado europeu a cinco ou sete anos.

**Notamos, em Portugal, uma menor oferta de produtos financeiros com critérios ESG, nomeadamente de fundos. Como analisa esta situação e o que pode ser feito para estimular o mercado?**

O sector financeiro português sempre foi muito conservador relativamente aos produtos verdadeiramente ESG. Apesar de em Espanha, por exemplo, existir a Associação de Fundos Socialmente Responsáveis, em Portugal essa realidade ainda está muito distante. Porquê? Por uma questão de cultura financeira que, tendo sido muito dinâmica ao nível da tecnologia, quando toca a mudanças estruturantes na forma de fazer dinheiro, a reação é sempre de prolongar no tempo a ausência da necessidade de mudança. Também é

um mercado pequeno e, por isso, com menos liquidez e menor dinâmica. Como se pode estimular? Aumentando o nível de conhecimento das instituições financeiras para elas compreenderem verdadeiramente a exposição aos riscos ambientais que têm e as vantagens que existem em optar por projetos e portefólios mais verdes. Ainda há quem não acredite nesta mudança... talvez por que não leem o suficiente ou tenham falta de humildade em reconhecer que o mundo mudou e que o seu próprio conhecimento necessita de ser atualizado. Também é importante que os prémios anuais dos colaboradores e membros dos conselhos de administração estejam associados aos produtos ESG que criam e que vendem. Sem esse estímulo e sem conhecimento duvido que a aceleração que precisamos ocorra.

**Acredita que as emissões verdes continuarão a crescer sustentadamente ou poderão tornar-se um nicho?**

As emissões verdes são menos de 3% a 4% de todas as emissões emitidas no mundo. Se ouvirmos com atenção os discursos da presidente do Banco Central Europeu sobre obrigações verdes, podemos pensar que, talvez, um dia as obrigações

verdes possam vir a ser compras preferenciais desta instituição. Acredito que será criada política fiscal verde que incentive as empresas e os países a emitirem obrigações verdes, por isso penso que dentro de 10 anos as "vanilla bonds" serão todas um pouco green. Ou seja, as obrigações verdes continuarão a crescer, sendo necessário ter-se muito cuidado com o greenwashing e o socialwashing.

**Como é que avalia a ação do Governo na promoção deste tipo de investimento?**

Já começou, mas é insuficiente. Em 2019, o Governo, pela liderança do Ministério do Ambiente, lançou a Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal, bem como o documento Linhas de Orientação para Acelerar o Financiamento Sustentável em Portugal. A Carta de compromisso expressa compromissos para os Ministérios do Ambiente, Economia e Finanças. Ao nível do Ministério das Finanças pode ler-se como um dos compromissos "desenvolver uma política fiscal favorável à sustentabilidade". Estamos em 2021 e essa parte ainda está totalmente por realizar. É urgente ter o Ministério das Finanças alinhado em catalisar o financiamento sustentável e seria fundamental que o Banco Português de Fomento fosse, na realidade, um banco verde.

**O greenwashing é uma ameaça? De que forma é que se pode contrariar?**

É uma grande ameaça, que [pode ser contrariada] da forma que os EUA e a Dinamarca já estão a fazer. Na Dinamarca, foi criada em 2021 pela Autoridade de Supervisão Financeira uma unidade para monitorizar a informação disponibilizada pelos participantes do mercado financeiro no âmbito da regulação europeia que entrou em vigor a 10 de março de 2021 relativa à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade, também conhecida como regulamento da SFDR [Sustainable Finance Disclosure Regulation]. Esta unidade poderá emitir injunções, avisos e relatórios às empresas que não cumpram com a SFDR.

Também a SEC tem estado atenta para definir as métricas e dados que os fundos e as empresas devem reportar ao nível ambiental, social e de governação. A SEC criou também a Climate and ESG Task Force, que tem como objetivo identificar proativamente más condutas relativamente ao reporte dos temas ESG. A International Organization of Securities Commissions (IOSCO), um fórum de reguladores de mais de 95% dos mercados financeiros a nível mundial, também tem defendido um papel crescente dos reguladores relativamente à veracidade da informação sobre sustentabilidade reportada sobre produtos financeiros.

Ou seja, o greenwashing só pode ser combatido da mesma forma que outros temas são: através de penalizações a quem o fizer, tendo de existir para isso organismos nacionais com essa responsabilidade. ■



**TALKS**

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JETV, em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

Entenda a evolução e a importância do financiamento sustentável em Portugal. Esperamos por si!

**16**  
Setembro | 15h00

Patrocinador

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2110 não pode ser vendido separadamente

10 setembro 2021 Especial | 1

**O Jornal Económico**

ESPECIAL

# Capital Verde

**MERCADO DA SUSTENTABILIDADE PROMETE CRESCIMENTO**

Os temas relacionados com a sustentabilidade, o ambiente e a governança das organizações são, reconhecidamente, a tendência de futuro. Em Portugal, a oferta e a procura por produtos que reflitam este movimento encontra-se a níveis inferiores ao de pares europeus, indiciando o espaço que há para crescimento, enquanto os emittentes de dívida para projetos sustentáveis prometem o reforço da aposta e a banca vai ser chamada a participar. O futuro no mercado de capitais vai ser, garantidamente, mais verde.

SUSTENTABILIDADE

**Fundos ESG em Portugal ainda têm muito espaço para crescer** ■ P2

DÍVIDA VERDE

**Empresas satisfeitas com dívida sustentável querem manter aposta** ■ P4

ENTREVISTA

**Sofia Santos**  
Fundadora da SystemicSphere e professora do ISEG

**“Falta sintonia com as áreas da economia e das finanças”** ■ P6



FÓRUM

**O que é necessário para estimular as finanças verdes em Portugal?** ■ P10



Os cortes de serviços essenciais, como a eletricidade, estão proibidos até 31 de dezembro apenas para situações excecionais.

## ENERGIA

# Avisos de corte de luz já estão a chegar às famílias

O corte de serviços essenciais esteve proibido até 30 de junho. O Governo esticou a medida até ao fim do ano, mas veio mais tarde esclarecer que, agora, se aplica apenas a situações específicas, como desemprego. EDP já começou a cobrar 18 milhões de euros aos clientes.

ANA SANLEZ

[anasanlez@negocios.pt](mailto:anasanlez@negocios.pt)

**F**oi uma das primeiras medidas adotadas no ano passado, quando a pandemia irrompeu na vida dos portugueses. Para proteger os consumidores, o Parlamento impediu o corte de serviços essenciais, como

eletricidade, água, gás e telecomunicações, mesmo em caso de incumprimento. Em julho, o Governo anunciou que a proteção continua em vigor até ao fim do ano, mas em agosto mudou as regras do jogo. A partir de agora, só famílias em situação de desemprego, perda de rendimentos ou infeção por covid-19 podem beneficiar da medida. A Deco admite que o desfazimento legislativo tem provocado "confusão" entre os consumidores, que já começaram a receber avisos de corte da eletricidade

## 20

### RENDIMENTOS

Os cortes estão proibidos para quem tenha sofrido quebra de rendimentos igual ou superior a 20% face ao mês anterior.

por falta de pagamento.

Isso mesmo é confirmado ao Negócios pelas empresas. A EDP Comercial, que detém a maior fatia do mercado, refere que "neste momento, e perante a atualização legislativa, a empresa está a voltar a alertar os seus clientes para os valores que têm em dívida e para eventuais cortes nas situações legalmente previstas". Os clientes residenciais que estão a ser alertados têm em dívida mais de 18 milhões de euros, revela a EDP.

Da mesma forma, a Endesa

confirma que também começou entretanto "a aplicar esta nova casuística como o fez depois das medidas excecionais implementadas em 2020 após o início da pandemia". A proteção, como recorda a Endesa, "só teve impacto nos clientes domésticos, uma vez que com os clientes não domésticos em dívida o circuito se manteve como até agora". O Negócios contactou outras comercializadoras, como a Galp e a Iberdrola, mas não obteve resposta.

A medida, da lavra da Assem-



iStockphoto



“

**A suposta clarificação legislativa de agosto foi, do nosso ponto de vista, uma verdadeira alteração à lei.**

**ANA FERREIRA**  
Coordenadora do gabinete de apoio ao consumidor da Deco

**A empresa está a voltar a alertar os clientes para os valores em dívida e para eventuais cortes nas situações legalmente previstas.**

**EDP**  
Fonte oficial

”

bleia da República, entrou em vigor em abril do ano passado, e foi prorrogada ao longo de 2020 e 2021. A 1 de julho, a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, anunciou, no final do Conselho de Ministros, um novo prolongamento. A 7 de julho, um decreto-lei da Presidência do Conselho de Ministros detalhava, sem mais, que a proteção seria estendida até 31 de dezembro.

A 6 de agosto, foi publicado um novo decreto de “aclaração”, que estabelecia as “regras de garantia de fornecimento de serviços essenciais”. Só esta nova publicação é que veio estabelecer que “até 31 de dezembro de 2021, os consumidores que se encontrem em situação de desemprego ou com uma quebra de rendimentos do agregado familiar igual ou superior a 20% face aos rendimentos do mês anterior” não podem ver cortados os serviços essenciais. Estas eram, de resto, as regras que sempre vigoraram para os contratos de telecomunicações.

“Isto é muito confuso para os consumidores”, considera Ana Ferreira, coordenadora do gabinete de apoio ao consumidor da

Deco. “A suposta clarificação legislativa de agosto foi, do nosso ponto de vista, uma verdadeira alteração à lei. Anteriormente, a medida aplicava-se a todos os consumidores, e isso deixou de acontecer”, reforça a jurista.

Assim, os primeiros cortes de fornecimento de eletricidade desde o início da pandemia poderão começar a ser feitos já em setembro. Os avisos já enviados pelas comercializadoras dizem respeito a incumprimentos de agosto, e os cortes podem ser concretizados 25 dias após o aviso, se a dívida não tiver sido liquidada ou se não tiver havido acordo para um plano de pagamento.

Apesar de o decreto-lei do Governo ser retroativo a 1 de julho, o entendimento da Deco, que tem sido também o das comercializadoras, é o de que “em julho não se poderia efetuar qualquer interrupção, porque a lei que estava em vigor na altura era, para todos os efeitos, transversal a todos os consumidores”. Logo, “se algum prestador enviou avisos referentes a julho, não o deveria ter feito”. A associação não teve conhecimento de nenhum caso. ■

## Clientes não protegidos pela lei podem pedir acordos de pagamento

O regulador do setor energético dita que todos os consumidores podem celebrar planos fracionados de pagamento. Desde o início da pandemia, a EDP negociou uma dívida total de 124 milhões de euros.

A “confusão” legislativa sobre o corte de serviços essenciais conheceu um novo capítulo esta semana. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) publicou, esta terça-feira, um regulamento com “medidas excecionais no âmbito do Sistema Elétrico Nacional e do Sistema Nacional de Gás Natural”, no qual refere o dever de “fracionamento de valores de faturação pelos comercializadores aos demais clientes”, ou seja, aos clientes não abrangidos pelas exceções previstas no decreto-lei do Governo.

Ao Negócios, a ERSE esclareceu que o regulamento não altera em nada as disposições previstas na lei, até porque não poderia, constituindo apenas “uma prorrogação de parte das medidas consagradas” no regulamento anterior.

O regulamento “não tem qualquer implicação com o decreto-lei. Mantém-se tudo atual e os cortes de fornecimento podem existir, com exceção das situações legalmente previstas”, corrobora Ana Ferreira, coordenadora do gabinete de apoio ao consumidor da Deco.

O que o regulamento da ERSE faz é definir as regras relativas aos planos de pagamento de valores em dívida de faturas de energia, a aplicar entre 1 de julho e 31 de dezembro, para consumidores com perda de rendimentos, em situação de desemprego ou infetados por covid-19.

“São várias as normas estabelecidas pelo regulador. Em primeiro lugar, os planos de pagamento desenhados pelas empresas devem ter entre seis e 12 prestações mensais. O valor mínimo de cada presta-

ção deve ser de cinco euros, com exceção para a última parcela, que pode ser inferior, e não podem ser cobrados juros de mora. A ERSE determina ainda que a primeira prestação “pode ser diferida por um prazo nunca superior a 60 dias contados da data de pagamento originalmente definida na fatura que origina o plano de pagamento”. Por fim, enquanto vigorar o acordo, os consumidores não podem mudar de comercializador.

Já para os “demais consumidores”, que não têm direito à proteção extra até ao fim do ano, a ERSE determina que as empresas de energia “podem a todo o tempo” disponibilizar-lhes planos de pagamento fracionado, em caso de incumprimento.

Segundo as empresas contactadas pelo Negócios, essa já é a prática corrente. Antes de partir para o corte, a EDP Comercial “vai além das normas em vigor, de forma a dar ao cliente várias oportunidades de regularizar a situação”. Além do pré-aviso de cinco dias para redução da potência ao cliente e de 20 dias para interrupção do fornecimento (ou 25 dias, se a redução da po-

tência tiver ocorrido com sucesso), “a EDP Comercial faz uma primeira comunicação ao cliente quando a fatura vence, duas comunicações antes da redução da potência e mais duas antes da data da interrupção do fornecimento”.

Também a Endesa refere que “ainda é possível que clientes com dificuldades financeiras solicitem acordos de pagamento para que possam parcelar”.

A Deco alerta que, independentemente da situação dos consumidores, estes “devem sempre responder aos avisos de corte”, caso contrário ficarão sem eletricidade. As famílias abrangidas pela proteção devem enviar os respetivos comprovativos de perda de rendimentos, desemprego ou de infeção por covid. Os restantes consumidores devem negociar acordos de pagamento, tendo em mente que ficarão “com um encargo adicional, porque além da fatura do mês atual, têm de cumprir com os valores em atraso”.

Atualmente, a dívida à EDP ascende a 99,9 milhões de euros, “dos quais cerca de 51% dizem respeito a clientes domésticos”. Desde o início da pandemia, a empresa realizou mais de 187 mil acordos de pagamento, para mais de 124 milhões de euros. Perto de 90% dos acordos foram celebrados com famílias ou pequenos negócios.

Já a Endesa refere que no último ano e meio, “no segmento B2C” (empresa para consumidor), foram emitidos, em média, 2.500 acordos mensais. “Após a situação pós-covid, multiplicámos por quatro o número de pedidos recebidos”, revela a empresa. ■ AS

2.500

### ACORDOS

No último ano e meio, em média, 2.500 acordos de pagamento por mês.



**FIM DE SEMANA**

**negócios**  
negocios.pt

Sexta-feira, 10 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4577 | € 3,20  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

**FERNANDO ILHARCO**  
É preciso saber distinguir a urgência da falsa urgência  
OPINIÃO 29



**BRUNO FARIA LOPES**  
O IRS continuará a ser pesado para uma pequena minoria  
SEMANA 8



**SÉRIE 5 DIAS**

O DIA QUE MUDOU O MUNDO

ENTREVISTA A ANA SANTOS PINTO

**“Os EUA aceitaram que não é possível resolver os conflitos no Médio Oriente”**



Victor Angra

**AFINAL, COMO É QUE O ISLÃO TRATA AS MULHERES?**

6 ROSTOS DO 11 DE SETEMBRO



**ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ**

**“O terrorismo no Norte de África e Sael são ameaça para a Europa”**

PRIMEIRA LINHA 4 a 6



**Solicitadores defendem lei para penhorar criptomoedas**



Agentes de execução dizem que falta regulamentação para vender ativos digitais na cobrança de dívidas. Bastonário José Carlos Resende diz que “o devedor tradicional desapareceu”.

ECONOMIA 10 a 12

**Taxa sobre combustíveis está a dar mais receitas à IP e portagens dão menos**

EMPRESAS 20

**S&P olha hoje para o rating de Portugal. Será que vai optar pelo status quo?**

MERCADOS 22 e 23

**Caso GES**

Salgado chama 80 testemunhas e Passos é um dos visados

EMPRESAS 18

**Energia**

Avisos de corte de luz já estão a chegar a casa das famílias

EMPRESAS 16 e 17



## FORÇAS DE SEGURANÇA MARCELO VALIDA SUBSÍDIO DE RISCO

Marcelo Rebelo de Sousa promulgou o decreto do Governo que aumenta para 100 euros o subsídio de risco das forças de segurança. O Presidente diz que a medida ficou “aquém das expectativas das posições sindicais”, mas “melhora a situação preexistente”. ■



## Nação Sociedade

### ENERGIA

# Refinaria de lítio na Serra do Alvão salva Iberdrola de despesas

Autarca que mostrou interesse em ter uma refinaria no seu concelho trabalhou como advogado para a empresa espanhola. Projecto do lítio livraria Iberdrola de pagar recuperação da paisagem após finalização de barragens

**Silvia Caneco**

silvia.caneco@novolapaneews.pt

No final do ano passado, foi noticiado que dois municípios tinham manifestado disponibilidade ao Ministério do Ambiente para que fosse instalada nos seus territórios uma refinaria de lítio. Os presidentes das câmaras de Ribeira de Pena e de Vila Pouca de Aguiar e terão até sugerido um espaço para o projecto, que era naquele momento ocupado por um enorme estaleiro que servia a construção da barragem do Alto Tâmega.

A construção dessa barragem está a cargo da Iberdrola, que é também a empresa responsável pelas obras das barragens de Daivões e Gouvães, todas no Norte do país.

Acontece que não só o actual presidente da Câmara de Ribeira de Pena, João Noronha, prestou serviços como advogado para a empresa de energia como a construção de uma refinaria de lítio no espaço que agora está ocupado com a construção da barragem poderá libertar a Iberdrola de despesas extra com a requalificação paisagística daquela zona.

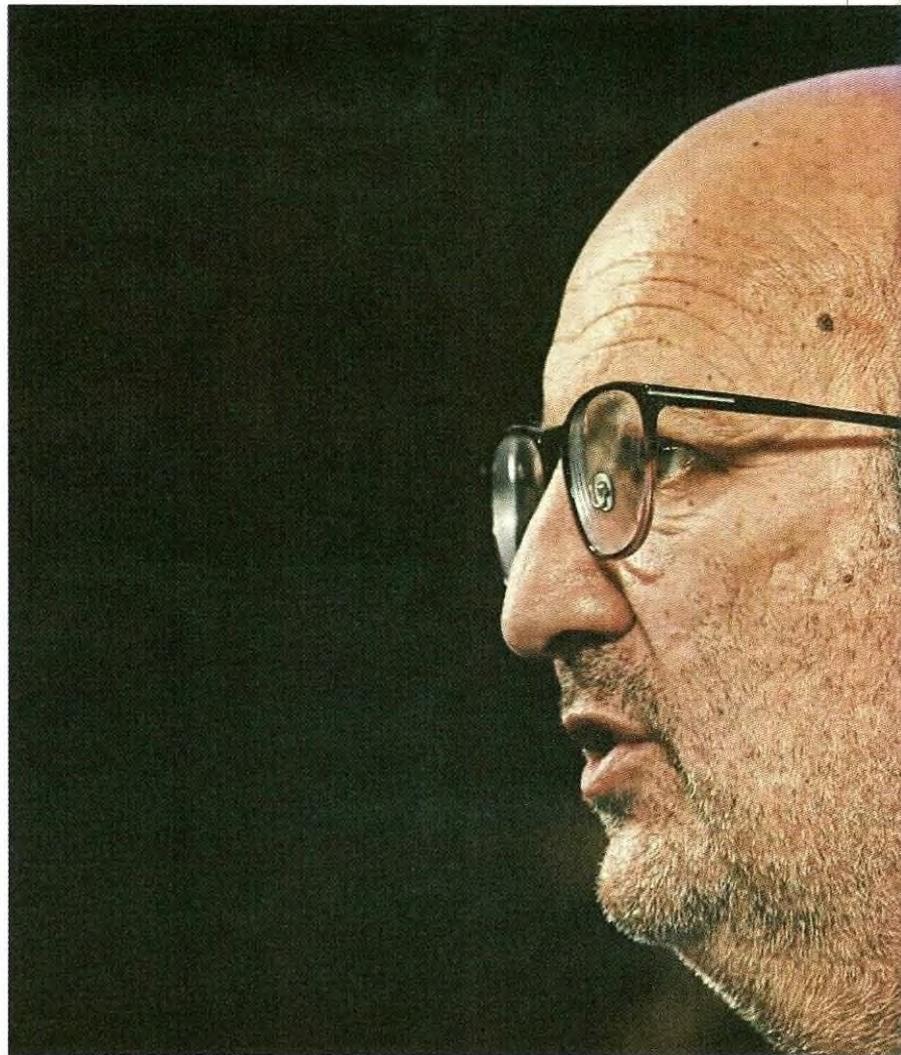
Isto porque um parecer da Comissão de Avaliação dos Aproveitamentos Hidroeléctricos de Gouvães, Alto

Tâmega e Daivões, ao qual o NOVO teve acesso, ditava que, após as conclusões dos trabalhos, todas as áreas afectadas temporariamente pelo empreendimento – desde acessos temporários a zonas de estaleiro e de parque de máquinas – tinham de sofrer um “projecto de recuperação paisagística”, com “reposição do relevo e da vegetação anteriormente existente”.

Ou seja, “as áreas ocupadas” pelas obras tinham de ser “sujeitas a recuperação paisagística”, incluindo determinados caminhos que não poderiam “ser deixados como um caminho existente sem uso específico”, ditava a Comissão composta por sete entidades, entre elas a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) ou o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).

Só que a proposta para albergar a refinaria iria ocupar precisamente este espaço que ficaria vazio após a conclusão da construção das barragens.

Questionado pelo NOVO sobre se a refinaria não abriria porta a um tratamento de favor à Iberdrola, porque livraria a empresa das despesas com estas obras de reposição e embelezamento do território, o autarca João Noronha respondeu apenas: “Não sei onde foi buscar tal coisa. Nunca sequer



tinha pensado nisso. Que eu saiba, ninguém no meu concelho fala em semelhante situação.”

#### Pediu algo? Sim, não, talvez

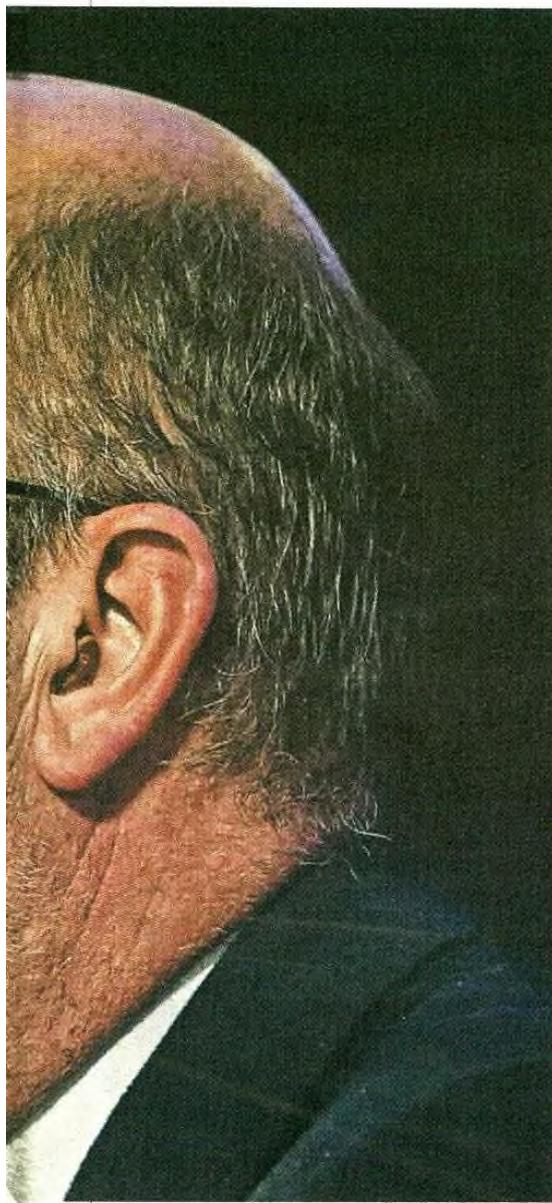
A conversa com o candidato socialista à câmara de Ribeira de Pena começou de forma mais carícata, com o autarca a negar a intenção de ali instalar uma refinaria: “Isso foi só uma provocação. Não há esse projecto, nem de longe, nem qualquer tipo de estudo.”

Confrontado com uma notícia da TSF, de Dezembro de 2020, em que o próprio autarca afirmava que a refinaria podia ser uma forma de fixar trabalhadores no Alto Tâmega, ou que a zona proposta estava naquele momento “já bastante desbastada no Alvão” porque tinha recebido “diferentes equipamentos de construção civil para erguer as barragens”, João Noronha oscilou entre a hesitação e as tentativas de negação, chegando ao ponto de refutar a existência de um dossiê conjunto de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar que teria sido entregue ao Ministério do Ambiente, conforme também consta dessa notícia. “Sabíamos que era completamente inviável. Não existe qualquer contacto nem do Ministério nem das empresas.”

Na notícia de Dezembro, os dois autarcas dos concelhos de Vila Real contavam que no Verão de

**O ministro do Ambiente e o primeiro-ministro visitaram as barragens do Tâmega, em Janeiro de 2020. Depois, sondaram quem estaria interessado em abrigar uma refinaria.**

Presidente da Câmara de Ribeira de Pena disse ao NOVO que não existe nenhum projecto para uma refinaria no concelho, mas declarações passadas desmentem-no



GETTY IMAGENS

2020 tinham apresentado ao ministro do Ambiente um dossiê conjunto, depois de o Governo ter enviado perguntas a vários municípios para tentar perceber se teriam interesse no projecto. Foi assim?, questionou o NOVO. "Não quero errar, no sentido de dizer que não enviámos nada quando poderá ter sido sim."

Recorde-se que nesta data já se estudava a hipótese de abrir minas de lítio em Boticas e Montalegre.

Autarca propõe levar o lítio para espaço que ficará vazio após as obras das barragens. Se assim não for, a Iberdrola terá de custear um projecto de recuperação paisagística

Curiosamente, João Noronha tinha-se manifestado contra esses projectos. "Não havia qualquer estudo que dissesse quais as consequências dessa exploração para o meu território e tenho duas aldeias ali muito próximas."

#### Honorários da Iberdrola

João Noronha foi presidente da Assembleia Municipal de Ribeira de Pena antes de ser eleito pela segunda vez presidente daquela Câmara, nas eleições autárquicas de 2017 (já o tinha sido antes, num mandato que terminou em 2001). E, ao mesmo tempo, na sua actividade paralela como advogado, prestou serviços à Iberdrola, numa altura em que estavam a ser negociadas as contrapartidas a dar ao município de Ribeira de Pena em troca da construção das barragens.

O NOVO teve acesso a dois documentos que mostram que o autarca recebeu pelo menos dois pagamentos da empresa de energia: 9065 euros em Novembro de 2016 e 12 398 euros em Outubro de 2017.

Questionado sobre estes pagamentos, João Noronha afirma que nunca foi advogado da Iberdrola, apenas "prestador de serviços". "Nunca tive sequer nenhuma avença. O meu escritório fazia reconhecimento de assinaturas para as pessoas que vendiam os terrenos à empresa." Também neste ponto Noronha rejeita qualquer conflito de interesses por ser ao mesmo tempo presidente da Assembleia Municipal: "Podia até ser advogado da Câmara, que a Ordem não me podia censurar em nada."

Se um dos documentos a que o NOVO acedeu apresenta como descritivo do trabalho "nota de despesas e honorários referente a 230 termos de autenticação em procurações", outro recibo refere apenas "consultoria jurídica".

A construção das barragens do Alto Tâmega, recorde-se, causou enorme polémica porque levou a um elevado número de desalojados devido aos baixos valores das indemnizações pagos pela Iberdrola às 49 famílias afectadas, valores que não seriam suficientes para a construção de uma nova casa.

João Noronha chegou a participar nas reuniões para definir o futuro destes moradores, já na qualidade de presidente de Câmara. Também Matos Fernandes, ministro do Ambiente, se pronunciou, dizendo que aquelas famílias tinham "direito a ser compensadas", mas sublinhando que Portugal não podia lutar contra as alterações climáticas "sem nenhuma barragem e sem explorar o lítio".



**Autarca quer refinaria de lítio que isenta Iberdrola de custos** PP. 22-23

**NOVO**  
Semanaário

[www.onovo.pt](http://www.onovo.pt)

Sexta-feira 10.9.2021  
N.º 022 / Preço: 4€

Director: Octávio Lousada Oliveira  
Director-executivo: Diogo Agostinho  
Director de Arte: Pedro Fernandes

EUA PP. 6-9 E 42-45

Especial 11 de Setembro: ensaio de Vasco Rato e entrevista a Jaime Nogueira Pinto

FUTEBOL PP. 50-53

Direitos televisivos da Liga podem valer mais de 300 milhões de euros por época

# RIO VAI À GUERRA

Espicaçado pelo frenesim mediático à volta de Paulo Rangel, que recentemente assumiu a homossexualidade e que anda à conquista do aparelho, o presidente do PSD quer voltar a ir a votos nas próximas eleições internas. Passos Coelho está cada vez mais preocupado com o futuro do partido PP. 10-13



**Paula Bobone: “A entrada nas praias devia ser paga”**

# Além das lojas de discos e das editoras de livros, IVAucher cobre associações culturais

Pedro Crisóstomo

**Novas regras foram publicadas em *Diário da República*. Empresas podem inscrever-se com qualquer terminal de pagamento**

As novas regras de funcionamento do IVAucher, publicadas no *Diário da República* na noite de quarta-feira, prevê que o programa de estímulo ao consumo abrange as compras em três novas actividades culturais.

O Governo já tinha revelado que iria acrescentar as editoras de livros e as lojas de discos, mas o novo decreto regulamentar trouxe uma novidade: a inclusão das associações culturais e recreativas.

A medida tem efeitos retroactivos a 1 de Junho. Com isso, o IVA acumulado em Junho, Julho e Agosto nestas três actividades contará para o saldo do IVAucher se os contribuintes tiverem pedido factura com número de identificação fiscal (NIF). Na segunda fase (de 1 de Outubro a 31 de Dezembro), em que os consumidores podem usufruir de um desconto em novas compras utilizando o *voucher*, também será possível utilizá-lo nessas actividades.

O IVAucher abrange as empresas da restauração, alojamento e cultura, desde que as empresas tenham como código de actividade econó-

mica (CAE) principal uma das referências listadas no decreto regulamentar.

Para incluir as editoras de livros, as lojas de discos e as associações culturais, o Governo acrescentou os códigos CAE 47630, 58110 e 94991, respectivamente. No leque das actividades estão os restaurantes, os cafés, as pastelarias, os hotéis, as pensões, os alojamentos mobiliados para turistas, espaços rurais, pousadas, aldeamentos turísticos, cinemas, salas de espectáculos, actividades nos museus, monumentos históricos, parques e reservas naturais, jardins zoológicos.

As livrarias já estavam abrangidas, mas não as próprias empresas de edição, que também têm estabelecimentos ou lojas *online*.

## Identificar os terminais

O novo decreto regulamentar confirma que as empresas poderão participar se tiverem um terminal de pagamento automático (TPA), independentemente de quem seja o fornecedor do equipamento.

Para tornar o programa mais universal e permitir que ele seja implementado de forma mais simples pela generalidade dos estabelecimentos, o Governo alterou o decreto regulamentar original, do final de Maio.

Em vez de o programa abranger apenas as empresas com terminais de pagamento fornecidos por uma

entidade financeira aderente do IVAucher, pela própria operadora do sistema (a Saltpay) ou que adquirissem uma solução digital desenvolvida por esta empresa, o Governo decidiu que podem participar no programa as empresas "que disponham" de Terminais de Pagamento Automático/Point of Sale (TPA/POS) ou de "software de pagamento no qual intermedeiam vendas de bens ou prestações de serviços maioritariamente realizadas por comerciantes estabelecidos em território nacional".

Não basta ter o TPA para os estabelecimentos disponibilizarem o *voucher*. As empresas têm de se inscrever

junto da Saltpay e identificar os seus terminais (a sua "matrícula").

O decreto regulamentar estabelece que os comerciantes aceitem os termos da adesão "perante a entidade operadora do sistema ou entidades terceiras na área de pagamentos autorizadas por esta, por forma a permitir

## 3

**A segunda fase do IVAucher dura três meses, de Outubro a Dezembro. Os consumidores podem descontar o voucher acumulado de Junho a Agosto**

a utilização do benefício através de TPA/POS por si identificado ou *software* de pagamento validado" pela Saltpay. Dar esse passo é decisivo para a fase do desconto.

O IVAucher assenta num sistema de pagamentos electrónicos e só será possível usufruir do desconto pagando com um cartão bancário. Isso já estava previsto desde o início, só que, agora, mudou a forma de associar o cartão ao programa. Para utilizarem o *voucher*, os consumidores também têm de se inscrever junto da Saltpay.

Mas, em vez de serem obrigadas a associar um cartão bancário, bastará que indiquem o número de identificação fiscal (NIF) e aceitem os termos de adesão "junto da entidade operadora do sistema, ou entidades terceiras autorizadas por esta" (os bancos). Isso permitirá que as instituições financeiras associem automaticamente os cartões bancários dos clientes ao programa. Isto é, as pessoas inscrevem-se e os cartões poderão ser utilizados nos TPA sem ser necessário que as pessoas os associem na página da Saltpay.

A outra alteração decidida pelo Governo tem que ver com a própria utilização do *voucher*. Em vez de o desconto ser feito no exacto momento em que a pessoa paga num restaurante ou noutro estabelecimento, a redução será diferida, através de um reembolso na conta bancária até dois dias úteis após o pagamento.



Empresas têm de identificar a "matrícula" dos terminais electrónicos



# Governo isenta de imposto do selo reestruturações de créditos em moratória

Rosa Soares

**Decisão final terá de passar pelo Parlamento. Medida pretende reduzir custos a particulares e empresas**

O Conselho de Ministros aprovou ontem uma proposta de lei, a apresentar à Assembleia da República, que estabelece a isenção de imposto do selo sobre as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória.

A medida fiscal, que não deverá encontrar oposição no Parlamento, surge quando se aproxima o fim do prazo das moratórias de crédito, que ocorrerá já no próximo dia 30 de Setembro, para particulares e para a grande maioria das empresas.

“Atento o racional de protecção do tecido produtivo, procura-se assim mitigar o encargo fiscal associado àquelas operações”, justifica o Governo, em comunicado. A isenção do imposto do selo só não acontecerá nas situações em que seja concedido “empréstimo adicional para cobrir necessidades de liquidez”.

No caso de particulares e empresas que não consigam retomar o pagamento regular dos créditos em moratória, ou seja, retomar o pagamento de capital e juros, mensal ou com outra periodicidade, os bancos e os clientes devem procurar solução que evitem a entrada em incumprimento. Essas soluções podem passar pela reestruturação, ou refinanciamento do capital em dívida, pelo alargamento do prazo de pagamento ou criação de períodos de carência, entre outros.

Paralelamente, as empresas de sectores mais afectados pela pandemia de covid-19, como é o caso da fileira do turismo, vão poder beneficiar de uma garantia pública sobre parte dos créditos. Esta medida, que também implicará alterações aos contratos de crédito, também ficará isenta do imposto do selo.

No caso dos particulares, não foram criadas novas medidas que permitam prolongar a suspensão do pagamento das prestações mensais, mas passou a ser exigido aos bancos que analisassem, de forma especial, a capacidade dos clientes com moratórias para retomarem os pagamentos, bem como a apresentação de soluções que possam evitar a sua entrada em incumprimento.

No final de Julho, o montante global de empréstimos em moratória ascendia a 36,8 mil milhões de euros, uma



**Prazo das moratórias de crédito ainda em vigor termina dentro de 20 dias, a 30 de Setembro**

## 36,8

**Em Julho, o montante global de empréstimos em moratória ascendia a 36,8 mil milhões de euros, menos 13,1 mil milhões do que no pico de Outubro**

redução de menos 700 milhões do que em Junho – mês em que a diminuição já tinha atingido mil milhões de euros.

As empresas tinham a maior fatia, de 21,8 mil milhões de euros, e neste volume, cerca de 8400 milhões eram de empresas em sectores mais impactados pela crise. Os particulares tinham 14,2 mil milhões de euros na medida que permitiu suspender o pagamento das mensalidades, na sua totalidade (capital e juros) ou apenas de uma parte. A larga maioria é crédito à habitação.

O montante máximo em moratória atingiu 46,9 mil milhões de euros, em Outubro de 2020.

## ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2022



João Leão, ministro da Finanças, terá de incluir no Orçamento as verbas para o ajuste salarial de jovens técnicos superiores

## PORMENORES

**“Não tem tido pressa”**

A líder do Bloco, Catarina Martins, disse ontem que o Governo “não tem tido muita pressa em fechar dossiês” nas negociações para o OE de 2022.

**“Arrastar os pés”**

O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, lamentou ontem que o Governo esteja “muito atrasado e a arrastar os pés” em medidas que já deviam estar em vigor.

**CGTP aposta nos salários**

A CGTP vai reivindicar aumentos salariais de 90 euros para todos os trabalhadores em 2022 e a fixação do salário mínimo nacional nos 850 euros.

# Salário melhora para 12 mil no setor público

**PROPOSTA** ➤ Aumento previsto pelo Governo destina-se a técnicos superiores em início de carreira

WILSON LEDO

**C**erca de 12 mil técnicos superiores do Estado deverão sentir uma subida nos salários já no próximo ano. Para rejuvenescer a Função Pública, o Governo já identificou a vontade de um “reforço salarial” para os trabalhadores que estão numa posição inicial de carreira.

O Ministério da Administra-

ção Pública, de Alexandra Leitão, revelou ao ‘Eco’ que há 12 mil pessoas nesta situação, sendo que destes, cerca de nove mil estão na Administração Central.

Em regra, o salário inicial para os técnicos superiores no Estado é de 1205,08 euros.

No início de setembro, o mi-

nistro das Finanças, João Leão, reforçava a “preocupação com os técnicos superiores do Estado” no arranque de carreira, prometendo-lhes “um sinal no próximo Orçamento”.

A intenção, aliás, vem sendo reforçada pelo próprio primeiro-ministro ao longo dos últimos

meses, dizendo ser “prioridade” do Governo “rejuvenescer a Administração Pública e atrair jovens recém-licenciados”.

A FESAP - Frente Sindical da Administração Pública já aplaudiu esta intenção do Governo, mas insiste que é preciso ir mais longe, reivindicando um aumento generalizado de 2,5% nos salários dos funcionários públicos em 2022. ●

## OBJETIVO É ATRAIR JOVENS QUALIFICADOS PARA A FUNÇÃO PÚBLICA



11 DE SETEMBRO P. 24 E 25

## HISTÓRIAS DE HORROR

ARTIGO DE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS  
Ministro das Finanças na altura dos atentados

SEXTA-FEIRA 10/09/2021 | DIÁRIO | € 1,70 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

HOJE **108** PÁGINAS

# CORREIO da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES  
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

2ª FASE DO SECUNDÁRIO

## 15 MIL ALUNOS FALTARAM AO EXAME

P. 19

**RONALDO PAGA 1800 € DE IMI POR MANSÃO DE 7,6 MILHÕES**

CASA DA MARQUISE É A MAIS CARA DO PAÍS MAS FISCO AVALIA EM 680 MIL € P. 8 E 9

REVOLTA P. 48

## GANG ROUBA SINO E TENTA ATROPELAR TESTEMUNHA

ALENQUER P. 20

## PASSAM NOITE NA RUA PARA TEREM CONSULTA



JOVEM FORMADO, DE 23 ANOS, DETIDO P. 10

# MATA PAI PARA PROTEGER MÃE E IRMÃ

CRIME EM ALGÉS  
HOMICIDA HOJE EM TRIBUNAL

**"ELE NÃO VOLTA A BATER-NOS"**

TEMIA que um dia matasse a família. Confessou o crime

VIDAS P. 41 A 45

## CORCEIRO APAGA FOTOS AO LADO DE JOÃO FELIX

Jogador mantém imagens com a atriz

BISPO APAIXONADO POR ESCRITORA DE LIVROS ERÓTICOS

PANDEMIA P. 12 E 13

## MORTO HÁ 25 ANOS CHAMADO PARA VACINAÇÃO

PAIS FICAM À PORTA DA CRECHE. CRIANÇAS NÃO DEVEM LEVAR BRINQUEDOS

CLÁSSICO AGITA ALVALADE P. 4 A 6

# SÁBADO GORDO

SARABIA CHEGA E TREINA

JESUS LÍDER COM TESTE DIFÍCIL

CORONA "PRECISO DE JOGAR"

SEXTA

HOJE REVISTA LÍDER DE TV E LAZER

GUIA COMPLETO DE 25 CANAIS

Casa as avessas

LUZ AO FUNDO DO TÚNEL P. 27

## Riqueza dos países do euro cresce mais

ORÇAMENTO P. 30

## Salário melhorado para 12 mil do setor público

TENSÃO NO BRASIL P. 32

## Apoiantes de Bolsonaro bloqueiam estradas

Uma história tão rica que está gravada em moedas.

Todas as 5ªs feiras

PERMANENTE **4,95€** + JORNAL

Financiado + OFERTA de 2 réplicas de moedas

CORREIO da manhã

Precisa de dinheiro?

Conheça a Venda com Opção de Compra!

Venda o seu estro-ovalto e compra-lo pagando em 24 suaves prestações.

VOCÊ 24

Venda com Opção de Compra

Valores 808 256 737

COMPRAMOS OURO



## DISCURSO DIRETO

**Arménio Maximino**, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado

## “TEM HAVIDO AGRESSÕES VERBAIS E ATÉ FÍSICAS”

**CM** – É só a falta de trabalhadores que explica as filas de espera para atendimento na área dos registos e notariado?

**Arménio Maximino**

– Antes da Covid, já havia filas de espera. O que a pandemia fez foi mascará-las. Desde há 20 anos que não entra ninguém no setor. O próprio Governo reconhece que são precisos mais 1750 funcionários.

– De que forma se refletiu o regresso do atendimento presencial no vosso trabalho?

– O Governo não planeou a reabertura e criou expectativas nas pessoas de que os serviços iriam funcionar normalmente, o que por vezes as



leva a reagir contra os funcionários.

– De que forma?

– Com insultos, pontapés nas portas, e com agressões verbais e até físicas, o

que tem levado alguns funcionários à baixa médica.

– Acusam a ministra da Administração Pública, que desmentiu, de ter tido uma atitude autoritária numa loja o cidadão. O que alegam?

– Estamos a apurar os contornos do sucedido, mas foi-nos dito que a ministra interrompeu uma funcionária que estava a atender um cidadão para que outro fosse atendido, porque alegadamente estaria há 11 horas à espera. ● J.M.

**MANUEL SOARES**  
**JUÍZES SOLIDÁRIOS COM PSP**

**C** A Associação Sindical dos Juizes repudia o comportamento do juiz Rui Fonseca e Castro e está solidária com os agentes insultados. Em carta ao diretor nacional da PSP, falam num comportamento que envergonha a classe.



**SOBE**  
**RICARDO**  
**MARTINHO**  
PRES. IBM PORTUGAL



A IBM Portugal acaba de o nomear como novo presidente da empresa de tecnologias, onde começou a sua carreira em 1998.

**DESCE**  
**CLÁUDIA**  
**JOAQUIM**  
SEC. ESTADO ORÇAMENTO



A CGTP exige respostas no próximo Orçamento do Estado, melhores condições de vida e de trabalho e promete intensificar a luta.



**Tendência** Teletrabalho está a abrir caminho à acumulação de mais do que um emprego entre perfis qualificados. Em junho, 238,5 mil portugueses acumulavam duas ocupações. Número representa um aumento de 11% desde o início da pandemia e é sobretudo notório nos serviços

# Duplo emprego aumenta 11% durante a pandemia



Profissionais estão a aproveitar a melhor gestão do tempo que o teletrabalho permite para acumular duas atividades profissionais  
FOTO GETTY IMAGES

Textos CÁTIA MATEUS

**M**arta (nome fictício) integra o departamento de marketing de uma multinacional farmacêutica, onde trabalha a tempo inteiro. Desde setembro de 2020 que acumula a atividade com outra, também a tempo inteiro, na equipa de marketing digital de uma *startup*, como *freelancer*. Carlos (também nome fictício a pedido do próprio) trabalha há 15 anos para uma consultora. A pandemia e o teletrabalho deram-lhe a possibilidade de colocar a sua qualificação na área financeira ao serviço de uma organização não-governamental estrangeira. Divide o seu horário de trabalho entre dois empregos. Ambos garantem que nenhuma tarefa

fica para trás, ainda que reconhecem que o que fazem roça, na lei laboral portuguesa, a ilegalidade. Não estão sozinhos. Fazem parte de uma geração de profissionais alavancada pela pandemia e o teletrabalho. Os gurus da gestão chamam-lhes *overemployed* (mais do que empregados, em tradução livre), profissionais altamente qualificados que acumulam dois empregos remotos. O fenómeno é

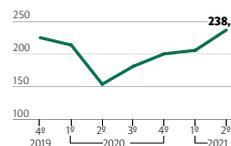
**ACUMULAÇÃO DE EMPREGOS ESTÁ A ABRANGER PROFISSIONAIS CADA VEZ MAIS QUALIFICADOS E ESPECIALIZADOS**

a tendência do momento em vários países, e em Portugal também está a ganhar tração. Os dados oficiais mostram que desde o início da pandemia, mesmo com as restrições à atividade económica e as empresas cautelosas nas contratações, o número de profissionais com duplo emprego no país aumentou 11% para 238,5 mil, em junho deste ano.

Os especialistas em recrutamento e gestão de carreiras falam de uma nova era no mercado de trabalho. A tendência para a acumulação de dois empregos — tipicamente em tempo parcial — não é nova em Portugal. A raiz histórica de baixos salários sempre levou um número significativo de profissionais a procurar um segundo emprego para compor o orçamento familiar. Em 2008 chegaram a ser 339 mil os profissionais que acumulavam dois empregos no país. A estatística foi progressivamente emagrecendo ao longo dos anos e Portugal chegou à pandemia com 214,9 mil trabalha-

## PROFISSIONAIS COM DOIS EMPREGOS DURANTE A PANDEMIA

Em milhares



FONTE: INQUÉRITO AO EMPREGO INE

dores com dupla atividade, sinalizam os dados disponibilizados ao Expresso pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao primeiro trimestre de 2020. E quando o expectável era que este universo diminuísse, a reboque de uma paragem quase total da economia e limitações ao despe-

dimento impostas pelos apoios do Estado à manutenção do emprego (com impacto nas dinâmicas de contratação), o cenário foi o inverso.

## Segundo emprego nos serviços cresceu 20%

Entre o primeiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre deste ano, o número de trabalhadores com duplo emprego no país aumentou cerca de 11% para 238,5 mil, sinalizam os dados do INE. Os indicadores disponíveis não permitem uma desagregação mais fina para retratar quem são estes trabalhadores (idade ou nível de qualificação e tipo de vínculo), mas permitem perceber que este aumento é sustentado pelo sector dos serviços. Na verdade, o duplo emprego diminuiu durante a pandemia em todos os sectores de atividade — na agricultura recuou 44,5% para 12,2 mil trabalhadores, na indústria, construção e energia 12,2% passando a abranger 12,4 mil trabalhadores —, menos nos dos serviços, onde registou um aumento de quase 20% abrangendo, no segundo trimestre deste ano, 213,5 mil trabalhadores, mais 35 mil do que no início da pandemia.

Marta e Carlos constam da estatística. Ela procurou uma segunda ocupação para “equilibrar as contas mensais”, ele “quis experimentar colaborar com uma ONG”. A acumulação de empregos garante-lhes um rendimento adicional mensal de cerca de €800 e €1500, respetivamente. Mantém a sua opção em sigilo, até porque estão conscientes de que dividir o horário de trabalho entre dois empregadores pode ser fundamento para despedimento com justa causa (ver texto ao lado). A gestão do dia a dia nem sempre é fácil. “Por vezes há *calls* [chamadas] ou reuniões sobrepostas que temos de gerir, ou prazos para entrega de projetos muito próximos, mas é exequível sobretudo para quem não tem grandes responsabilidades familiares”, admite Marta. Já Carlos tem a vida facilitada: “Trabalho com outro fuso horário, por isso não é difícil gerir e há cada vez mais pessoas a fazê-lo.”

Os especialistas corroboram e o mundo digital também. Na internet começam a surgir autênticas comunidades dedicadas ao movimento *overemployed*, onde se divulgam oportunidades de trabalho, mas sobretudo onde se partilham dicas e estratégias para viver com dois empregos a tempo inteiro sem deixar nenhum para trás. José Bancaleiro, diretor-geral da Stanton Chase e especialista em gestão de carreiras e recrutamento de topo, diz que o fenómeno veio para ficar e fala numa mudança de paradigma.

Recordando que pela imposição dos baixos salários que caracterizam o país, “em Portugal sempre houve profissionais forçados a acumular dois ou mais empregos para ter um rendimento extra”, José Bancaleiro admite que este fenómeno, antes mais comum em perfis com baixas qualificações e mais indiferenciados, “ganhou, com o teletrabalho, escala entre profissionais altamente qualificados”. E esta, diz, “é uma tendência que veio para ficar” alicerçada num conjunto de mudanças estruturais no mercado de trabalho que estão em marcha.

O teletrabalho, vinca, “permitiu às pessoas acumular dois empregos sem sair de casa”, mas também “globalizou o emprego e o recrutamento”. Por outras palavras, José Bancaleiro defende que a facilidade com que hoje um trabalhador pode trabalhar para empregadores estrangeiros sem sair de casa é também um canal aberto para a acumulação de empregos, “por vezes até em fusos horários diferentes e compatíveis”. Cita como exemplo “um profissional que entre às 6 da manhã a trabalhar para o estrangeiro e que às 14h estará disponível para exercer outra atividade se o desejar”. Argumentos que usa para sustentar a ideia de que “esta tendência que já se identifica vai continuar a ganhar escala”.

Uma visão que as plataformas de *freelancers* (prestadores de serviços) também subscrevem. Em Portugal, a Fixando, plataforma direcionada para a disponibilização de prestadores de serviços, registou um aumento de 72%



no número de profissionais inscritos na plataforma desde o início da pandemia, totalizando atualmente 52 mil profissionais. São pessoas disponíveis para prestar serviços a terceiros, como primeira atividade ou segundo emprego.

Ao Expresso, Alice Nunes, diretora de Novos Negócios da Fixando, justifica parte deste aumento com "uma transição inevitável para o *online* que facilitou a conciliação de duas atividades". A responsável diz que "o mercado está a enfrentar uma fase de transição com uma tendência clara de crescimento da chamada *gig economy*. As pessoas estão a perceber que podem gerir a sua vida profissional de diferentes formas e aumentar o rendimento mensal com recurso à tecnologia".

José Bancaleiro admite que esta evolução possa não ser fácil de assimilar pelos patrões e reconhece que há mínimos de legalidade que "têm de ser cumpridos e acatados". "Não é expectável que um trabalhador sobreponha ocupações, realizando tarefas de um emprego no horário de trabalho de outro, lesando ambos os empregadores", diz, sinalizando os riscos da opção. Mas, acrescenta, "não deve ser mal aceite que um trabalhador possa, por exemplo, dedicar o tempo que poupa em deslocações a outra atividade, se assim o entender".

No entanto, o líder da Stanton Chase admite que este fenómeno emergente possa ter um efeito perverso no mercado de trabalho: o de acentuar as desigualdades. Isto porque em regra, a possibilidade de *teletrabalho* — e, consequentemente, maior facilidade em conciliar dois empregos remotos e obter rendimento adicional — é predominante entre profissionais mais qualificados e onde os salários praticados já são mais elevados. O que, reconhece, "pode agravar o fosso entre os mais bem pagos e os que têm baixos salários".

cmateus@expresso.imprensa.pt

## Movimento *overemployed*

Na internet, tal como no mercado de trabalho, o movimento *overemployed* (mais do que empregados, em tradução literal) tem ganho destaque, com a plataforma *overemployed.com* a servir de motor à revolução do duplo emprego. Criada em abril por um utilizador anónimo que decidiu começar a partilhar com outros profissionais dicas para gerir múltiplos empregos a tempo inteiro, esta comunidade ganhou escala e agrega milhares de utilizadores em todo o mundo. O fundador da comunidade — que dará origem a um livro com publicação anunciada para 2022 — tornou-se conhecido por conseguir acumular dois empregos a tempo inteiro numa semana de 40 horas de trabalho. Na plataforma, os utilizadores fornecem informação sobre a função que ocupam, o seu nível de experiência e o segundo emprego que desempenham. Partilham dicas e estratégias para assegurar dois empregos remotos a tempo inteiro, sem que nenhum dos patrões descubra, mas também formas de evitar constrangimentos legais e fiscais. A maioria dos membros ativos na plataforma procura um rendimento adicional ou, simplesmente, testar uma nova área antes de decidir uma mudança laboral. Há quem acumule dois ou mais empregos. As partilhas realizadas indicam que os profissionais trabalham sobretudo em áreas como as tecnologias de informação (desenvolvimento de software e cibersegurança), sector financeiro ou funções de suporte.

# Contrato impõe exclusividade? Nem sempre, mas há regras

**Duplo emprego é legal, mas só se não lesar o empregador. Juristas sinalizam os limites que não se podem transpor**

É uma linha ténue aquela que separa a legalidade da ilegalidade no que toca à acumulação de dois empregos. O duplo emprego está previsto no Código do Trabalho (CT) e é uma opção do trabalhador, embora a lei defina regras para que nenhum empregador saia lesado. Utilizar o horário de trabalho contratualizado com um dos empregadores para desempenhar tarefas para outro é um dos limites que não pode transpor, sob pena de ser despedido com justa causa. O advogado Américo Oliveira Fragoso, especialista em direito laboral da sociedade Vieira de Almeida, admite que a generalização do *teletrabalho* traz novos desafios às empresas nesta matéria, mas acrescenta que até ao momento, em Portugal "não se traduziu em maior litigância laboral". Até porque, diz, "é muito difícil fazer prova disto".

É uma questão de senso comum. Qualquer trabalhador sabe que não pode utilizar o seu horário de trabalho ou os recursos que lhe são fornecidos pela empresa para realizar tarefas para outro empregador, e "quem o faz sabe que está a incumprir a lei", vinca Américo

Oliveira Fragoso. O especialista em direito laboral realça que a acumulação de dois empregos está legalmente prevista e é uma decisão exclusiva do trabalhador, "exceto em casos onde o vínculo contratual determine um compromisso de exclusividade, que em regra é recompensado". E mesmo nestes casos, acrescenta, "o regime de exclusividade tem de ser aceite por ambas as partes".

### Dever de lealdade

Porém, há regras que não podem ser transpostas. O dever de lealdade do trabalhador para com o empregador é uma regra base do CT. "Ao contrário do que acontece com a exclusividade, o contrato de trabalho não tem de dizer que eu não posso trabalhar para uma empresa concorrente, está implícito na lei", sinaliza.

O advogado recorda que "num contrato de trabalho o trabalhador coloca na disponibilidade do empregador o seu tempo e é pago por isso, exigindo-se no horário previsto a sua total disponibilidade para o empregador". O não cumprimento deste acordo e acumulação de dois empregos no mesmo horário dá lugar a despedimento por justa causa. Porém, reconhece, "é muitíssimo difícil de fazer prova disto numa situação de trabalho remoto".

### O QUE DETERMINA A LEI

#### Posso ter dois empregos?

Por princípio, sim. O Código do Trabalho não o impede. Mas deve estar atento às cláusulas do seu contrato de trabalho. Se tiver exclusividade (em regra remunerada), não poderá acumular outro emprego.

#### Posso trabalhar para duas empresas concorrentes?

Não, a menos que o seu empregador o autorize (por escrito). O Artigo 128º do Código do Trabalho sinaliza o dever de "lealdade" do trabalhador ao empregador, impedindo-o de "negociar, por conta própria ou alheia, em concorrência com ele", divulgar informações, métodos de produção ou negócios. Significa isto que não pode trabalhar para empresas concorrentes.

#### Posso sobrepor horários?

Não, nem mesmo se tiver isenção de horário. Num contrato de trabalho, o trabalhador coloca na disponibilidade do empregador o seu tempo e é pago por isso. Significa que naquelas 8 horas diárias terá de estar totalmente disponível para o empregador.



**BASF**  
We create chemistry

**THE ADECCO GROUP**  
Há 30 anos a colocar as pessoas certas no lugar certo!

**OPINIÃO**

**O ambiente e a pobreza**

RICARDO REIS E3

**O regresso do défice externo**

DANIEL BESSA E31



Como a pandemia abrilhantou a lista de multimilionários do mundo

FRANCISCO LOUÇA E3

**PESSOAS**

➔ **Jorge Caria** é o novo diretor médico da Novo Nordisk E27



➔ **Dicas** Como vai ser o mercado de trabalho no futuro E27

Quando agarras no volante, és tu que decides.



**VOLANTE SIC**  
volantesic.pt

**ECONOMIA** IMOBILIÁRIO & EMPREGO **Expresso** 2550  
10 de setembro de 2021 www.expresso.pt



**INDÚSTRIA BLOQUEADA PELA FALTA DE CHIPS**

Falta de semicondutores no mercado mundial está a travar a recuperação de muitas empresas nacionais. Os chips estão em todo o lado e 'mandam' na nossa vida E16

**Energia solar com €5 mil milhões em marcha em Portugal**

Fotovoltaicas serão o motor da descarbonização do nosso sistema elétrico, e são vários os projetos a sair do papel

O sector elétrico está a atrair avultados investimentos. E quase metade do valor da bolsa portuguesa já é energia. E8 e 9

**Dados do INE sobre inovação geram desconforto no Governo**

➔ Inquérito às empresas passou do Ministério da Ciência para o INE e **Portugal caiu a pique no ranking europeu** ➔ Instituto descarta culpas ➔ **"Há cada vez mais PME a inovar"**, lamenta a presidente da Agência Nacional de Inovação E5

**Construção e turismo têm metade dos empregos sem procura**

Sectores respondem por 42% das ofertas de emprego acumuladas há mais tempo nos centros de emprego

Em julho, o IIEFP contabilizou mais de 23 mil ofertas por preencher. Metade transitou de meses anteriores sem candidatos. Construção e turismo destacam-se na dificuldade em contratar. E4

**Novo Banco investe €80 milhões até 2024 para mudar de vida** E20

**Portugueses com dois trabalhos crescem 11% na pandemia**

**Duplo emprego aumentou 11% no país desde o início da pandemia. Especialistas relacionam fenómeno com trabalho remoto** E24

**Tem crédito à habitação? Saiba com o que contar** E6

**CORRIDA ÀS CASAS USADAS** Vendas sobem por falta de imóveis novos no mercado E18

**Sérgio Rebelo**  
Economista e professor da Kellogg School

**"A CRISE MOSTROU OS LIMITES DO TURISMO COMO MOTOR DE CRESCIMENTO"**  
E12



**Quero mudar para melhor**

A sua confiança é o nosso prémio a sua mudança é o seu

Informe-se em [santander.pt](http://santander.pt)





# Trabalho Construção e alojamento dominam ofertas por preencher nos centros de emprego

**IEFP tem mais de 23 mil ofertas de emprego por preencher. Mais de metade são recentes, mas os especialistas admitem dificuldades de contratação**

São os números mais recentes. No final de julho, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) contabilizava um total de 23.236 ofertas de emprego por preencher. O número representa uma redução de 3,5% face a junho, altura em que o *stock* total de vagas era de 24.081, o maior desde o início da pandemia. Há, no entanto, uma curiosidade nos dados de julho: metade das ofertas em *stock* são recentes, registadas há menos de 30 dias. É o universo restante — o das vagas que se perpetuam no centro de emprego por períodos que podem ir até aos seis meses — que merece maior atenção, já que sinaliza em que áreas as empresas querem contratar e não conseguem. Em julho, os principais alertas vinham dos sectores da construção, alojamento e restauração e atividades imobiliárias e administrativas. Juntos respondiam por 56% das vagas que aguardavam há mais de um mês por candidatos.

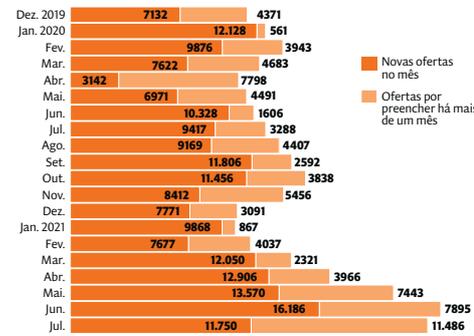
Há várias formas de interpretar os dados do IEFP. A primeira leitura é de que depois da subida acentuada no *stock* de ofertas de emprego por preencher, verificada em junho — que colocou o total de ofertas disponíveis em níveis de há quatro anos —, as vagas sem candidatos voltaram a recuar em julho. Uma segunda leitura possível é que, invertendo a tendência habitual, em julho o número de novas vagas registadas nos centros de emprego ficou “perigosamente” próximo do total de ofertas acumuladas de meses anteriores (11.750 *versus* 11.486). Em junho as novas ofertas foram de 16.186 e as que estavam por preencher há mais de um mês foram de 7895.

## Equilíbrio de mercado

Em regra, a percentagem de novas ofertas é significativamente superior às que transitaram de meses anteriores, sem candidatos. Durante a pandemia, esta tendência só foi invertida em abril de 2020, mês de confinamento e paragem total da economia, com as contratações quase suspensas. Nesse mês, o número de novas ofertas registadas foi menos de metade das que já transitavam de meses anteriores. Ora, em julho, o rácio entre uma e outra foi de 50-50. Significa isto que as empresas estão mais otimistas e a contratar mais, mas também a encontrar dificuldades no recrutamento.

Uma resistência que segundo João Cerejeira, economista do Trabalho e professor da Escola de Economia e

## OFERTAS DE EMPREGO POR PREENCHER



## CONSTRUÇÃO LIDERA OFERTAS DE EMPREGO POR PREENCHER HÁ MAIS DE 30 DIAS

Situação no final de julho de 2021



Nota: apuramento das vagas por preencher é calculado subtraindo ao *stock* total de vagas por preencher contabilizadas pelo IEFP as que foram registadas nos últimos 30 dias

FONTE: IEFP, CÁLCULOS EXPRESSO

Gestão da Universidade do Minho, encontra várias explicações. Por um lado, “a retoma progressiva da atividade das empresas foi, nos últimos meses, incrementando a necessidade de recrutamento das empresas, levando os empregadores a disponibilizar um maior número de ofertas”, diz. Por outro, sinaliza que esse movimento não pode ser dissociado das

dificuldades de contratação que estão a enfrentar alguns sectores muito dependentes de trabalho imigrante, e que viram o número de profissionais disponíveis reduzir drasticamente com as limitações à entrada no país, impostas pela pandemia. É o caso da construção, sector que acumula o maior número de ofertas por preencher entre as registadas há mais de 30 dias no IEFP.

O Expresso isolou, do *stock* total de ofertas por preencher contabilizado em julho pelo IEFP, as vagas registadas há mais de 30 dias, para identificar os sectores onde se registam maiores dificuldades de contratação. Ofertas com menos de 30 dias foram excluídas da análise por se considerar que são demasiado recentes para aferir a ausência de candidatos. Considerando um universo de 11.486 ofertas acumuladas de meses anteriores — 49% do *stock* total — 22,3% (2562) dizem respeito ao sector da construção, 20,5% (2358) ao alojamento e restauração e 13,2% (1509) às atividades imobiliárias, administrativas e serviços de apoio.

Contas feitas, estes três sectores representam mais de 56% do total de ofertas de trabalho registadas nos centros de emprego há mais de 30 dias. É nestes sectores que as empresas estão a ter maiores dificuldades em contratar.

## O efeito da proteção do emprego

Para João Cerejeira, além das limitações impostas pela pandemia, que poderão ter redimensionado o universo de candidatos disponíveis, há outras formas de explicar o elevado número de ofertas de emprego que ficam por preencher. O financiamento público do emprego, através das medidas de proteção dos postos de trabalho criadas pelo Governo — como o *lay-off* simplificado ou o apoio à retoma — é uma delas. Estas medidas, “impuseram aos empregadores limitações ao despedimento. O que significa que houve alguma contenção na libertação de recursos humanos disponíveis para o mercado”.

Em paralelo, “a prorrogação automática dos subsídios de desemprego pode ter desincentivado a procura de trabalho, em áreas onde os salários praticados são próximos dos montantes do subsídio”. É o caso de muitos profissionais dos sectores onde mais ofertas ficam por preencher no IEFP. E há ainda outra realidade, a dos trabalhadores que durante meses estiveram impedidos de trabalhar pelo encerramento de espaços — como alojamento e restauração — e que “percebendo a fragilidade da atividade, optaram por tentar encontrar emprego noutras áreas e não querem regressar ao sector”, admite Cerejeira. O economista antecipa que este aumento das ofertas por preencher, e maior demora nos processos de recrutamento, possa ainda prolongar-se no tempo, impactando, naturalmente, mais alguns sectores do que outros.

CÁTIA MATEUS  
cmateus@expresso.imprensa.pt



**BASF**  
We create chemistry

**THE ADECCO GROUP**  
Há 30 anos a colocar as pessoas certas no lugar certo!

OPINIÃO

O ambiente e a pobreza

RICARDO REIS E3

O regresso do défice externo

DANIEL BESSA E31



Como a pandemia abrilhantou a lista de multimilionários do mundo  
FRANCISCO LOUÇA E3

PESSOAS

➔ Jorge Caria é o novo diretor médico da Novo Nordisk E27



➔ Dicas Como vai ser o mercado de trabalho no futuro E27

Quando agarras no volante, és tu que decides.



**VOLANTE SIC**  
volantesic.pt

**ECONOMIA** IMOBILIÁRIO & EMPREGO **Expresso** 2550  
10 de setembro de 2021 www.expresso.pt



**INDÚSTRIA BLOQUEADA PELA FALTA DE CHIPS**

Falta de semicondutores no mercado mundial está a travar a recuperação de muitas empresas nacionais. Os chips estão em todo o lado e 'mandam' na nossa vida E16

**Energia solar com €5 mil milhões em marcha em Portugal**

Fotovoltaicas serão o motor da descarbonização do nosso sistema elétrico, e são vários os projetos a sair do papel

O sector elétrico está a atrair avultados investimentos. E quase metade do valor da bolsa portuguesa já é energia. E8 e 9

**Tem crédito à habitação? Saiba com o que contar** E6

**CORRIDA ÀS CASAS USADAS** Vendas sobem por falta de imóveis novos no mercado E18

**Construção e turismo têm metade dos empregos sem procura**

Sectores respondem por 42% das ofertas de emprego acumuladas há mais tempo nos centros de emprego

Em julho, o IEFP contabilizou mais de 23 mil ofertas por preencher. Metade transitou de meses anteriores sem candidatos. Construção e turismo destacam-se na dificuldade em contratar. E4

**Dados do INE sobre inovação geram desconforto no Governo**

➔ Inquérito às empresas passou do Ministério da Ciência para o INE e Portugal caiu a pique no ranking europeu ➔ Instituto descarta culpas ➔ "Há cada vez mais PME a inovar", lamenta a presidente da Agência Nacional de Inovação E5

Sérgio Rebelo Economista e professor da Kellogg School

**"A CRISE MOSTROU OS LIMITES DO TURISMO COMO MOTOR DE CRESCIMENTO"** E12



**Novo Banco investe €80 milhões até 2024 para mudar de vida** E10

**Portugueses com dois trabalhos crescem 11% na pandemia**

**Duplo emprego aumentou 11% no país desde o início da pandemia.** Especialistas relacionam fenómeno com trabalho remoto E24



**Quero mudar para melhor**

A sua confiança é o nosso prémio a sua mudança é o seu

Informe-se em santander.pt





**Polémica** Queda das empresas inovadoras reportada a Bruxelas contradiz várias fontes oficiais do Governo. “É preciso fazer uma reflexão”, pede a presidente da Agência Nacional de Inovação

# INE descarta culpas no ‘trambolhão’ de Portugal no ranking europeu da inovação

JOANA NUNES MATEUS

Dois meses e meio após a divulgação do Painel Europeu da Inovação da Comissão Europeia, é cada vez mais evidente o incómodo do Estado português com a descida de sete lugares naquele que é o grande ranking de inovação da União Europeia (UE). Desconforto não com Bruxelas, mas com os próprios dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) que ditaram tão “brutal”, “surpreendente” ou “contraditória” queda. Ouviu o Expresso de diferentes fontes.

Entre 2016 e 2020, Portugal conseguiu subir seis lugares e ascender ao grupo dos países europeus “fortemente inovadores”. Mas em 2021 afundou de 12º para 19º no ranking da UE, colapsando da melhor posição de sempre para a pior em mais de uma década. E a culpa nem foi da pandemia, já que a maioria dos indicadores deste ranking de 2021 têm um ano de referência anterior a 2020 (ver gráfico).

Referentes a 2018 são os dados sobre a inovação nas empresas apurados pelo Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 2018) que o INE divulgou em 2020. Ora sobre esse ano de crescimento económico — quando o investimento empresarial subiu e as candidaturas aos incentivos à inovação do Portugal 2020 dispararam — o país reportou a Bruxelas uma súbita queda do número de empresas inovadoras. Tal afetou negativamente uma série de indicadores relevantes para o ranking da UE.

O mistério adensa-se quando a própria Comissão Europeia elogia “as fortes melhorias de desempenho” de Portugal em diversos indicadores, incluindo o apoio à investigação e desenvolvimento (I&D) empresarial. E faz questão de atribuir as culpas da “forte” queda no ranking de 2021 ao “reduzido desempenho dos indicadores” provenientes do inquérito.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) confirmou ao Expresso que “seis dos sete indicadores que mais contribuíram para a performance negativa de Portugal no último ano têm por base o CIS 2018”. A começar pelas PME que introduziram inovações de processo (menos 122 (!) pontos percentuais (pp) face à média europeia) ou de inovações de produto (menos 82 pp), o emprego em empresas inovadoras (menos 85 pp) ou o investimento em inovação extra I&D (-77 pp). Neste último indicador, por exemplo, Portugal reportou a Bruxelas apenas um terço do valor anterior. Resultado: caiu a pique, de 6º para 23º na UE.

Esta queda contradiz dados oficiais do Governo português sobre os sucessivos recordes que o investimento empresarial inovador vinha batendo nos anos anteriores à pandemia. Como os dados divulgados em agosto pela Agência Nacional de Inovação (ANI) sobre o SIFIDE — Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial ou pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) sobre o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN).

Dados não batem certo...

Joana Mendonça tinha acabado de chegar à presidência da ANI quando foi surpreendida pela descida de sete lugares no ranking da UE. Agora encara o problema de frente: “É preciso fazer uma reflexão, porque temos



Porque afundou a inovação no país mal o INE assumiu o inquérito às empresas? FOTO JOSÉ FERNANDES

uma estatística que não representa a realidade da inovação em Portugal. A inovação não diminuiu em Portugal. Pelo contrário. Há evidência de cada vez mais PME a inovar.”

O anterior presidente da ANI, Eduardo Maldonado, fala mesmo de “dados errados” reportados a Bruxelas. E aponta uma explicação. “Houve mudança de protagonistas em Portugal. Pela primeira vez, parte dos dados foi dado pelo INE. Até aqui, era sempre pela Economia e pela Ciência. E os dados foram mal reportados”, disse em julho, numa conferência da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto sobre o Plano de Recuperação e Resiliência. “Houve erros. Se a própria Comissão Europeia não estava confortável com os dados devia ter insistido com a melhor qualidade dos dados portugueses. E Portugal perdeu a coordenação por culpas internas de falta de ligação entre ministérios.”

O MCTES confirma que o polémico CIS 2018 foi realizado com base na recolha e tratamento de dados pelo INE, em substituição da DGEEC. Esta é da tutela do ministro Manuel Heitor e o INE da ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva.

O próprio CIS 2018 também mudou, alargou-se a todos os sectores de atividade e foi integrado na plataforma do INE dedicada ao preenchimento eletrónico de inquéritos pelas empresas. “Contudo, tendo em atenção o carácter qualitativo do inquérito em questão, e o cariz técnico das questões que o compõem” — alerta uma nota explicativa do MCTES —, “o exercício exige por norma um acompanhamento de estreita proximidade com as entidades a auscultar, a realizar por técnicos especializados, com experiência no tema, de forma a permitir o esclarecimento de dúvidas e garantir as respostas mais adequadas a cada realidade”.

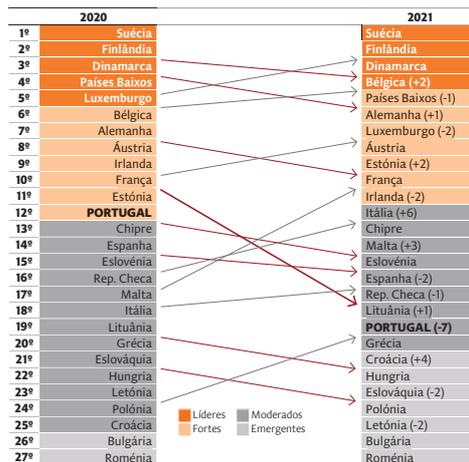
Face ao inquérito anterior, o número de empresas aumentou 8% (para 20,7 mil), mas o número de empresas “inovadoras” desceu 39% (para 7,8 mil), sobretudo nas indústrias transformadoras (menos 2,6 mil). Ao contrário dos rivais europeus e apesar do próprio conceito de inovação ter sido simplificado na última edição deste inquérito feito a nível comunitário.

“Tendo em atenção a divergência entre estes resultados e as conclusões que se retiram de outros indicadores associados à dimensão de inovação em Portugal, quer os constantes no European Innovation Scoreboard quer outros adicionais (como sejam os dados relativos ao IPCTN, que atesta que o crescimento da despesa em I&D quer o aumento do número de empresas inovadoras)” — lê-se na nota do MCTES —, “solicita-se ao INE esclarecimentos sobre a forma como decorreu o processo de recolha de informação e quais os principais fatores explicativos que permitam justificar a evolução verificada”.

Já fonte oficial do INE salienta “a otimização da articulação entre o INE e a DGEEC — órgão com delegação de competências para a produção do CIS — no sentido de aproveitamento da estrutura de recolha de informação de que o INE dispõe, passando esta tarefa a ser efetuada pelo INE”. A recolha foi “efetuada integralmente através da plataforma Weblinq — Inquéritos do INE na Web, o que permitiu a implementação de regras (nomeadamente filtro, aviso ou informativas) relativas ao questionário”. E frisa que “a análise, validação e correção da informação recolhida passou também a ser efetuada pelas duas instituições, verificando-se um maior acompanhamento e esclarecimento dos respondentes”.

Como o inquérito CIS é bienal, as estatísticas que afundaram Portugal no ranking europeu de junho de 2021 voltarão a afundá-lo no ranking de junho de 2022. O INE não pretende retificar dados até lá: “Neste momento, a edição do CIS 2020 (período de 2018 a 2020) encontra-se em fase de recolha, estando prevista a disponibilização da informação para o terceiro trimestre de 2022.”

## TRAMBOLHÃO NO RANKING EUROPEU DA INOVAÇÃO





**BASF**  
We create chemistry

**THE ADECCO GROUP**  
Há 30 anos a colocar as pessoas certas no lugar certo!

OPINIÃO

O ambiente e a pobreza

RICARDO REIS E3

O regresso do défice externo

DANIEL BESSA E31



Como a pandemia abrilhantou a lista de multimilionários do mundo  
FRANCISCO LOUÇA E3

PESSOAS

Jorge Caria é o novo diretor médico da Novo Nordisk E27

Dicas Como vai ser o mercado de trabalho no futuro E27



Quando agarras no volante, és tu que decides.



**VLANTE SIC**  
volantesic.pt

**ECONOMIA** IMOBILIÁRIO & EMPREGO **Expresso** 2550  
10 de setembro de 2021 www.expresso.pt



**INDÚSTRIA BLOQUEADA PELA FALTA DE CHIPS**

Falta de semicondutores no mercado mundial está a travar a recuperação de muitas empresas nacionais. Os chips estão em todo o lado e 'mandam' na nossa vida E16

**Energia solar com €5 mil milhões em marcha em Portugal**

Fotovoltaicas serão o motor da descarbonização do nosso sistema elétrico, e são vários os projetos a sair do papel

O sector elétrico está a atrair avultados investimentos. E quase metade do valor da bolsa portuguesa já é energia. E8 e 9

**Tem crédito à habitação? Saiba com o que contar** E6

**CORRIDA ÀS CASAS USADAS** Vendas sobem por falta de imóveis novos no mercado E18

**Construção e turismo têm metade dos empregos sem procura**

Sectores respondem por 42% das ofertas de emprego acumuladas há mais tempo nos centros de emprego

Em julho, o IEFP contabilizou mais de 23 mil ofertas por preencher. Metade transitou de meses anteriores sem candidatos. Construção e turismo destacam-se na dificuldade em contratar. E4

**Dados do INE sobre inovação geram desconforto no Governo**

Inquérito às empresas passou do Ministério da Ciência para o INE e Portugal caiu a pique no ranking europeu Instituto descarta culpas "Há cada vez mais PME a inovar", lamenta a presidente da Agência Nacional de Inovação E5

Sérgio Rebelo Economista e professor da Kellogg School

**"A CRISE MOSTROU OS LIMITES DO TURISMO COMO MOTOR DE CRESCIMENTO"** E12



Novo Banco investe €80 milhões até 2024 para mudar de vida E20

Portugueses com dois trabalhos crescem 11% na pandemia

Duplo emprego aumentou 11% no país desde o início da pandemia. Especialistas relacionam fenómeno com trabalho remoto E24



Quero mudar para melhor

A sua confiança é o nosso prémio a sua mudança é o seu

Informe-se em santander.pt





Tech &amp; Touch

José Miguel Leonardo

## NÃO VALE TUDO

A lei do trabalho vai mudar. Uma mudança com negociações à esquerda já a pensar no Orçamento e onde a palavra precariedade é usada sem limite e definição. É abusada no seu conceito, misturando-se com formas de contratação e com atividades económicas que pagam salários e impostos e que contribuem para a economia. Uma confusão que se traduz em discursos populistas e pouco claros, com a presença dos que insistem que são as empresas de trabalho temporário que ficam com parte do ordenado do trabalhador.

O monstro papão que rouba os portugueses não é mais do que uma mentira de um discurso que de tanto se repetir corre o risco de ser aceite como verdade. Mas não é, não é verdade. O ordenado do trabalhador temporário é igual, repito, igual, ao do trabalhador da mesma categoria profissional, mesmo que este seja contratado sem termo. A equidade de condições laborais é garantida por lei, uma lei em vigor, e não há discriminação nem por parte da empresa que recorre a esta contratação nem pela empresa de trabalho temporário.

Existe um valor cobrado além do ordenado ao cliente? Sim, obviamente, o valor que contempla o serviço prestado, a gestão do recurso e o acompanhamento do trabalhador. Este trabalhador vale menos do que o que tem o contrato com a empresa? Nunca! Tem o mesmo salário e o mesmo potencial. A diferença é que o contexto que levou à criação deste emprego é temporário, ou seja, a empresa não terá sempre a mesma necessidade e até condições para manter uma função que necessita que seja executada de forma temporária ou intermitente.

Talvez os que baralham conceitos não saibam que muitos temporários, quer pelo seu desempenho, quer por alteração de contexto, são muitas das vezes depois contratados pelas empresas onde estiveram cedidos, oportunidades que resultam do alegado "trabalho precário e sem dignidade". Da mesma forma, os dados revelam que o perfil maioritário de um trabalhador temporário é jovem e/ou com baixas qualificações, encontrando nestas oportunidades a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho. Uma integração que retira peso ao Estado, mas, mais importante do que isso, eleva as competências e as oportunidades destas pessoas, possibilitando o acesso ao trabalho digno e à sua valorização profissional.

Deixemos os discursos fáceis que confundem o eleitorado e associam a precariedade ao trabalho temporário. Aproveitemos esta oportunidade para nos focarmos em soluções de equidade para os trabalhadores, porque, mesmo em tempo de eleições ou de negociações tendo em vista o Orçamento do Estado, não vale tudo, não pode valer tudo.

Diretor-geral da Randstad Portugal



**A** Radar //

## PSP e GNR. Marcelo promulga aumento do subsídio de risco para 100 euros

OSP/PSP critica anos de espera pelo subsídio e valores “disparates da realidade”.

JOANA FAUSTINO

joana.faustino@ionline.pt

O Presidente da República promulgou ontem o diploma do Governo que aumenta para 100 euros o subsídio de risco das forças de segurança.

No site da Presidência da República lê-se que “apesar de ser aquém das expectativas das posições sindicais, na medida em que corresponde a um ponto de partida que melhora a situação pré-existente, num domínio em que são antigas e justas as reivindicações das Forças de Segurança, o Presidente da República promulgou hoje o diploma do Governo que procede à atualização dos montantes da componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança auferido pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelo pessoal policial da Polícia de Segurança Pública”.

O Ministro da Administração Interna anunciou na passada sexta-feira que o subsídio de risco para a PSP e a GNR iria ser aumentado, representando este aumento uma despesa anual de 50 milhões de euros – “um esforço muito significativo”, ao qual acrescem 5 milhões de euros de despesa adicional, totalizando assim em 55 milhões de euros a despesa permanente.

No entanto, a Organização Sindical dos Policiais (OSP) considera estes valores insuficientes. Num comunicado de imprensa enviado às redações no mesmo dia em que foi divul-

gado o aumento do subsídio de risco, lê-se que os elementos que receberão este apoio (PSP e GNR) são menos de 42 mil “e 50 milhões divididos por 42 mil e 14 meses são cerca de 85 euros mês”.

“Há anos que existe adido ao vencimento cerca de 32 euros de componente fixa do Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança, sendo este valor que o governo agora diz que contemplava a quota de risco e penosidade profissional”, acrescenta a OSP.

O valor que agora vai ser distribuído é apenas de mais 68 euros do que o antigo valor, e não de 85, como seria suposto. “68 euros que distribuído por cerca 42 mil elementos a 14 vezes soma cerca de 40 milhões de euros ano. O governo lança valores díspares da realidade, 50 milhões de euros ano, quando o custo vai ser cerca de 40 milhões de euros, onde ficam os 10 milhões euros? Serão 40 milhões de euros anuais, para contemplar o risco e penosidade profissional das forças de segurança, o valor consagrado como digno e justo pelo governo, bem como, mais de 400 milhões de euros para o Novo Banco e muito mais milhões para ajudar a TAP”, lê-se no documento.

**A LUTA POR UMA AVALIAÇÃO DE RISCO MAIS JUSTA** “A bem da justiça e de privilegiar aqueles que têm justamente remunerações mais baixas, a opção do Governo foi por não tocar na compo-



Sindicatos sentem que o risco não está a ser bem avaliado

MAFALDA GOMES

nente percentual e reforçar, ou seja, mais do que triplicar, passando de 31 para 100 euros, a componente fixa”, declarou o governante, porém, a atribuição deste suplemento está prevista no Orçamento do Estado deste ano através de uma decisão dos

**PR lembra que valor fica “aquém das expectativas das posições sindicais”**

**OSP avalia o custo do subsídio em 40 milhões de euros, em vez dos 50 referidos pelo MAI**

partidos da oposição e não do Governo.

No passado mês de julho, o facto de o Ministério da Administração Interna (MAI) avaliar o risco dos profissionais de polícia em 68,96€ para quem recebe suplemento de patrulha, 58,96€ para quem recebe suplemento de comando e 48,96€ para os restantes policiais, sujeito a descontos legais, representava uma “posição simplesmente miserável, um insulto, gozo de quem faz o que quer e deprecia os demais”, nas palavras da Organização Sindical dos Policiais (OSP/PSP).

À época, em comunicado, a OSP/PSP denunciou também que “o Governo já contemplou valores em Orçamento de Estado, já tem tudo decidido e aprovado antes de ouvir os sindicatos, apenas convoca os sindicatos, para cumprir a legalidade”. No mesmo mês, a Associação

dos Profissionais da Guarda – APG/GNR considerou o valor proposto pela tutela para o suplemento de risco “absolutamente indigno”. “Desconsidera os profissionais da GNR e da PSP, o risco que correm, o desgaste a que estão sujeitos e sobretudo o profissionalismo e esforço extraordinário com que têm cumprido a sua missão em tempos tão exigentes”, denunciava aquele órgão.

“É uma falta de respeito completa pelos homens e mulheres que defendem os portugueses e o Estado democrático”, explicou António Barreira, coordenador da Região Sul da APG/GNR, em declarações ao i, lembrando então que, além de o suplemento de risco constituir “um valor vergonhoso, ainda nem sequer foi pago um cêntimo a quem está na linha da frente e devia receber o suplemento extraordinário em relação à pandemia de covid-19”.



## Desemprego na OCDE cai para 6,2% em julho

**MUNDO** A taxa de desemprego na OCDE caiu para 6,2% em julho, contra 6,4% em junho e mais 0,9 pontos percentuais que a taxa observada em fevereiro de 2020. O número de trabalhadores desempregados em toda a OCDE caiu para 41,1 milhões de pessoas em julho, menos 1,6 milhões que em junho. Na zona euro, a taxa de desemprego desceu para 7,6% em julho.

**CGTP****Reivindicação  
de aumentos  
salariais****VALOR SUPERIOR  
AO DE 2021**

A CGTP realizou a primeira reunião da sua comissão executiva no dia 30 de agosto para desenhar a proposta de política de rendimentos. Ainda que, contactados pela agência Lusa, os dirigentes se tenham escusado a adiantar valores, uma das fontes contactadas disse que o valor a reivindicar nunca será inferior ao do ano passado, devendo até ser superior. No caderno reivindicativo aprovado há um ano a CGTP reivindicava para 2021 aumentos salariais de 90 euros para todos os trabalhadores e um salário mínimo de 850 euros. Deste modo, o referencial para 2022 deverá rondar os 100 euros.

**COMBATE À  
PRECARIEDADE**

Apesar de não ter fala do em números, a secretária-geral da Intersindical, Isabel Camarinha, disse à agência Lusa que "é preciso aumentar significativamente os salários dos trabalhadores" para contrariar o modelo de baixos salários. "O modelo de baixos salários precisa de um choque. Não chega um aumento no valor da inflação", declarou, acrescentando que é preciso investir nos salários dos trabalhadores e nas suas carreiras, o que não tem acontecido. Assim, o combate à precariedade, o respeito pelos direitos laborais e a redução dos horários de trabalho serão outras das reivindicações a aprovar no Conselho Nacional.



## Reivindicados aumentos salariais de 90 euros para o próximo ano

**INTERSINDICAL** A CGTP vai reivindicar aumentos salariais de 90 euros para todos os trabalhadores de todos os setores durante o próximo ano, bem como a fixação do salário mínimo nacional nos 850 euros. A proposta de política de rendimentos para 2022, aprovada ontem, define todas as reivindicações pelas quais a intersindical e os seus sindicatos se vão bater, nomeadamente a valorização dos salários e das carreiras, o combate à precariedade, o respeito pelos direitos laborais e a redução dos horários de trabalho.



## Sindicato acusa ministra de destratar funcionários. Governo nega

Ministério diz que Alexandra Leitão ajudou utente à espera

**EPISÓDIO** Alexandra Leitão é acusada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado de ter destrutado os trabalhadores na Loja do Cidadão das Laranjeiras, em Lisboa, por causa dos tempos de espera registados. O Governo rejeita as acusações, explica que o atendimento sem marcação não estava a ser cumprido e que a ministra "demonstrou a sua preocupação com a necessidade de responder em tempo razoável".

ÀTSF, o sindicalista Arménio Maximino acusou a governante de ter-se colocado "aos berros contra os funcionários, porque havia filas, porque um senhor estava à espera há 11 horas para ser atendido...", disse.

Em resposta ao JN, o ministério conta que Alexandra Leitão foi informada que, no passado dia 4, não estavam a ser distribuídas senhas de atendimento aos utentes naquela loja. Foi ao local verificar a situação, confirmou que não tinham sido distribuídas senhas e encontrou um utente que esperava há mais de 10 horas para ser atendido para a emissão de um passaporte.

"A ministra deu indicação para que o cidadão fosse atendido imediatamente, até porque havia poucas pessoas a aguardar e, por isso, não haveria motivo para se manter o cidadão mais tempo à espera". ● R.S.



Alexandra Leitão

## Projeto em Matosinhos dá emprego a pessoas de etnia cigana

Ação desenvolvida por associação visa a inclusão social

**FORMAÇÃO** O projeto 100 + Preconceito 5.0 abriu as portas do emprego a sete pessoas de etnia cigana do Centro Habitacional da Biquinha, em Matosinhos. Segundo Nuno Teixeira, coordenador regional da Associação para o Planeamento da Família, responsável pela iniciativa, trata-se de “pessoas até aos 30 anos”, sendo que a “maioria conseguiu emprego nas plataformas de entregas de alimentos e de transporte de passageiros”.

Em declarações à agência Lusa, Nuno Teixeira esclareceu que a mesma capacitação possibilitou ainda que os feirantes passassem a vender nas redes sociais” e há um “oitavo caso de um jovem que vai fazer formação profissional no Instituto de Emprego e Formação Profissional”.

### RESIDENTES NA BIQUINHA

A Associação para o Planeamento da Família trabalha “desde 2004 com as pessoas ciganas residentes no Conjunto Habitacional da Biquinha”, salientou Nuno Teixeira, acrescentando sobre o projeto, que contou com oito atividades de várias ordens. A participação atingiu “mais de metade das 245 pessoas residentes”.

Foram ainda desenvolvidas “três ações de aproximação ao mercado de trabalho dirigidas a 15 pessoas ciganas desempregadas”, que contou com 22 pessoas inscritas (10 homens e 12 mulheres), e alcançados “diversos resultados qualitativos”, acrescentou.

O projeto foi financiado pelo Fundo de Apoio à Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas do Alto Comissariado para as Migrações e tem como objetivo principal a inclusão. ●



## FESAP repudia decisões dos grupos CUF e Luz

Em causa está a recusa da nova tabela da ADSE pelos prestadores privados

**ADSE** A Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP) critica a reação de dois grandes grupos privados da Saúde, CUF e Luz, na recusa da nova tabela da ADSE, que entrou em vigor este mês.

Em comunicado, lamenta “o mercantilismo da visão com que alguns prestadores encaram os serviços de saúde, fortemente marcados pela tentativa de maximização do lucro”. E considera

inaceitável a “recusa de conclusão de tratamentos médicos e cirurgias já agendados por parte de prestadores”, justificando a decisão com “alterações de preços por parte da ADSE”, o que a FESAP garante não ser verdade. Também não compreende “por que motivo o conselho diretivo [da ADSE]” não promoveu ainda uma campanha de esclarecimentos para os beneficiários sobre a nova tabela do regime convencionado. ●



## Despedimento na refinaria de Matosinhos vai avançar no dia 15

A Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal adiantou ontem que o despedimento coletivo dos trabalhadores vai acontecer, para a sua maioria, a 15 de setembro, dia que ficará na história da Galp como o “mais negro”. O fecho desta infraestrutura representa a “destruição” de cerca de cinco mil empregos e a perda de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na Área Metropolitana do Porto, referiu.



## OPINIÃO

# Orçamento do Estado 2022



**José Manuel Constantino**  
Presidente do Comité Olímpico de Portugal

O desporto gera milhares de postos de trabalho associados à prática desportiva, ao turismo, à venda de material desportivo, à gestão de instalações desportivas, e até à moda e ao vestuário.

O desporto alimenta os meios de comunicação, as empresas de tecnologia, as empresas de marketing e os organizadores de eventos.

Em 2019, estima-se que o sector tenha gerado um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 4.210 milhões de euros e criado 133 mil postos de trabalho traduzindo-se, na economia nacional, num peso de 2,3% no VAB e 2,85% em termos dos postos de trabalho. O emprego remunerado cresceu entre 2015 e 2019 numa tendência superior à tendência total nacional, mas o trabalho voluntário incorpora ainda cerca de 30% do sector.

Com a pandemia, o sector terá tido uma quebra de cerca de 12%, prevendo-se para o corrente ano um crescimento entre 2 a 4% face a 2020.

No que respeita a bens desportivos, a balança comercial nacional, nos últimos anos, tem registado valores positivos, com a exportação a superar claramente a importação de bens desportivos.

O financiamento público com origem no Governo teve, até 2020, um crescimento positivo a uma média anual de 5%, mas esse valor não foi capaz de recuperar valores próximos daqueles que eram praticados antes da intervenção da *troika*. Houve federações desportivas a receberem, em média, valores inferiores entre 15 a 20%, comparativamente ao que recebiam em 2009.

Em 2021 houve uma surpreendente inversão desta tendência de crescimento, com uma redução de cerca de 3% no Orçamento do Estado. A ação conjugada dos grupos parlamentares do PS e do PSD inviabilizou qualquer alteração proposta em sede da Assembleia da República que visasse atenuar (ou minorar) este problema.

No plano das políticas públicas do Estado no financiamento ao sector nunca passámos da si-

tução de indigência, com contornos que, no quadro europeu, nos envergonham.

Todos os estudos realizados confirmam que Portugal apresenta, face aos parceiros europeus, um desequilíbrio na estrutura de financiamento público ao desporto cerca de 40% inferior à média.

É impensável qualquer política de desenvolvimento do Desporto quando o OE disponibiliza para apoio às federações desportivas cerca de metade do orçamento que a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) tem só para a sua modalidade.

É, pois, com acrescida expectativa que se aguarda a proposta orçamental para 2022, no sentido de verificar se existe ou não uma alteração da tendência negativa ocorrida no ano em curso.

O Comité Olímpico de Portugal apresentou ao Governo um conjunto de propostas reiterando a necessidade de:

- Estimular a promoção da atividade física e do desporto no contexto empresarial;
- Abranger as instituições de utilidade pública desportiva no leque das entidades elegíveis para a atribuição e na consignação do benefício fiscal previstas no Código do IRS;
- Adotar um regime fiscal específico dos agentes desportivos praticantes;
- Criar um regime de fundo de pensões para os praticantes desportivos;
- Reforçar e tornar mais atrativo o mecenato desportivo;
- Regular a dedução do IVA nas despesas associadas a atividade desportiva;
- Estimular o regime dos dirigentes associativos benévolos.

A pandemia Covid-19 implicou fortes restrições nas atividades desportivas, com consequente perda de receita, redução de postos de trabalho e remuneração, acentuando a dependência num voluntariado praticado pelas gerações mais velhas.

O desafio que o Governo, mas também os partidos com assento parlamentar, enfrentam é o de saber se querem ou não inverter a tendência que marcou o corrente ano e a proposta de OE para 2022 consubstancia, o compromisso assumido no final da recente presidência portuguesa da União Europeia no documento "Lisboa Call on Sport Innovation", consagrando uma dotação orçamental para o desporto à altura dos desafios e do impacto a que este tem sido exposto pela crise, e bem assim do valor que nestas circunstâncias sem precedentes tem conseguido trazer para o país. ■

# Despedimentos no BCP e Santander vão dar lugar a queixas no BCE e Bruxelas

UGT apela a apoio de organizações sindicais internacionais na luta contra despedimentos no BCP e Santander. Pedido seguiu por carta e deverá culminar em queixas.

LÍGIA SIMÕES

lsimoes@jornaleconomico.pt

Os sindicatos dos bancários da UGT - Mais Sindicato, Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) e Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) - enviaram uma carta às organizações sindicais internacionais apelando ao seu apoio e à sua intervenção junto de Ana Botin, CEO do grupo Santander, bem como da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (BCE). O objetivo é que a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), Confederação Sindical Internacional (CSI), UNI (Federação Sindical Internacional da área de Serviços) apresentem queixa junto daquelas entidades contra os despedimentos no BCP e Banco Santander Totta (BST) devido à "repressão laboral e de chantagem" para com centenas de trabalhadores que, segundo dizem, arriscam ser alvo de um processo unilateral.

"A queixa terá por base a pressão que está a ser feita sobre os trabalhadores, forçando-os a aceitar sair por rescisão ou por reforma antecipada. Está em causa uma agressividade nos cortes de pessoal com um número elevado de pessoas que estes bancos querem reduzir num espaço curto de tempo, nomeadamente no Santander onde se pretende reduzir de um momento para o outro 25% de efetivos", num total de 1200 até ao final do ano, disse ao JE António Fonseca, líder do Mais Sindicato (ex-Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas). O mesmo responsável adiantou que a carta foi enviada esta semana pela UGT às organizações sindicais internacionais e revelou que, a pedido da UGT, os três sindicatos têm agendada para 15 de setembro uma cimeira com a UGT espanhola e os delegados sindicais do Santander Espanha, para debater o tema

A reestruturação do Santander Totta prevê a saída de 685 trabalhadores por rescisões por mútuo acordo e reformas antecipadas, tendo já chegado a acordo com 455 pessoas. O Mais Sindicato fala de um "processo unilateral" que abrangerá 240 trabalhadores. Já o BCP anunciou, há duas semanas, que vai avançar para o despedimento de até 100 trabalhadores,

após ter acordado cerca de 800 rescisões.

Sobre a reunião com a UGT espanhola, que terá lugar em Lisboa, António Fonseca diz que "visa articular estratégias contra o procedimento indigno deste banco", dando conta de que foi enviada uma carta aos líderes das organizações sindicais internacionais "apelando ao seu apoio e a sua intervenção" junto de Ana Botin. Segundo o líder do Mais Sindicato, os três sindicatos da UGT esperam que a tomada de posição pelas organizações internacionais "culmine com uma queixa à Comissão Europeia e ao BCE".

## Ameaça de greve

Os sete sindicatos do setor bancário pediram esta semana com carácter de urgência, uma reunião às comissões executivas do BCP e BST, tendo como pano de fundo os processos de reestruturação em curso, pretendendo travar os cerca de 100 despedimentos coletivos no banco liderado por Miguel Maya e o processo unilateral de despedimento de 240 trabalhadores do BST. Segundo presidente do Mais Sindicato, o BCP "marcou imediatamente reunião" para esta sexta-feira, 10 de setembro. Já a reunião com o BST foi marcada para 16 de setembro. António Fonseca assegura: "caso os banqueiros não aceitem a nossa proposta de parar com os despedimentos coletivos a greve será convocada ainda no corrente mês de setembro". ●

**"A queixa terá por base a pressão que está a ser feita sobre os trabalhadores, forçando-os a aceitar sair por rescisão ou por reforma antecipada", revela o presidente do Mais Sindicato**





Nº2110 | 10 setembro 2021



# O Jornal Económico

Diretor Filipe Alves | Subdiretores André Cabrita-Mendes, Leonardo Ralha e Lígia Simões  
Diretor de Arte Mário Malhão | Preço €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas-feiras

## Governo destina mil milhões para garantir créditos após moratórias

Estado estabelece condições da garantia de 25% do crédito às empresas sob moratória dos setores mais afetados pela pandemia que acordem reestruturação de dívida com a banca. Montante máximo de garantias estatais para todas as instituições de crédito é de mil milhões de euros, sabe JE. ■ P3

## Despedimentos na banca vão dar lugar a queixas no BCE e Bruxelas

Sindicatos tentam travar despedimentos no Santander e no BCP e pedem ajuda a congéneres internacionais para avançar com queixas na Comissão Europeia e no BCE. ■ P23

**5 ANOS DO JORNAL ECONÓMICO**  
Na próxima semana, não perca a edição especial do quinto aniversário do JE ■ P32

**PROJEÇÕES ECONÓMICAS**  
Christine Lagarde diz que serviços e indústria farão economia da zona euro crescer mais este ano ■ P8

**ET CETERA**  
"Sou ambicioso, mas no sentido de encontrar novas maneiras de escrever e de contar"  
João Tordo | escritor  
O seu mais recente romance, "Águas Passadas" é um thriller que agarra o leitor da primeira à última página. Aos 45 anos, e com 17 livros lançados, o escritor lisboeta é também um dos argumentistas de uma série da Netflix. ■ P6 e 9

**DOSSIER ESPECIAL**  
"Falta sintonia com as áreas da economia e das finanças"  
Sofia Santos, fundadora da SystemicSphere e docente do ISEG, defende uma política fiscal verde e requisitos efetivos de boas práticas das empresas ■ BCE quer banca mais sustentável ■ CMVM alerta para risco de "greenwashing" ■ R. Edward Freedman: "é tempo do capitalismo de stakeholders" ■ Especial Capital Verde e P4

**ORÇAMENTO DO ESTADO**  
Criação de dois novos escalões do IRS vai abranger um milhão de famílias ■ P7  
António Costa  
Primeiro-ministro

**SECTOR FINANCEIRO**  
Fundos Davidson Kemper e Bain oferecem 900 milhões pela ECS mas BCP quer mais  
Bancos analisam propostas firmes da DK e do consórcio Bain/Cerberus. Melhor oferta não ultrapassa os 900 milhões. ■ P24

**LUXO**  
Louis Vuitton e Kering abrem novas lojas de artigos luxo na Avenida da Liberdade  
A artéria mais luxuosa da capital portuguesa vai passar a ter duas novas lojas dos líderes mundiais LVMH e Kering. ■ P19

**ECONÓMICO MADEIRA**  
"É preferível ter menos receitas fiscais, mas haver uma economia mais pujante" ■ EM  
Pedro Calado  
Candidato à Câmara do Funchal (PSD-CDS)

**TECNOLOGIA**  
Propostas da Sing e da DST para comprar a Efacec exigem garantias do Estado  
As propostas que estão em cima da mesa pela Efacec exigem garantias estatais, apurou o JE. Processo está longe de concluído. ■ P18  
PUB

**BARÓMETRO ACEGE/JE/RR**  
Apenas um em cada dez gestores e empresários esperam alívio fiscal para as empresas ■ P10

**11 DE SETEMBRO**  
Novas gerações sabem pouco sobre os atentados que mudaram o mundo há apenas 20 anos ■ P16

**BARÓMETRO EY**  
Building a better working world ey.com  
Página 27



Reuters

JOSÉ VARELA RODRIGUES  
jrodrigues@jornaleconomico.pt

A operação da Uber em Portugal vai ganhar um novo impulso com a concentração da sede nacional e do Centro de Excelência do Sul da Europa da empresa, cuja localização se decidiu há quatro anos ser em Portugal, no mesmo edifício, em Lisboa. Trará esta medida mais autonomia para a gestão da Uber Portugal? “[Vai gerar] mais relevância, mais força e presença no mapa da Uber”, confirmou fonte oficial da empresa ao Jornal Económico, após o envio de uma nota de imprensa dar conta da inauguração do novo espaço. A abertura do novo edifício, que vai concentrar a operação local e as operações de suporte a todas as plataformas da Uber em diferentes países da Europa, tem lugar no próximo dia 16 de setembro.

A sede da Uber em Portugal, até aqui instalada na zona do Saldanha, e o Centro de Excelência do Sul da Europa da empresa, até aqui alojado num outro espaço das Avenidas Novas, provisoriamente, passam a ocupar, agora, o mesmo e um novo edifício nas Avenidas Novas.

Fonte oficial não quis especificar, antes da apresentação do novo edifício, de que forma a concentração da sede nacional e do centro de excelência da Uber no mesmo espaço vai impactar na presença da multinacional de origem norte-americana em Portugal, mas admitiu que a abertura do novo escritórios será um marco na história da empresa no país.

Prova disso é que a cerimónia de inauguração do novo quartel-general da Uber em Portugal vai contar com a presença da responsável executiva da Uber na Europa, Médio Oriente e África (EMEA), Anabel Diaz, e do responsável executivo Community Operations para a região EMEA, Régis Hale, além de Manuel Pina, diretor-geral da Uber em Portugal.

Além do evento marcar a abertura da nova base da Uber no país, a inauguração do novo espaço deverá ser pretexto para a empresa de mobilidade fazer um ponto de situação da operação no país, nas diferentes plataformas, bem como para anunciar objetivos e metas quanto a serviços e eventuais novos recrutamentos, quer para a operação local quer para o centro de excelência.

#### Concentração de operação local e internacional ocorre após vaga de despedimentos

A concentração da sede da Uber em Portugal e do Centro de Excelência do Sul da Europa no mesmo edifício ocorre pouco mais de um ano depois da empresa ter despedido até 150 pessoas do referido centro de excelência.

O Centro de Excelência do Sul da Europa o grande marco da operação portuguesa. Foi em outubro de 2017 que a Uber anunciou a decisão de fixar em Portugal o centro de excelência que apoia operações das plataformas Uber e Uber Eats

no sul da Europa. Este centro chegou a Portugal com a promessa de criar até 250 empregos diretos em menos de um ano, mas, em junho de 2020, a empresa tomou a decisão de despedir 30% dos 500 funcionários que já trabalhavam no centro de excelência. O número concreto de despedimentos não chegou a ser revelado pela empresa, mas noticiou-se que afetara entre 120 a 150 pessoas, com a empresa a acenar com o impacto da pandemia para motivar tal decisão. Os despedimentos ocorreram numa altura em que a Uber cortou mais de 3.000 postos de trabalho e encerrou 45 escritórios, em todo o mundo. Não obstante, a Uber permaneceu em Portugal e o centro de excelência prosseguiu atividade.

A partir de Lisboa, o Centro de Excelência do Sul da Europa da Uber é a principal fonte de conhecimento de utilizadores e motoristas em toda a região europeia, correlacionando serviços, políticas e processos internos, em países como Portugal, França e Portugal. Ou seja, a partir deste centro, a empresa presta um apoio multilingue a clientes e motoristas antes, durante e depois de um serviço da Uber, para países europeus.

A Uber entrou em Portugal no verão de 2014. Atualmente, oferece o serviço de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) e o serviço de entrega de refeições, através da Uber Eats. A empresa diz que disponibiliza a aplicação do serviço TVDE em todo o território nacional (exceto na região da Madeira, onde a empresa suspendeu o serviço de TVDE em abril último) e viabiliza a plataforma Uber Eats em 77 localidades portuguesas. Ao Jornal Económico, fonte oficial rejeitou revelar o número total de empregos diretos existentes na Uber, em Portugal, ao dia de hoje. ■

## TRANSPORTES

# Portugal ganha “relevância” no mapa da Uber

Uber concentra sede lusa e Centro de Excelência do Sul da Europa no mesmo edifício, em Lisboa. Medida poderá trazer mais autonomia para a Uber Portugal. Novo espaço apresentado na próxima semana.



Manuel Pina  
Diretor-geral da Uber em Portugal



# 20 Portugal ganha "relevância" no mapa da Uber





## Opinião

## Ao Estado o que é do Estado



Ricardo Gonçalves Cerqueira

**A**s falências que se têm registado nas últimas semanas no sector do vestuário e do calçado são motivo de enorme preocupação. No caso de não surgirem propostas efectivas para a sua aquisição, a falência da Dielmar e da Armando Silva representarão o desemprego de cerca de 400 trabalhadores, muitos deles, se não a sua maioria, operadores com baixas qualificações.

Em empresas como a Groundforce, a TAP e a Efacec, onde o número de postos de trabalho em risco rondam os 5 mil, o governo optou por uma espécie de "nacionalização do prejuízo", insistindo na narrativa de que estas empresas são "estratégicas para o futuro do país".

Já nos casos da Dielmar, da Armando Silva e da Coelima parece não existir idêntica avaliação, o que não deixa de levantar sérias dúvidas pela manifesta dualidade de critérios. Seria importante identificar, nestes e noutros casos que foram entretanto tornados públicos, onde está a linha de fronteira que separa as empresas que por manifesto "interesse estratégico nacional" devem receber apoio e recursos públicos das que, não o tendo, não são merecedoras da bóia de salvamento estatal.

Qual é afinal o critério que subjaz à decisão de apoiar a Groundforce e a Efacec e, por oposição, deixar cair a Dielmar, a Armando Silva e a Coelima? O Governo entende, e bem, que a sua intervenção é preponderante para a manutenção dos postos de trabalho. Contudo, coloca-se a dúvida: garantir os postos de trabalho da Efacec ou da TAP é mais importante do que

manter os postos de trabalho na indústria do calçado ou do vestuário?

A injeção de capitais públicos em determinadas empresas em detrimento de outras exige um processo absolutamente transparente, com critérios claros e entendíveis, caso contrário poderão surgir dúvidas quanto à lisura e equidade de algumas destas decisões.

Veja-se, a este propósito, o exemplo da TAP, uma empresa que apresenta um histórico de resultados negativos, de dificuldades financeiras e de constrangimentos operacionais muito anteriores ao período pandémico e que, desde há largos anos, suscita muitas dúvidas quanto à sua capacidade de sobrevivência futura. O mesmo acontece com a Efacec, que, de acordo com dados revelados no âmbito da auditoria promovida por um lote de empresas interessadas na sua aquisição, apresenta uma situação financeira bastante débil.

Ora, estando estas duas empresas, segundo o critério do Governo, aptas a receber um apoio financeiro público muito robusto, o mínimo que se exige é que sejam esclarecidas as razões que justificam que a empresa de calçado Armando Silva ou a têxtil Coelima não possam ser objecto de idêntico apoio. Caso contrário, subsistirá a impressão de que, no que concerne a apoios estatais para a manutenção de postos de trabalho, uns são filhos e outros são enteados.

A missão essencial de um Governo não passa por gerir, ou interferir na gestão de empresas privadas. Aliás, quando o fez no passado, a coisa não correu bem, nem para os cofres públicos, nem para os bolsos dos contribuintes.

Sejamos por isso transparentes e claros. Apoiem-se as empresas, os empresários e salvem-se os postos de trabalho de quem tanto precisa. Tratando todos por igual. Não pode haver trabalhadores nem empresas mais iguais do que outras.

Gestor



## FUNÇÃO PÚBLICA

# Fesap lança apelo à esquerda: “Não deixem cair aumentos”

Sindicato, afecto à UGT, exige aumentos salariais de 2,5% para a administração pública e espera ver esse número no Orçamento de 2022

**Cristina Rita**

cristina.rita@novo.lapanews.pt

**É** o derradeiro apelo aos partidos da esquerda para que não se esqueçam dos aumentos para a função pública em 2022 nas negociações para o Orçamento do Estado. José Abraão, secretário-geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap), afecta à UGT, pede aos partidos que podem viabilizar as contas que “desta vez não se esqueçam dos trabalhadores da função pública”, insistindo no

aumento de 2,5 %, tanto para quem está no activo como para as pensões, pagas pela Caixa Geral de Aposentações. “Que não deixem cair os aumentos salariais e as carreiras na função pública”, insiste, em declarações ao NOVO.

Para o sindicalista, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e até o PAN têm-se batido – e bem – pelo aumento das pensões, mas a função pública, em geral, não pode ficar para trás no caderno de encargos das negociações.

A Fesap pediu, entretanto, uma reunião com carácter de urgência ao ministro das Finanças, porque a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública não deu resposta às solicitações feitas no início de Agosto. “Não reunimos há quatro meses”, acrescenta José Abraão, lançando mais uma fúria. “Temos um ministério só para

a Administração Pública que serve de pouco [...]. Já que a senhora ministra não se consegue comprometer com nada, pedimos uma audiência ao ministro das Finanças.”

Em causa está uma entrevista ao Público e à Rádio Renascença em que Alexandra Leitão não se compromete com os aumentos salariais, mas apenas, e para já, com a valorização das carreiras dos técnicos superiores, já anunciada pelo próprio primeiro-ministro, António Costa, no congresso do PS.

A Fesap exige continuar a negociar o SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública), os aumentos nos subsídios de alimentação, uma avaliação sobre o que se está a passar na ADSE e “a recuperação de 25 dias de férias para todos os trabalhadores e trabalhadoras”, entre outras reivindicações.



# BANCA EM BUSCA DO CESSAR-FOGO

Instituições financeiras precisam de reestruturações, mas os trabalhadores contestam processos que consideram ser "duros". O sector, que enfrenta uma perda massiva de postos de trabalho, é um campo de batalha. No entanto, todos desejam um cessar-fogo. Sindicatos chegaram a acordo para avançar com uma greve, mas recuaram depois de saberem que as administrações do BCP e Santander estão disponíveis para dialogar. Governo também promete estar atento ao conflito e aos cortes na banca

TEXTO

Sofia Martins  
Santos



ID: 94819932

10-09-2021





ID: 94819932

10-09-2021

**N**o últimos anos, os despedimentos no sector bancário têm feito correr muita tinta, nos planos nacional e internacional. Com o sector a perder cada vez mais postos de trabalho, muitas têm sido as chamadas de atenção e as manifestações de desagrado. Os trabalhadores da banca acusam as instituições de estarem a implementar processos de redução de postos de trabalho "de forma massiva e sem precedentes". Já as instituições bancárias garantem que são fruto do tempo e que a digitalização tem estado a pressionar as estruturas e a obrigar a avançar em direcção a reestruturações.

Há quem chame derrocada ao que se passa no sector, com tanto fecho de agências e balcões, sendo a tendência para que a situação se torne cada vez mais complexa. Em alguns casos, como o NOVO noticiou em Julho, os trabalhadores acreditam que as funções estão a ser assumidas por trabalhadores em regime de *outsourcing* porque "têm menos formação, mas são mais baratos."

"Querem trabalhar nas apps e com poucos balcões. Isto vai dando redução do pessoal. As pessoas até estavam disponíveis para ficarem alocadas a outras funções, mas eles não querem. Há situações em que temos a clara sensação de que estão a transformá-las em funções de *outsourcing*, com as respectivas empresas, despedindo os bancários. Isto está muito negro para a nossa posição", garantiu ao NOVO António Fonseca, dirigente do Mais Sindicato.

A situação que se vive no sector fez com que os sindicatos se juntassem para promover uma greve, de forma a impedir os despedimentos colectivos no BCP e no Santander. Os problemas têm vindo a agravar-se de tal forma que já obrigaram Pedro Siza Vieira a tomar uma posição: o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital comprometeu-se, segundo o Mais Sindicato, a reunir com o BCP e com o Santander. Na origem desta necessidade está o facto de o BCP ter em cima da mesa um despedimento que pode afectar mais 100 trabalhadores, depois de ter conseguido fechar acordo com 800. Os cortes também têm sido uma questão no Santander: em causa está, de acordo com nota interna, um



**Governo garante que também vai reunir com as administrações para tentar travar despedimentos**

"processo unilateral e formal de [rescisão com] 350 trabalhadores".

A ideia da greve está para já suspensa, mas apenas porque foram pedidas reuniões com as administrações dos bancos. No caso do BCP, a reunião terá lugar esta tarde e a resposta do banco tem o poder de acalmar os ânimos. Já em relação ao Santander, o NOVO sabe que o encontro também vai acontecer, já no dia 16.

Contacto pelo NOVO, o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) garante que "o que está em causa não é a gestão que as instituições fazem dos seus recursos humanos. O que estamos a contestar é a forma, ou seja, a compressão do tempo. Com os lucros que apresentam, não se justifica o que estão a fazer".

Na verdade, na base da contestação dos profissionais do sector está ainda o facto de se ter começado a falar de rescisões por mútuo acordo, quando se trata de despedimentos colectivos que colocam os trabalhadores sob grande pressão. Para alguns profissionais ouvidos pelo NOVO, "o que complica mais são as idades. Em Portugal, com algumas idades não se é nem velho [o suficiente] para a reforma, nem novo o suficiente para o mercado de trabalho".

**Derrocada no sector**

A banca tem vindo a enfrentar uma verdadeira tempestade nos últimos anos. As perdas em relação a outros tempos, as regras mais apertadas por parte do Banco Central Europeu (BCE), os apoios

que tiveram de ser garantidos pelos portugueses, os juros negativos e até a digitalização têm vindo a pressionar cada vez mais as instituições bancárias. As consequências estão à vista.

De acordo com a Associação Portuguesa de Bancos, no final de 2001 havia em Portugal 75 624 pessoas a trabalhar nesta área; no final de 2020 eram 40 475.

Ouvido pelo NOVO, António Fonseca, presidente do Mais Sindicato, garante que nem se pode colocar em cima da mesa o argumento de que é a tendência internacional. Porquê? "Em proporção, os números de Portugal são muito superiores [em termos de redução]". Também o SNQTB tem esta visão: "É um movimento internacional, mas não temos paralelo."



HORACIO VILLALOBOS / CORBIS / GETTY IMAGES

De acordo com os sindicatos do sector, os cortes em Portugal têm sido mais duros do que noutros países

Há no sector até quem recorde que, para poder ser comparável, era necessário que a base fosse a mesma em vários factores. Por exemplo, em Espanha, os gestores também pagaram o preço: ficaram privados dos prémios.

Quanto à digitalização, que tem sido dos argumentos mais usados para justificar a destruição massiva dos postos de trabalho nas últimas décadas, os sindicatos e alguns trabalhadores ouvidos pelo NOVO relembram que ainda há em Portugal quem não tenha capacidade de recorrer às ferramentas digitais e são peremptórios: "Estão a aproveitar a digitalização para fazerem mudanças que queriam fazer, até porque estamos a falar de uma migração para o digital que não é espontânea."

## Sindicalista gera desconforto por receber acima de 11 mil euros por mês

■ Além do desconforto que se tem vindo a sentir no sector da banca por causa dos despedimentos, o NOVO sabe que há ainda um outro: o facto de Paulo Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários (SNQTB), ganhar acima de 11 mil euros por mês. Este era, aliás, o montante que auferia em 2018. Agora, fontes ligadas à área financeira garantem que o valor deverá ser ainda mais alto.

O verniz já tinha estalado quando, em 2018, o Correio da Manhã noticiou que "o aumento dos gastos com serviços externos – honorários e deslocações, etc. –, bem como o vencimento" do actual presidente, Paulo Marcos, estavam a gerar duras críticas a nível interno. Já na altura, muitos questionavam o facto de Paulo Marcos ser o único presidente de sindicatos desta área de actividade a acumular o salário da posição de origem, o Novo Banco, com o vencimento pela presidência do sindicato. As contas mostravam um encaixe de 11 mil euros mensais – cerca de quatro mil do Novo Banco e perto de sete mil do sindicato. A estes valores tinham ainda de ser somados os valores das senhas de presença, por exemplo, algumas no valor de 600 euros. Também as despesas de representação e de deslocações são ainda hoje uma questão que gera incomodidade. Além disso, foi ainda contestada a acumulação de cargos. É de referir que Paulo Marcos somava pontos por estar ligado à Fundação Social Bancária, à Sociedade Gestora de Fundos de Pensões e à União de Sindicatos Independentes, ocupando ainda um lugar na Federação dos Sindicatos Independentes da Banca, no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente de Concertação Social da Madeira.

O assunto voltou a ser tema depois de o sindicato anunciar um fundo de um milhão de euros para bancários abrangidos pelos despedimentos.

Contactado pelo NOVO, Paulo Marcos desvaloriza e garante que "não é um tema e que as remunerações são aprovadas pelo sindicato". **S.M.S.**

# Bodycams, drones: Governo alarga (muito) âmbito da videovigilância

Maria Lopes

**Sindicatos da PSP e GNR dizem que agentes estão a ser substituídos por câmaras, descurando-se o factor da prevenção**

A proposta de lei sobre a utilização de sistemas de videovigilância pelas forças e serviços de segurança alarga de forma acentuada o âmbito e a justificação para o recurso à tecnologia: passam a ser permitidas *bodycams*, drones e uma panóplia de câmaras de vídeo no apoio à actividade operacional em operações policiais complexas, no controlo de tráfego na circulação rodoviária, marítima e fluvial, circulação de pessoas nas fronteiras, em operações de busca e salvamento – áreas que não estavam tipificadas na lei. E que se somam ao que já estava previsto na legislação actual (que já é de 2005) sobre a protecção de edifícios e infra-estruturas públicas, florestas, pessoas e bens, prevenção de terrorismo, de infracções estradais, e de incêndios.

No diploma, que deu entrada na Assembleia da República no início da semana, os dois sindicatos mais representativos da PSP e o da GNR encontram problemas no que parece estar subjacente à proposta – uma substituição dos meios humanos pela tecnologia e uma mudança de paradigma do policiamento preventivo para o repressivo –, mas também nas regras para a utilização das câmaras de uso pessoal pelos polícias. Ao contrário do habitual, a proposta de lei



NUNO FERREIRA SANTOS

**Nova lei permite instalação de câmaras em qualquer local**

não tem qualquer parecer, nomeadamente da Protecção de Dados, mas o executivo nota, no preâmbulo do texto, que a comissão deve ser ouvida.

Em termos globais, a nova lei praticamente permite às forças e serviços de segurança o uso e instalação de câmaras de vigilância em qualquer local e com o maior leque possível de argumentos. Por exemplo, para além das finalidades de protecção que já estão hoje na lei (pessoas, bens, edifícios, prevenção de terrorismo ou quando há uma “elevada probabilidade de ocorrência de factos qualificados como crime”), os sistemas de videovigilância passam a poder ser usados quando houver uma “elevada circulação ou concentração de pessoas” – um critério bastante abrangente – ou quando houver a “ocorrência de facto susceptível

de perturbação da ordem pública”.

Fica estipulado na lei que as forças e serviços de segurança “podem aceder aos sistemas de videovigilância de qualquer entidade pública ou privada, instalados em locais públicos ou privados de acesso ao público” para “visualizar em tempo real as imagens captadas (...) presencial ou remotamente”, algo já admitido na lei da segurança privada e sem necessidade de mandado. Também podem captar imagens apenas para visualização, sem gravação, no apoio à actividade operacional, prevenção de actos terroristas, incidentes em curso e operações de busca e salvamento.

No caso das *bodycams*, estas devem estar visíveis no equipamento do polícia, “com sinalética que indique o seu fim”. O seu uso depende da autorização do director nacional e o

ministro tem de ser informado.

As características dos equipamentos e as normas de utilização assim como de transmissão, armazenamento e acesso aos dados serão depois regulamentados por portaria do Governo, mas a lei define que a regra geral é que as gravações são conservadas em registo codificado pelo prazo máximo de 30 dias – e as que registem factos de relevância criminal têm de ser remetidas ao Ministério Público no máximo em 72 horas.

Paulo Santos, da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), e César Nogueira, da Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR) fazem a mesma leitura, ainda que realcem conhecer a proposta de lei superficialmente: o Governo está a substituir os meios humanos por câmaras e a descurar a prevenção.

“Parece-nos que vai no sentido de mudar o paradigma de policiamento de uma perspectiva preventiva para a repressiva. Não podemos conceber que as câmaras se substituam ao policiamento de proximidade e à visão preventiva de polícias no terreno”, diz Paulo Santos.

“A videovigilância deve ser um complemento da prevenção e um instrumento de obtenção de meios de prova. Não um substituto dos elementos humanos. Noutros países que apostaram na videovigilância já se viu que não foi isso que impediu os criminosos de actuar: basta usarem máscara e óculos de sol”, avisa ainda César Nogueira. “O Governo não quer investir condignamente nas forças de segurança”, acusa Armando Ferreira, do Sinapol.



## Economia Protestos e paralisações suspenderam o país em Agosto de 2019

# Dois anos depois, greve volta à mesa dos motoristas

Diploma que melhora condições aos motoristas de mercadorias entra em vigor amanhã. Mas ainda há muito por resolver

**Luísa Pinto**

A primeira foi em Abril, e apanhou toda a gente de surpresa, com a população confrontada com camiões parados e a escassez de combustíveis. Depois, nova greve em Agosto, e um país cansado de greves, impaciente com as consequências e zangado com a falta de soluções. O ano de 2019 parece que já foi há muito tempo – até porque, pelo meio, começou uma pandemia – mas dois anos depois das greves dos motoristas de mercadorias e matérias perigosas, “ainda há muitos e muitos problemas para resolver”, diz Anacleto Rodrigues. O presidente do Sindicato Independente dos Motoristas de Mercadorias (SIMM), elege as horas extraordinárias e a tabela salarial dos motoristas como as principais preocupações.

Francisco São Bento, presidente do Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP), refere as mesmas questões, evocando “os horários abusivos a que são sujeitos muitos trabalhadores”, e o “recurso abusivo ao *layoff* simplificado”. “Os motoristas nunca pararam de trabalhar. O descontentamento entre os profissionais não pára de escalar, e entre os nossos associados há quem esteja já a pedir para voltarmos a endurecer a luta”, avisa.

Dois anos depois da paralisação, e apenas a um ano de o contrato colectivo de trabalho então assinado entrar em revisão, os motoristas avisam que estão, de novo, a colecionar argumentos para entrar em greve. “Há dois anos muita gente diz que foi apanhada desprevenida. Mas só porque estavam distraídos. Andávamos a falar dos problemas há muito tempo. E agora fazemos o mesmo. Não nos vamos calar”, sintetiza Francisco São Bento.

Neste sábado, o sector entra numa nova etapa. É o dia em que entram em vigor as alterações ao “regime jurídico do contrato de transporte

rodoviário nacional de mercadorias”, de forma a regulamentar os tempos de espera nas cargas e descargas, um dos problemas que foi amplamente discutido aquando da greve dos motoristas.

Essa era uma das questões que levava ao descontentamento dos motoristas: para além da melhoria das condições salariais, estes profissionais queixavam-se das jornadas de trabalho de 12 horas, de intermináveis horas extraordinárias.

Os patrões também disseram que esse era um problema, e que preferiam ter o camião a circular do que parados no cais de carga de um dos seus clientes – os clientes foram então chamados às negociações.

No fim da greve, e depois de ter sido assinado, em Dezembro de 2019, um acordo-quadro que definia uma espécie de auto-regulamentação consensualizada entre as partes, foi, afinal, necessário inscrever as regras em letra de lei. “No início notaram-se algumas melhorias, mas depois acabou por ficar tudo na mesma”, diz Anacleto Rodrigues, do SIMM.

Em Fevereiro deste ano, José Manuel Oliveira, coordenador da Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (Fectrans), informava que depois de tomar conhecimento de que a auto-regulação não funcionou relativamente às cargas e descargas, o ministro das Infra-Estruturas assumiu que irá resolver a situação através de um acto legislativo. “E a Fectrans concordou com isso”, afirmou. “Agora, o acordo-quadro passa a ser lei, e todos têm de cumprir”, sintetiza Francisco São Bento.

Patrões e clientes admitem que houve incumprimentos. “Porque nem todos os operadores subscreveram o acordo-quadro, e por isso se abstiveram de o cumprir”, explica André Matias, porta-voz da ANTRAM. “A maioria dos incumprimentos verificados no terreno não são imputáveis à distribuição”, acrescenta Gonçalo Lobo Xavier, secretário-geral da



**Greves de transporte de combustíveis e mercadorias desestabilizaram país em 2019**

“**Há dois anos muita gente diz que foi apanhada desprevenida. Mas só porque estavam distraídos. Andávamos a falar dos problemas há muito tempo. E agora fazemos o mesmo**”

**Francisco São Bento**  
SNMMP

Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED).

Lobo Xavier recorda que a aplicação do “acordo-quadro” obrigou, desde logo, “a um conjunto de investimentos por parte dos retalhistas da distribuição que teve bastante impacto na capacidade de melhoria de instalações e processos”. Sem quantificar esse volume de investimentos – “não temos dados agregados desses investimentos”, explica – o secretário-geral da APED reitera que os seus associados “estão preparados para o cumprimento escrupuloso do decreto-lei, seja no que diz respeito aos limites do tempo de espera, seja na facilitação de instalações que foram alvo de grandes investimentos nos entrepostos e afins, até pelas regras de segurança que a pandemia implicou”.

A partir de sábado, passa a ser obrigatório que os tempos de espera não ultrapassem as duas horas (o excesso é punível com indemnizações às empresas), os motoristas passam a ter acesso a instalações sanitárias e a

salas de espera e, à excepção de situações tipificadas na lei, não devem proceder às operações de carga e descarga propriamente ditas.

### Faltam motoristas

A ANTRAM tem expectativas elevadas relativamente a este diploma, admitindo esperar que ele sirva para melhorar as condições do mercado e dos trabalhadores “principalmente numa época em que falta de motorista é um tema cada vez mais premente”.

“As viaturas não podem continuar paradas horas a fio para carregarem ou descarregarem. É um activo demasiado caro, ao qual está sempre associado um trabalhador com remunerações demasiado elevadas para estarem parados”, diz André Matias, acrescentando que descarregar ou carregar um camião mais rapidamente, não custa mais dinheiro.

“Em regra, apenas exige maior organização e foco dos locais de carga e descarga”, argumenta, admitindo que, a partir de agora pode significar o pagamento de indemnizações à



empresa. “Se tivessem de ser pagas hoje, as empresas recebiam à vontade cerca de mil euros por mês, por camião”, contabiliza. Mas, acrescenta, “as empresas não pretendem receber paralisações”. “As empresas e os motoristas apenas pretendem celeridade. Chegarem a um local e carregarem rapidamente e no destino serem descarregados rapidamente. A sobrevivência do sector resulta da rotação das viaturas”, alerta André Matias.

A sobrevivência do sector “depende de dar melhores condições de trabalho aos motoristas”, reclama, por seu turno, Anacleto Rodrigues. “Falta mais gente a trabalhar no sector. Os motoristas vão morrer de cansaço”, alerta Francisco São Bento.

O presidente do SIMM diz que a falta de motoristas é um problema que afecta todos os países europeus – “e quando todos andam à procura, é natural que se escolha quem paga mais; os motoristas começam a emigrar”, admite Anacleto Rodrigues. Francisco São Bento diz que falta é vontade às empresas, que “preferem

continuar a abusar no horário dos seus trabalhadores”.

André Matias confirma que há falta de motoristas em Portugal, mas não se atreve a quantificar o contingente necessário. Refere, antes, que a ANTRAM está preocupada sobretudo com “a falta futura de motoristas”.

“Caso nada se altere, desde logo em termos de medidas públicas, como o acesso a cartas de condução de pesados aos 18 anos ou a facilitação do acesso à certificação dos motoristas que, de acordo com as regras actuais, impede, por exemplo, a contratação de motoristas que não falem português”, as dificuldades de contratação vão piorar.

O porta-voz da Antram refere que as barreiras económicas à entrada na profissão também são muitas. “Não são muitos os portugueses que podem despende mais de três mil euros para se tornarem motoristas, para além do investimento de tempo, normalmente associado a perdas de remuneração que não são nunca inferiores a 3 ou 4 meses”, sintetiza.



# Trabalhadores do fisco vêm “relaxamento” no combate à economia paralela, Governo rejeita

**Pedro Crisóstomo**

**Sindicato diz que há trabalhadores desviados para o atendimento e reclama um foco maior nas fiscalizações no terreno**

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) acusa o Governo de “relaxamento” no combate à fraude, ao desviar trabalhadores da inspeção tributária para reforçar os atendimentos ao público através do Portal das Finanças e da linha telefónica. O executivo contesta.

A posição do sindicato surge em reacção a uma entrevista à Lusa do subdirector-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) responsável

pela relação com os contribuintes, Nuno Félix, na qual salienta o esforço feito pelo fisco no atendimento à distância durante a pandemia por causa das limitações nas idas presenciais aos serviços de finanças.

Nessa entrevista, o subdirector-geral destaca que, nos primeiros seis meses deste ano, o fisco respondeu, através do e-balcão, a mais de 700 mil questões, um aumento na ordem dos 250% em relação ao semestre idêntico de 2019, antes da pandemia.

Num comunicado, o STI “congratula-se com o reconhecimento”, mas vê “um problema”, o de que os resultados “são conseguidos numa organização com cada vez menos trabalhadores, com uma média de idades de 57 anos e retirando recursos da inspeção”. Para o sindicato, é neces-

sário definir uma outra orientação estratégica, para apostar em acções de fiscalização, porque, receia, “a falta de presença da AT no terreno apenas potencia o crescimento da economia paralela”. O sindicato assca responsabilidades ao executivo: “Sabemos que este relaxamento agrada a uma grande parte da população e a pergunta que fazemos é se isto é estratégico e feito de forma consciente por parte do Governo.”

“Sabemos que é mais popular colo-



Fisco está na alçada do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Mendonça Mendes

car a AT a trabalhar maioritariamente no apoio ao contribuinte. É frequente os gabinetes de advogados e outros agentes privados usarem os serviços da AT para aprender e resolver questões de fiscalidade, e depois cobrarem aos seus clientes. É de facto fundamental que os cidadãos compreendam que não têm de pagar para serem esclarecidos sobre as suas obrigações tributárias e aduaneiras. Estamos cá para isso e abraçamos essa missão com enorme gosto e profissionalismo e é também para nós mais simpático actuar no apoio ao cumprimento voluntário do que na fiscalização e prevenção do incumprimento”, ressalva. Mas se o fisco não se centrar no combate à fraude e à evasão, entende, “nunca estará a defender os cidadãos e o Estado”.

Confrontado pelo PÚBLICO, o Ministério das Finanças rejeita ter diminuído de prioridade o combate à evasão. “[A pandemia teve] reflexo no atendimento ao público – cuja prioridade se compreende num momento de especial vulnerabilidade que empresas e particulares passam, bem como nos métodos de trabalho, incluindo as actividades de inspeção – cujas acções tiveram, naturalmente, de ser adaptadas em função da situação de saúde pública – e que fez diminuir as acções de carácter preventivo com maior visibilidade. Mas, em momento algum, se diminui a actividade de combate à fraude e evasão fiscal e aduaneiras, cuja prioridade é e continua a ser fixada pelo Governo à autoridade tributária”, reagiu o ministério.



# O silêncio das sindicalistas

Escrever  
Direito



Francisco Teixeira da Mota

**A** Joana era trabalhadora na empresa Gota Amarga desde 1995 e dirigente sindical do CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

Em Julho de 2020, em três momentos distintos (17/06/2020, 18/06/2020 e 20/06/2020) e perante órgãos de comunicação social diferentes, a Joana afirmou que 50% das lojas da Gota Amarga de Lisboa tinham trabalhadores infectados ou de quarentena. Em tribunal provou-se que existiam 40 lojas Gota Amarga em Lisboa, 17 das quais tinham trabalhadores infectados. Em 14 delas existia apenas um infectado.

A Joana relatou, ainda, que tinham sido feitos exames apenas numa loja, existindo 17 contaminados e que não se faziam testes. Em julgamento provou-se que na referida loja havia 11 trabalhadores positivos. A loja ficou em quarentena. Joana declarou também que os trabalhadores tinham tido de assinar um

documento em como não contavam a situação. Em julgamento provou-se que nenhum responsável tinha dado a assinar qualquer documento desse tipo. Porém, um outro dirigente sindical relatou essa situação, tendo o próprio sindicato emitido um comunicado que disso dava conta.

Para além disto, provou-se que nas 17 lojas com infectados, tanto os trabalhadores, como os contactos, não ficavam a trabalhar. Se o SNS confirmava a suspeita, os trabalhadores iam para área de isolamento, sendo retirados da loja os que os tinham contactado directamente e colocados em quarentena.

A Joana acusou, ainda, publicamente a Gota Amarga da falta de testagem e de não colocação dos trabalhadores em isolamento. Em julgamento provou-se que as suas declarações eram resultado de decisão do sindicato com base nas informações que tinha recolhido, sendo certo que tinha havido testagem e cumprimento das normas do SNS. Provou-se, ainda, que as declarações prestadas pela Joana tinham sido antecedidas de um comunicado emitido pelo CESP sobre a pandemia covid-19, no qual era referido que tinham tido conhecimento que em diversas lojas da Gota Amarga em Lisboa se estava a verificar um grande aumento do número de trabalhadores infectados.

Joana foi despedida pela Gota Amarga, alegando justa causa por a trabalhadora ter proferido publicamente afirmações que eram

falsas e punham em causa o bom nome da entidade patronal. Joana dirigiu-se ao tribunal pedindo que o seu despedimento fosse considerado ilícito e, em consequência, a Gota Amarga condenada a reintegrá-la e a pagar-lhe todos os vencimentos que tinha deixado de receber. Mas não teve sorte – nem no tribunal da primeira instância nem no Tribunal da Relação de Lisboa lhe deram razão; neste, os juizes desembargadores António José Alves Duarte e Maria José Costa Pinto, no passado dia 30 de Junho, embora afirmando aceitar que “a liberdade de expressão e o direito de crítica terão uma latitude maior quando está em causa um representante eleito dos trabalhadores, em ordem a permitir o exercício

“

**Joana foi despedida após ter denunciado vários casos de infecção por covid-19 na empresa onde trabalhava – e, acrescento eu, por ter sido dirigente sindical**

das correspondentes funções, admitindo eventuais exageros”, acrescentaram que “tal não legitimava a trabalhadora a propalar factos falsos – não meras opiniões ou reivindicações – através de meios de comunicação social” e, assim, confirmaram a licitude do despedimento da Joana.

Houve, no entanto, um louvável voto de vencida, da juíza desembargadora Manuela Bento Fialho, que, entendendo que o despedimento tinha sido ilícito, escreveu:

“Podemos concluir que nem todas as declarações proferidas corresponderam à verdade. Mas andaram lá muito perto, pois efetivamente o número de lojas com contaminados era de cerca de 50%. E, sobretudo, resultaram de dados disponibilizados pelo próprio sindicato. Não foram uma invenção” da Joana e, tendo esta actuado “em sintonia com as informações de que dispunha o sindicato, e sendo sua representante, parece-me que cumpria o papel que cabe às estruturas sindicais – denunciar, alertar, exigir. Ainda que exagerando. Algo próprio da luta sindical”. Não se justificava, assim, que fosse punida com o despedimento, “porquanto, neste caminho, dificilmente alguém quererá assumir as funções que a mesma exerceu”. Acrescento eu: a Joana foi, sem margem para dúvidas, punida por ter sido dirigente sindical.

**Advogado. Escreve à sexta-feira**



EMPRESA DE ORIGEM SUÍÇA CRIA 400 POSTOS DE TRABALHO NO INTERIOR

# The Fischer Connectors investe em Amarante

O grupo suíço The Fischer Connectors iniciou esta semana a construção de uma nova unidade de produção de conectores e cabagem técnica em Amarante. A nova fábrica, localizada na União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, começou a ser construída pela dst, sa.

“Este investimento é extremamente importante para Amarante. É um excelente indicador, e pode provocar um efeito de ‘arrastamento’. Vem acrescentar valor e fixar pessoas”, afirmou José Luís Gaspar na cerimónia de lançamento da primeira pedra da empreitada em Aboadela onde foi anunciado pela equipa da empresa que, no final das três fases, serão criados 400 postos de trabalho.

O presidente da Câmara de Amarante referiu que “a vinda da Fischer Connectors para o nosso território faz parte de um processo, pensado, amadurecido e devidamente enquadrado na sua estratégia de crescimento. Além disso, faz parte de um plano que traçámos, desde logo, com a constituição da InvestAmarante, e para o qual nos temos vindo a preparar, para nos tornarmos competitivos na atração de investimento e novas indústrias”.

Na presença de Jonathan Brossard, CEO do Grupo Fischer Connectors, do CFO Cyrill Schuler, do COO Emmanuel Rapin e do arquiteto Alexandre Burmester, o presidente da Câmara de Amarante José Luís Gaspar, referiu que “o sucesso de qualquer projeto empresarial tem sempre um caminho longo, árduo e cheio de desafios” e garantiu que “o Município será sempre um parceiro efetivo em todas as batalhas que a Fischer Connectors tiver para travar, assim como os demais agentes empresariais do território ou que aqui pensam instalar-se”.

## Ponto de viragem na estratégia da empresa

Da parte do grupo suíço The Fischer Connectors é referido que “o investimento em Portugal/Amarante é um ponto de viragem na estratégia da empresa” e que a escolha de Amarante tem como objetivo “aumentar a competitividade, proatividade e capacidade de resposta a nível global”: “A escolha da localização em Amarante baseou-se numa avaliação profunda e abrangente, com o apoio da AICEP, e teve por base o histórico industrial da região, base de custos, ambiente

de trabalho, fatores culturais e disponibilidade de talentos.”

A administradora executiva da AICEP, Francisca Guedes de Oliveira, fez saber que esta é “uma oportunidade de emprego, riqueza e dinamização para a região” e

agradeceu o voto de confiança da Fischer Connectors ao longo de todo o processo.

No final da cerimónia, os intervenientes assinaram o contrato que foi colocado numa cápsula do tempo, depositado no terreno da obra.



Na primeira fase, a área fabril e administrativa conta com 150 pessoas (Jonathan Brossard ao centro).



**Processamento Salarial, com Análise das Especificidades Salariais**

**15-16 setembro**  
9h30-18h00

Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00 | www.vebs.pt

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL. PODE ABRIIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL. DE01752020DCE4



TAXA PAGA  
PORTUGAL  
CONTRATO Nº 2020/00000

Nº 1897 / 10 de setembro 2021 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

# VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

[www.vidaeconomica.pt](http://www.vidaeconomica.pt)



**SUPLEMENTO SAÚDE & VIDA**

Imagiologia e Terapia Molecular, Medicina de Precisão e Abordagens Teranósticas: o Futuro já chegou... e está aqui!

Págs. 4 e 5

**ATUALIDADE**

Câmara de Lisboa tem mais do triplo das queixas da Câmara do Porto

Pág. 4

**EMPRESAS**

Empresa suíça cria 400 postos de trabalho em Amarante

Pág. 11

**FISCALIDADE**

IVAucher permite aos contribuintes acumular 47,5 milhões

Pág. 18



GEORGE Career Change Consultants  
Campo Grande 30 - 8º B  
1700-093 Lisboa,  
[www.george.pt](http://www.george.pt)

## Empresas estimam aumento salarial superior a 2% no próximo ano

Pág. 3



“Agenda do Trabalho” não cumpre regras da OIT e da UE

# Governo aperta cerco às empresas de trabalho temporário



• Mais de 270 empresas com viabilidade ameaçada

Págs. 6 e 7

Filipe Moura, CEO da Ifthenpay, considera

## O mercado precisa de mais pessoas qualificadas



Pág. 20

PUB



VidaEconómica Business School

FORMAÇÃO PARA EMPRESAS E PROFISSIONAIS  
CONTABILIDADE | DIREITO | FISCALIDADE

Venha aprender conosco [www.vebs.pt](http://www.vebs.pt)





# Governo aperta cerco ao trabalho temporário

A “Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho” apresenta-se como um documento ambicioso do Governo, contemplando 64 medidas apresentadas aos parceiros sociais na passada sexta-feira. Os sindicatos apoiam as medidas mas querem mais, as associações patronais temem que a flexibilidade laboral esteja em risco, apontando para violações nas normas laborais da OIT e da União Europeia.

VIRGÍLIO FERREIRA  
virgilio@vidaeconomica.pt

A “Agenda do Trabalho” contempla 64 medidas, distribuídas por 15 áreas de atuação. Entre essas áreas está o combate ao recurso abusivo ao trabalho temporário. Uma das medidas que está em cima da mesa é o reforço das regras sobre sucessão de contratos de utilização, de forma a impedir a celebração de novos contratos de utilização com sociedades em relação de domínio ou grupo, ou que mantenha estruturas organizativas comuns com as do empregador (situação que o Governo classifica como “fraude”). Outra é obrigar à contratação sem termo por parte da empresa utilizadora que celebra contrato de utilização com empresa de trabalho temporário (ETT) não licenciada. Sempre que o trabalhador seja cedido ao abrigo de sucessivos contratos com diferentes utilizadores, estabelece-se a obrigatoriedade de a ETT celebrar contrato por tempo indeterminado com esse trabalhador. Quer ainda o Governo tornar mais rigorosas as regras para renovação dos contratos de trabalho temporário, aproximando-as dos contratos a termo.

## CCP não quer proibição cega da sucessão de contratos

A CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal considera que a “Agenda do Trabalho” é um documento que segue “a técnica da execução do trabalho temporário, esquecendo, nomeadamente, as obrigações que Portugal aceitou assumir, nomeadamente a ratificação da convenção nº 181 da OIT, onde se reconhece o papel que as agências privadas de emprego podem desempenhar no bom funcionamento do mercado de trabalho, e a Directiva 2008/104/CE que, na mesma linha, reconhece o papel do trabalho temporário na resposta às necessidades de flexibilidade das empresas, mas, não menos importante, o contributo do trabalho temporário para a criação de emprego e para facilitar a conciliação entre a vida pessoal e profissional”.

“Proibir cegamente a sucessão de contratos, ainda que estes tenham fundamentos legítimos, é insensato e injustificado”, afirma a CCP.

“Penalizar a empresa utilizadora pela irregularidade do licenciamento da empresa de trabalho temporário cocontratante é subverter os princípios em que deve assentar a fiscalização do trabalho e da economia. Não



As novas medidas para o setor do trabalho temporário estão a dividir sindicatos e associações patronais.

é sobre uma empresa privada, não especializada no ramo, que deve impender o ónus da fiscalização das empresas de trabalho temporário.”

“A solução de permitir ao trabalhador optar por se vincular à empresa de trabalho temporário não licenciada é facultar-lhe o vínculo a uma empresa que funciona à margem da lei, o que é ademais incompreensível”, acrescenta.

“Impor a contratação sem termo dos trabalhadores temporários a empresas de trabalho temporário é, mais uma vez, uma solução só aparente e revela um desconhecimento das características próprias do sector do trabalho temporário em que as necessidades de recursos humanos das ETT têm como matriz a volatilidade das qualificações profissionais requeridas, bem como a instabilidade das necessidades quantitativas das empresas utilizadoras. Tal medida será ainda insustentável do ponto de vista financeiro. A liberdade de iniciativa privada, consagrada na Constituição, e a liberdade contratual, que vigora em todo o direito privado, são incompatíveis com a imposição da celebração de contratos a empresas privadas.”

“Por outro lado, não resulta transparente que empregar sucessivamente o trabalhador com contratos de utilização deva, em vez de ser saudado pela ocupação de mão de obra e incremento de rendimento do trabalho que representa, ser penalizado com uma contratação permanente que não serve os interesses de nenhum dos envolvidos e está condenada a não subsistir por desnecessária”, conclui a CCP.

## “Agenda do Trabalho” penaliza competitividade

A CIP entende que “as propostas do Governo visam introduzir maiores restrições ao trabalho temporário, mas também à contratação a termo, como forma de ‘combater a precariedade’”.

Assim, na perspectiva da CIP, “a resposta à precariedade tem de passar, antes, por me-

didadas que tornem mais atrativa a contratação pelas empresas, proporcionando um quadro legal suficientemente claro e flexível que lhes permita o ajustamento do seu quadro de pessoal em situações de redução de atividade”.

“O Governo parece não ter em conta vetores fundamentais do funcionamento da nossa economia, inserida no mercado global, onde as empresas se encontram sujeitas a forte concorrência internacional.”

“É necessário ter presente que a diversificação das formas de contratação é essencial para o bom funcionamento do mercado de trabalho”.

Além disso, “a legislação laboral portuguesa está longe, muito longe, de se considerar flexível, como é sublinhado por diversas entidades internacionais (como a OCDE e o FMI, que relevam o elevado nível do nosso ‘Índice de Proteção Laboral (EPL)’ e europeias, de entre as quais se destaca a Comissão Europeia.”

“Acresce que o dito ‘recurso abusivo’ ao trabalho temporário invocado pelo Governo não tem, de acordo com os relatórios da ação inspetiva da ACT, verdadeira aderência ao que se passa ‘no terreno’, fundando-se em meras percepções sem correspondência à realidade.”

“Assim, é entendimento desta Confederação que qualquer alteração ao regime do trabalho temporário e ao da contratação a termo é, neste momento, precipitada e contrária à estratégia de promoção da competitividade das empresas e da manutenção e criação de emprego.”

## UGT deseja indicação legal das disposições

A UGT considera que a “Agenda do Trabalho” é um documento que congrega algumas das propostas e discussões já realizadas em momentos anteriores (em matéria da conciliação entre as vidas pessoal, familiar e profissional) e integra propostas que a UGT foi apresentando ao longo dos anos em várias matérias (na conciliação e cuidadores informais, no reforço da intervenção da ACT,

no combate ao trabalho informal, na limitação do trabalho temporário e na própria negociação coletiva).

Numa avaliação na generalidade, esta organização sindical entende que, “não obstante as deficiências e fragilidades do documento, o mesmo constitui um importante pontapé de saída para uma discussão mais imediata de algumas questões que merecem uma resposta mais urgente e para uma discussão, de carácter mais estruturante e associada nomeadamente aos desafios do futuro do trabalho ‘latu sensu’, que se lhe deverá seguir e marcar a agenda da concertação social no médio prazo”.

“Face a um documento que oscila entre propostas de carácter pouco além do programático e outras que parecem ter subjacente uma clara alteração de regimes legais, teria sido pertinente – sobretudo para estas últimas – indicar desde já (e esperamos que seja feito a breve trecho) as disposições legais (muitas vezes múltiplas e associadas) que se pretendem alterar e o sentido exacto dessa mesma alteração. Tal afastaria possíveis dúvidas e abreviaria porventura as discussões vindouras”, acrescenta a UGT.

Partindo do pressuposto de que “cada posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo permanente”, a UGT defende que “a responsabilidade perante o trabalhador temporário deverá ser do beneficiário da atividade”, rejeitando “soluções que remetam para a individualização de opções por parte do trabalhador”.

## CGTP totalmente contra o trabalho temporário

Na perspectiva da CGTP, “as propostas [da Agenda do Trabalho] são, em geral, positivas quando consideradas em relação ao regime atual, mas não combatem o problema de fundo, que é o da desnecessidade do recurso ao trabalho temporário na maioria dos casos e, conseqüentemente, do recurso a empresas de trabalho temporário”. “Aliás, até vem de alguma forma legitimar esta intermediação, ao pretender que a relação de trabalho, em caso de contratos sucessivos, seja reconhecida em relação à empresa de trabalho temporário, ao invés de o trabalhador ser integrado na empresa utilizadora.”

Por isso, “a CGTP-IN não pode estar contente com a proposta, considerando-a insuficiente e atuando apenas na superfície do problema”.



AFONSO CARVALHO, PRESIDENTE DA APESPE-RH, CONSIDERA

# “Agenda do Trabalho” ameaça viabilidade das empresas de trabalho temporário

“Muitas das propostas da ‘Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no mercado de trabalho’ podem ser prejudiciais às empresas de trabalho temporário, no sentido de limitarem a atividade das mesmas.

Segundo o mesmo responsável, “as medidas do documento não estão em linha com o enquadramento legal internacional, nomeadamente a Convenção n.º 181 da Organização Internacional do Trabalho e a Diretiva 2008/104/CE da União Europeia”.

E caso o regime avance tal como está, a viabilidade de mais de 270 empresas de trabalho temporário fica em risco.

VIRGÍLIO FERREIRA  
virgilio@vidaeconomica.pt



“Caso o regime avance como está, tal vai colocar em risco a viabilidade e a continuidade das empresas de trabalho temporário em Portugal”, afirma Afonso Carvalho

**Vida Económica – Que comentário tem a APESPE sobre esta “Agenda do Trabalho” do Governo?**

Afonso Carvalho - A APESPE-RH considera que muitas das propostas da “Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no mercado de trabalho” podem ser prejudiciais às empresas de trabalho temporário, no sentido de limitarem a atividade das mesmas. A Lei já acautela a generalidade das realidades descritas no documento apresentado pelo Governo, que acaba por não apresentar nenhuma medida concreta no sentido de estabelecer ou reforçar a formação e a requalificação de jovens e trabalhadores em geral.

As medidas do documento não estão em linha com o enquadramento legal internacional, nomeadamente a Convenção n.º 181 da Organização Internacional do Trabalho e a Diretiva 2008/104/CE da União Europeia, que preveem a proteção dos trabalhadores, mas também reconhecem a grande importância que as agências de emprego privadas desempenham na economia.

Ainda assim, algumas das propostas gerais do documento do Gsentido de regular e dar transparência ao funcionamento do setor e ser mais exigente com os operadores, ou desincentivar de modo transversal o recurso injustificado ao trabalho não permanente. Muitas delas estão em linha com o documento que a própria APESPE-RH apresentou recentemente ao Governo, com sete medidas que focam os atuais desafios do mercado de trabalho, o M7.

**VE – Caso o regime avance tal como está, que se antevê para o futuro do setor do trabalho temporário em Portugal?**

AC - Caso o regime avance como está, tal vai colocar em risco a viabilidade e a continuidade das empresas de trabalho temporário em Portugal, muitas das quais poderão deixar de existir, por ficarem, nesse cenário, sujeitas a aumento significativo da

carga fiscal e dos custos administrativos e de um enquadramento que não é compatível com a própria essência do setor de trabalho temporário.

Portugal já é, de acordo com a World Employment Confederation, um dos países a nível mundial com menos percentagem de trabalhadores temporários no total da população ativa. Este é um setor que garante centenas de milhares de empregos e que é determinante para integrar trabalhadores no mercado de trabalho. É importante que o Governo reconheça que as empresas de trabalho temporário são importantes agentes económicos e que é necessário estimular o setor, tal como acontece em países altamente desenvolvidos e com taxas mais baixas de desemprego.

**Colocações de trabalho temporário ascenderam a 30 650 no mês de junho**

**VE – Quantas empresas e quantos empregos estão envolvidos no trabalho temporário e qual tem sido a tendência da utilização desta forma de trabalho nos últimos tempos?**

AC - De acordo com o último Barómetro do Trabalho Temporário, elaborado pela APESPE-RH - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego e de Recursos Humanos e o ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), o número total de colocações de trabalho temporário no mês de junho de 2021 foi de 30 650.

Existem cerca de 270 empresas com alvará emitido pelo IIEFP e a APESPE-RH representa apenas algumas, apesar de estimarmos que serão mais de 70%-80% do mercado.

No geral os barómetros permitem constatar que o nível de contratos de trabalho

temporário reduziu drasticamente entre 2019 e 2021. Verifica-se, desde o início deste ano, uma recuperação, no entanto a comparação é feita com base nos períodos homólogos de 2020, já durante a pandemia, quando o índice de TT estava muito mais baixo, de forma que as colocações estão abaixo das verificadas num período pré-pandemia.

**VE – Acha que a obrigatoriedade de celebração de contratos por tempo indeterminado é viável para as empresas de TT?**

AC - Não é uma proposta viável, pois as necessidades das ETT dependem e são dimensionadas pelas necessidades das empresas utilizadoras, as quais são muito variáveis não apenas em termos quantitativos, mas também em termos de qualificações profissionais requeridas pelos utilizadores.

O atual regime da Sucessão Contratual já é suficiente para acautelar eventuais abusos na cedência de trabalhadores temporários. Por outro lado, tem de se distinguir uma sucessão (ilícita) de contratos de utilização de trabalho temporário da cedência sucessiva de um trabalhador temporário a diversos utilizadores de trabalho temporário. Este facto, por si só, não é ilícito, acabando inclusive por revelar a empregabilidade do Trabalhador Temporário e a capacidade da Empresa de Trabalho Temporário de responder e de dar execução a essa empregabilidade.

Da mesma forma, outras medidas são também inviáveis, como a aproximação das regras do trabalho temporário às do contrato de trabalho a termo, que não tem em conta as necessidades de flexibilidade do mercado de trabalho e de criação de emprego que é suposto serem potenciadas pelas ETT; ou o eventual estabelecimento de

**“O número total de colocações de trabalho temporário no mês de junho de 2021 foi de 30 650”**

percentagens de trabalhadores com “vínculos mais estáveis” em empresas de trabalho temporário, que é potencialmente inconstitucional, por não existir para as restantes empresas e por violar o Princípio da Iniciativa Privada e da Igualdade.

**VE – Que ajustes propõe que se façam?**

AC - Mais do que um aumento de limitações ou proibições, considera-se que o grande impulso a um trabalho digno passará pelo aumento da fiscalização e por medidas positivas como o incentivo à contratação sem termo, não afetando a livre iniciativa e outras formas de organização do trabalho. Por exemplo, através das seguintes formas:

- Reforço dos incentivos à manutenção de contratos sem termo (e não a proibição de contratos a termo ou temporários), podendo esses incentivos assumir a forma de redução de TSU a cargo das empresas, sendo essa redução tão mais acentuada quanto maior for a percentagem de contratos de trabalho sem termo e/ou pela redução dos impostos a pagar pelas empresas, sendo essa redução progressivamente crescente tendo em conta a percentagem de contratos de trabalho sem termo;

- Reforço das possibilidades de as empresas poderem, de forma expedita e com custos controlados, adequarem os recursos humanos às efetivas necessidades de trabalho

- Reforço de medidas de apoio à contratação sem termo pós-estágios profissionais.

**“O Estado deve focar-se na fiscalização”**

“O aumento da fiscalização é uma das medidas com as quais concordamos, em conjunto com a supervisão e as sanções ao incumprimento da lei. O Estado deve focar-se nesta fiscalização, assim como em medidas positivas de incentivo à contratação sem termo, sem afetar a livre iniciativa e outras formas de organização do trabalho; no reforço da capacidade inspetiva da ACT e demais autoridades; na aposta nas formações e no estabelecimento de medidas mais rigorosas para a criação de uma empresa de TT”, afirma Afonso Carvalho. O Livro Verde Sobre o Futuro do Trabalho, que esteve sob consulta pública e no qual se baseia a “Agenda do Trabalho Digno”, contou com contribuições diretas da APESPE-RH em vários pontos essenciais. “Manteremos a nossa disponibilidade para reunir com as autoridades competentes” e “manteremos sempre a nossa postura construtiva e factual relativamente às medidas que estejam a ser equacionadas”, conclui o presidente da APESPE-RH.



### Processamento Salarial, com Análise das Especificidades Salariais

15-16 setembro  
9h30-18h00

Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00 | www.vebs.pt

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL. PODE ABRIIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL DE01752020DCE4



**TAXA PAGA**  
POSTAL FISCAL  
CONTRATO Nº 20085

Nº 1897 / 10 de setembro 2021 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

# VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

[www.vidaeconomica.pt](http://www.vidaeconomica.pt)



**SUPLEMENTO SAÚDE & VIDA**

Imagiologia e Terapia Molecular, Medicina de Precisão e Abordagens Teranósticas: o Futuro já chegou... e está aqui!

Págs. 4 e 5

**ATUALIDADE**

Câmara de Lisboa tem mais do triplo das queixas da Câmara do Porto

Pág. 4

**EMPRESAS**

Empresa suíça cria 400 postos de trabalho em Amarante

Pág. 11

**FISCALIDADE**

IVAucher permite aos contribuintes acumular 47,5 milhões

Pág. 18

**GEORGE CAREER CHANGE**

GEORGE Career Change Consultants  
Campo Grande 30 - 8º B  
1700-093 Lisboa  
[www.george.pt](http://www.george.pt)

## Empresas estimam aumento salarial superior a 2% no próximo ano

Pág. 3



“Agenda do Trabalho” não cumpre regras da OIT e da UE

# Governo aperta cerco às empresas de trabalho temporário



• Mais de 270 empresas com viabilidade ameaçada

Págs. 6 e 7



Filipe Moura, CEO da Ifthenpay, considera

## O mercado precisa de mais pessoas qualificadas

Pág. 20

PUB



**VidaEconómica Business School**

FORMAÇÃO PARA EMPRESAS E PROFISSIONAIS  
CONTABILIDADE | DIREITO | FISCALIDADE

Venha aprender conosco [www.vebs.pt](http://www.vebs.pt)



## Trabalhadores bancários podem realizar greve conjunta ainda este mês

Os sete sindicatos do setor bancário – SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC, STEC e SinTAF – estiveram esta semana reunidos e fizeram uma análise sobre os temas que afetam os trabalhadores bancários e, em particular, sobre as situações específicas do Banco Santander Totta (BST), Banco Comercial Português (BCP), Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral e Parvalorem.

Os seis sindicatos decidiram solicitar, com caráter de urgência, uma reunião às comissões executivas do BCP e BST, tendo como pano de fundo os processos de reestruturação em curso. SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC e SinTAF (com a solidariedade do STEC) vão exigir o fim imediato de qualquer intenção de despedimento coletivo ou de figuras análogas. Se esta exigência não for atendida, estes sindicatos irão declarar uma greve conjunta, a realizar ainda no corrente mês de setembro.